



7as
Jornadas de
Toponímia
de Lisboa
MEMÓRIA DO TEMPO



COMISSÃO
MUNICIPAL
TOPONÍMIA



7^{as} JORNADAS DE TOPONÍMIA

Memória do Tempo

Teatro Aberto, 19 e 20 de Setembro de 2013

Comissão Científica

Ana Homem de Melo

Áppio Sottomayor

José Esteves Pereira

Maria Alzira Seixo

Comissão Organizadora

Ana Homem de Melo

António Adriano

Paula Machado

Sandra Marques

Edição

Câmara Municipal de Lisboa

Presidente

Fernando Medina

Pelouro da Cultura

Catarina Vaz Pinto

Direção Municipal de Cultura

Manuel Veiga

Departamento do Património Cultural

Jorge Ramos de Carvalho

Título

Memória do Tempo: Actas das 7^{as} Jornadas de Toponímia

Design

Ernesto Matos

Tiragem

250

Ano

2016

Depósito Legal

414244/16

Execução gráfica

Imprensa Municipal de Lisboa

ÍNDICE

5

7^{as} JORNADAS DE TOPONÍMIA

Catarina Vaz Pinto

7

O QUE NOS REVELA A TOPONÍMIA DO BAIRRO ALTO?

Elisabete Rocha

13

JORNALISMO NA TOPONÍMIA DE LISBOA:

O caso de Raúl Rêgo no centenário do seu nascimento (1913-2013)...

Álvaro Costa de Matos

17

A TOPONÍMIA, MEMÓRIA DO TEMPO

Os 120 anos do nascimento de Almada Negreiros (1893-1970)

e os lugares de memória

Manuela Synek

35

NOTAS SOBRE AS PLACAS TOPONÍMICAS DE LISBOA

António Adriano

51

NEM SÓ DE DATAS NAS PLACAS VIVE A TOPONÍMIA

Ana Homem de Melo

59

ENTRE CIFRAS E FACTOS: A TOPONÍMIA DE LISBOA COMO *LOCUS MEMORIAE*

André de Oliveira Leitão

89

TOPONÍMIA DE LISBOA NAS REDES SOCIAIS

Balanço de 10 meses

Paula Machado

99

A TOPONÍMIA DE LISBOA NAS FONTES ARQUIVÍSTICAS DO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (séc. XVI)

Rute Ramos

107

O PAÇO DO LUMIAR

Carlos Revez | Eduardo Sucena

Fernando Afonso Andrade Lemos | José António Silva

Rosa Maria César Trindade Ferreira

115

A ÍNDIA NA TOPONÍMIA DE LISBOA

Teresa Sancha Pereira

FRANCIS
DE CA
EDITOR
4-200

7^{as} JORNADAS DE TOPONÍMIA

As Jornadas de Toponímia, iniciativa da Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa, reúnem periodicamente um conjunto de especialistas e de interessados por esta disciplina singular que é a do conhecimento sobre os nomes das ruas e dos lugares da cidade.

As 7^{as} Jornadas de Toponímia de 2013 contaram com a participação de vários peritos da área que responderam mais uma vez à chamada para apresentação de comunicações diversificadas dedicadas ao tema “A toponímia, memória do tempo”. Julgamos essencial a publicação das actas deste encontro para que esses contributos possam também eles vir a enriquecer de uma forma mais perene a memória da cidade e ser objecto de uma ampla divulgação por todos os estudiosos e curiosos pela história de Lisboa.

Agradeço à Comissão Organizadora das 7^{as} Jornadas de Toponímia o trabalho desenvolvido, bem como a todos os oradores a disponibilidade e a partilha de conhecimento que a sua participação nestas jornadas significou.

Lisboa, agosto 2016

Catarina Vaz Pinto

Presidente da Comissão Municipal de Toponímia



O QUE NOS REVELA A TOPONÍMIA DO BAIRRO ALTO?

Elisabete Rocha

a) A sua história

O Bairro Alto nasceu nas terras ditas de “*semeadura*” ou seja terras de cultivo, de hortas e de vinhas. Ocupava o espaço compreendido entre o Cata-que-te-farás (Cais do Sodré) e o Alto da Cotovia (Príncipe Real), isto além de toda a área correspondente hoje ao actual Bairro Alto, estendendo-se para sul até ao Tejo e para norte até ao Pico de Belver (Santa Catarina).

Estas terras foram pertença de Guedelha Palaçano, rabí-mor e físico-astrólogo da corte do rei D. Afonso V, que enriqueceu devido às benesses régias que recebera deste rei.

Inicialmente este bairro histórico vai localizar-se entre as Portas de Santa Catarina e a Travessa da Queimada.

Em 1487 Guedelha Palaçano já tinha falecido e D. Júlia sua esposa aforou as suas terras a um estribeiro de D. Manuel de nome Filipe Gonçalves.

Em 1498, precisamente quando começaram as desavenças entre católicos e judeus, D. Júlia decidiu vender estes terrenos, não ao tal estribeiro mas a um fidalgo de linhagem, de nome Luís de Atouguia, que depois passou dinasticamente para o seu filho Lopo de Atouguia que em 1513 as subaforou a outro fidalgo de nome Bartolomeu de Andrade que se encontrava casado com a filha do estribeiro D. Filipa de Cordovil.

Portanto, é precisamente nesta altura que surgem os famosos talhões, permitindo a construção de casas alinhadas e sendo distribuídas conforme as profissões existentes.

A 1ª. urbanização surge numa fase inicial em que o Bairro Alto se circunscrevia entre as Portas de Santa Catarina (Praça Luis de Camões) e a Travessa da Queimada.

Formando a chamada *Vila Nova de Andrade* ou *Arrabalde de Sta. Catarina*, mais propriamente em 1513, com a criação de um modelo de malha urbana específica que fora encomendado pelo rei D. Manuel, e que consistia no famoso sistema da quadrícula, formado através da abertura de artérias, paralelas e transversais, os famosos quarteirões, que eram demarcados pelos cunhais que suportavam os edifícios.

Este sistema foi usado neste local como um “tubo de ensaio”, sendo mais tarde aplicado na zona da baixa quando da reconstrução da baixa pombalina pós – terramoto de 1755 pelos engenheiros Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, Manuel da Maia. No século XIX em Campo de Ourique, e também em Angra do Heroísmo.

Este sistema vai permitir que o Bairro Alto se torne uma espécie de ilha, fora das ruas estreitas, ruelas, becos que caracterizaram a Lisboa Quinhentista e que davam um certo crivo islâmico. Agora passam a existir ruas largas e espaçosas que permitem a passagem de coches, o que faz com que a aristocracia procure este local para residir.

Como exemplo temos o coche de D. Catarina de Bragança que quando enviúvou de Carlos II de Inglaterra, e regressou a Portugal, passou a residir no Palácio dos Condes de Soure antes de ir habitar o seu Palácio na Bemposta.

Também o facto de o Bairro Alto elevar-se numa zona alta, era um ponto muito positivo para ser escolhido como “*zona in*” de habitação da aristocracia e da alta burguesia, isto porque nos séculos XV

e XVI Lisboa debatia-se com um sério problema de saneamento, todos os dejetos eram atirados pela janela, existindo mesmo competição de penicos entre as vizinhas, isto porque a chuva quando caía batia perpendicularmente e lavava as ruas, indo estes parar à zona da baixa, o famoso “*água vai*” ou “*lá vai água*”, tornando este bairro uma das zonas mais limpas da capital.

Os primeiros habitantes deste local são precisamente os marinheiros, homens ligados à faina marítima que tiveram que fugir para poente devido ao crescimento da cidade. A zona da *Ribeira das Naus* devido ao negócio das especiarias cresceu tornando Lisboa no século XVI uma cidade cosmopolita que recebia “gentes” vindas de várias partes do mundo.

A 2ª. urbanização surge em 1551 com a vinda dos frades jesuítas ou da Companhia de Jesus para a Casa Professa de S. Roque que é onde se localiza hoje o Museu de São Roque que pertence à Santa Casa da Misericórdia, passando a chamar-se *Bairro Alto de São Roque* e alcançando já a zona dos *Moinhos de Vento* e da *Cotovia*.

A 3ª. urbanização data do pós-terramoto de 1755 quando muitas famílias nobres fugiram para as suas quintas e deixam devolutos os seus palácios, quer por medo, quer por não apreciarem as campanhas de arte com que são reconstruídos, modificando muito a sua traça inicial, como aconteceu com o Palácio dos Marialva onde hoje é a Praça Luís de Camões. Também a fuga da corte para o Brasil quando das invasões francesas contribuiu para o abandono dos mesmos. Portanto, verifica-se uma modificação na sua arquitetura e estrutura.

A 4ª. urbanização surge já numa fase final nos séculos XVIII e XIX, com o surgir da *Rua da Vinha* e a *Rua Formosa* que vem a ser a *Rua do Século*.

Todavia falar deste bairro histórico torna-se necessário analisar a sua toponímia que surge da tradição oral, como se fosse uma pequena aldeia dentro da grande cidade, e que nos revela uma Lisboa do século XVI. Neste bairro encontramos uma toponímia multi-facetada onde não faltam factos históricos, ofícios, edifícios religiosos e até curiosidades.

b) A sua toponímia

1. Ligada à história do local:

– **Rua da Misericórdia:** Pertenceu à anterior freguesia da Encarnação (actualmente pertence à Junta de Freguesia da Misericórdia que englobou Encarnação, Mercês, Santa Catarina e S. Paulo). Começa na Praça Luís de Camões e termina no Largo Trindade Coelho.

Foi a primeira estrada a ser aberta junta à muralha da cerca fernandina em 1569 por el-rei D. Sebastião. Este caminho levava aos *Moinhos de Vento* (São Pedro de Alcântara) - chamada inicialmente de *Rua Direita do Mosteiro de São Roque*.

Passando depois a denominar-se *Rua Larga de São Roque*, por deliberação camarária de 18/Maio/1889 e edital de 8/Junho/1889, anteriormente era a *Rua de São Roque* devido à Igreja de São Roque que foi erguida em estilo maneirista em 1555 e que pertenceu à Companhia de Jesus sendo erguida no local onde anteriormente tinha existido a Ermida de São Roque em estilo manuelino que foi construída em 1506 e que fora incluída nesta, assim como o cemitério dos pestíferos de 1505.

Por deliberação camarária de 27/Outubro/1910 e edital de 18/Novembro/1910 passou a denominar-se de *Rua do Mundo* por homenagem ao jornal republicano *O Mundo* fundado em 1900 por António França Borges e que encerrou a 28/Maio/1927, tendo ficado popularmente conhecido como o “*mundo imundo*”.

Por deliberação camarária de 12/Agosto/1937 e edital de 19/Agosto/1937 passou a denominar-se de *Rua da Misericórdia*, por homenagem à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

– **Rua da Rosa:** Pertenceu às anteriores freguesias da Encarnação e Santa Catarina. Começa no Largo do Calhariz e termina na Rua D. Pedro V.

Esta rua corta o bairro em duas metades no sentido sul – norte, divisão esta também administrativa que dividia o bairro em duas freguesias – para a Rua S. Pedro de Alcântara era a antiga

freguesia da Encarnação, para a Rua do Século era a freguesia de Santa Catarina.

Esta rua data da formação do Bairro Alto (1513), quando da formação da Vila Nova de Andrade, encontra-se referência a ela no Sumário de 1551 de Cristovão Rodrigues de Oliveira e segundo Gomes de Brito esta rua em 1597 era denominada Rua *da Rosa das Partilhas*.

São apontadas três possíveis razões para ter este nome: a primeira refere a existência de uma senhora de nome Rosa a habitar nesta rua, que teve problemas ligados com partilhas, e a existência de um solicitador afamado que era perito neste tipo de negócio e que tinha o seu escritório nesta rua, e que fez as partilhas dos Andrades.

Mas a mais credível é que esta rua funcionou como uma divisão de propriedades nas partilhas da família Andrade, existindo marcos em pedra em forma de rosa a delimitar a área da propriedade de cada um. Tanto que existem referências de que entre 1620-1630 os bens de Miguel Leitão de Andrade ficavam compreendidos entre a zona da Rua da Rosa e a Rua Formosa, actual Rua do Século.

– **Rua de O Século:** - Também pertenceu às anteriores freguesias da Encarnação e Santa Catarina. Começa na Calçada do Combro e termina no Príncipe Real.

Na 2ª. metade do século XVII era conhecida como *Rua do Longo* – porque aqui no *Alto do Longo* terá vivido o Sr. João Francisco que era um homem muito alto que tinha a alcunha de o “*longo*”, foi o 4º. avô materno de Alexandre Herculano, faleceu em 1669.

No século XVIII passou a chamar-se de *Rua Formosa* devido às suas belas quintas e palácios, denominação que foi legalizada pelo edital do governo civil de 01/Setembro/1859.

Como afirmava a Marquesa de Rio Maior, D. Isabel da Anunciação, aia da Rainha D. Maria Pia, nas suas memórias transcritas por D. Branca de Gonta Colaço. “*Creio que as gerações de agora só dificilmente poderão conceber a verdadeira formosura da Rua Formosa de então, cheia de belos palácios e jardins. O seu nome, tão cheio de tradições, foi já mudado. É melhor assim.*”

O nome de *Rua de O Século* foi atribuído através da deliberação camarária de 27/Outubro/1910 e do edital de 18/Novembro/1910, pela vereação republicana para homenagear o jornal que nasceu pelas mãos de Magalhães Lima em 1881 e que foi um grande difusor das ideias republicanas – O Século.

2. Factos históricos aqui ocorridos:

– **Travessa da Queimada:** Também pertenceu à freguesia da Encarnação. Começa no Largo Trindade Coelho e termina na Rua da Atalaia.

É uma artéria em vale que se alonga desde o antigo Largo de S. Roque até a Rua da Atalaia.

Pertence à 1ª. fase da urbanização da Vila Nova de Andrade de 1513 a 1518.

O seu nome “*queimada*” deve-se ao apelido de uma fidalga D. Ana Queimada que no século XVI afo-rou estes terrenos aos Frades de S. Roque.

Também foi neste vale que se colocaram os acampamentos das tropas castelhanas em 1385 para travar uma batalha neste local com Portugal e para sinalizar a sua presença eram feitas queimadas.

– **Rua da Atalaia:** Também pertenceu à freguesia da Encarnação. Começa na Rua da Rosa e termina na Rua do Loreto.

Deriva da palavra árabe – *at-talaiã* - «*lugar alto donde se exerce vigilância*».

Encontra-se no cimo de um monte e em 1385 teve aqui lugar uma batalha entre Portugal e Castela quando da eleição de Mestre de Avis.

Data também da fundação do Bairro Alto, encontra-se referência da sua existência em 1551.

Faz gaveto com a Rua da Rosa e neste local existiu no século XVI um dos dez fornos de tijolo que Lisboa tinha, sendo conhecida como *Rua do Forno do Tijolo*. Também neste local existiu o famoso sombreiro, predio de alpendre muito baixo que lhe tapava quase todas as janelas parecendo um chapéu de um mexicano – também sendo conhecida a nível popular como a *Rua do Sombreiro*.

Por mera coincidência no século XVIII residiram no Palácio Relvas os Condes de Atalaia e neste mesmo edifício funcionaram os jornais O Economista, A Paz e o Record.

Também nesta rua moraram os Condes de Tomar no palácio onde hoje se encontra a famosa estilista Fátima Lopes que foi redacção do jornal «O País».

E a atriz Josefina Santos, atriz do Teatro do Ginásio e viúva do maestro Lino (1898).

3. Edifícios Religiosos

– **Travessa dos Inglesinhos:** Pertenceu às anteriores freguesias da Encarnação e Santa Catarina. Começa na Rua da Atalaia e termina na Rua dos Caetanos.

Deve-se à existência no local do *Colégio dos Inglesinhos* ou *Colégio de São Paulo e São Pedro*, conhecido como dos “*Inglesinhos*”. Um seminário orientado por sacerdotes católicos que foi erguido entre 1632 e 1644 nas terras de D. Pedro Coutinho, destinando-se a acolher e albergar todos os concidadãos ingleses e irlandeses que estivessem a residir em Lisboa ou de passagem pela cidade e para leccionar o inglês aos pequeninos.

Foi muito afectado com o terramoto de 1755, a sua traça actual é daí derivante, pertenceu à Santa Casa da Misericórdia e foi concedido à Ordem da Cruz da Malta em Portugal. Actualmente é o condomínio fechado dos Inglesinhos.

– **Rua dos Caetanos:** Pertenceu à antiga freguesia de Santa Catarina. Começa na Travessa dos Inglesinhos e termina na Travessa das Mercês.

O seu topónimo deve-se à existência do *Convento dos Caetanos*, ou de *Nossa Senhora da Divina Providência*, que foi erguido nos terrenos de D. Mariana Noronha de Castro, tendo sido fundado através de carta régia de D. João IV em 1656 à ordem napolitana dos clérigos teatinos na pessoa de D. António Ardizoni.

Foi projectado por um padre teatino Guarino Guarini de Modena, arquitecto do Duque de Saboia Carlos Manuel. Com o terramoto de 1755 ficou bastante dizimado e foi outro clérigo teatino famoso D. Manuel Caetano de Sousa que o reconstruiu.

Em 1834 foi extinta esta ordem religiosa e em 1837 foi aqui instalado o Conservatório Real de Musica e Teatro por iniciativa de Almeida Garrett. Em 1912 foi sujeito a uma transformação radical e a sua igreja foi completamente extinta.

– **Travessa dos Fiéis de Deus:** Pertenceu às anteriores freguesias da Encarnação e Santa Catarina. Começa na Rua do Século e termina na Rua das Gáveas.

Tem este nome devido à Capelinha dos Fiéis de Deus que foi fundada por Afonso Brás em 1551, dedicada às alminhas do purgatório e também como asilo para infância desvalida.

Compreendido entre a Travessa das Mercês, a Rua dos Caetanos, e a Rua Luz Soriano, existiu o **Cemitério das Mercês**, contudo desconhece-se a sua fundação, tendo sido extinto no 2.º quartel do séc. XIX.

Em 1897 ainda se podia ver a frontaria da igreja do cemitério na Rua dos Caetanos, profanada em 1834. Actualmente já não existem vestígios deste cemitério onde foram sepultadas pessoas famosas como Bocage em 1805.

– **Travessa das Mercês:** Pertenceu às anteriores freguesias da Encarnação e Santa Catarina. Começa na Rua de O Século e termina na Rua da Atalaia.

Refere-se à *Igreja das Mercês* ou de *Nossa Senhora das Mercês* que foi construída no século XVII tendo sido concluída em 1632. Ficando quase totalmente destruída com o terramoto de 1755, o imóvel actual é reconstrução de Joaquim Oliveira.

Pertenceu à família dos Carvalhos da Rua Formosa, nomeadamente ao avó paterno do Marquês de Pombal, Senhor do Morgado de Sernancelhe, tendo sido nesta igreja baptizado o Marquês de Pombal a 6/Junho/1699. Sebastião José de Carvalho e Melo, aqui esteve sepultado entre 1856 (data em que veio da Igreja de Santo António da Vila de Pombal) até 1923 ano em que foi trasladado para a Ermida da Memória na Ajuda. Em 28/Abril/1942 foi vendida a um particular tornando-se numa esquadra da polícia. Sendo propriedade da família Daun e Lorena. Junto desta igreja existiu um recolhimento de

devotas. A chegar à Rua da Atalaia, cruzando com a Rua da Rosa na descida para o Largo do Calhariz, encontra-se um edifício apalaçado, com a mesma traça que com uma galeria por cima desta rua, une dois palácios outrora aqui existentes, o Palácio Sobral e o Palácio Calhariz adquiridos pela Caixa Geral de Depósitos em 1957 para neste local instalar os seus serviços principais.

4. Ofícios do Século XVI

– **Rua do Diário de Notícias:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Travessa dos Fiéis de Deus e termina na Travessa da Cara.

Foi a *Rua dos calafates*, ou seja era a rua dos carpinteiros calafates, que calafetavam as caravelas e as naus que iam navegar no mar embutiam à força, nas juntas dos navios, estopa ou outra matéria esponjosa para evitar que entrasse água no barco.

Em 1551 aparece referência a esta rua e a esta profissão em que existiam 200 calafates e que ganhavam o suficiente para terem um criado.

A estopa era feita pelas estopeiras que ganhavam 30 a 40 reis pelas cordas que desfiavam.

Em 1885 passa a chamar-se *Rua do Diário de Notícias* que segundo a deliberação camarária e o edital de 31/Dezembro/1885 foi lhe atribuído o nome do jornal que criou o famoso ardina, sendo o primeiro a ter anúncios que custavam 20 reis cada linha, e que foi fundado em 1864 por Eduardo Coelho e Tomás Quirino Antunes.

Nesta rua a chegar à Travessa da Cara encontra-se o *Colégio dos Catecúmenos* que foi fundado em 1579 pelo Cardeal D. Henrique, destinando-se a converter à fé cristã todos os catecúmenos, ou seja escravos, muçulmanos e judeus. Em 1834 por iniciativa da Imperatriz do Brasil D. Amélia de Leuchtenberg destinou-se à infância desvalida.

– **Rua das Gáveas:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Praça Luís de Camões e termina na Travessa da Queimada.

O nome desta rua refere-se às gáveas das embarcações. Inicialmente começamos por analisar o que é uma *gávea* (Palavra latina que refere uma plataforma a certa altura do mastro do navio ou vela imediatamente superior à grande).

Foi um dos primeiros arruamentos de 1513 e era destinada a ser habitada pelos carpinteiros das gáveas.

– **Rua do Trombeta:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Travessa das Mercês e termina na Travessa dos Fiéis de Deus.

O nome desta rua refere-se aos trombetas. Inicialmente começamos por analisar o que é um *trombeta*.

Tratava-se de uma profissão que existiu no século XVI que consistia em homens que tinham por função acompanhar os mensageiros do rei (arautos), sempre que estes tinham a missão de transmitir notícias ao reino e que tocavam trombeta para chamar a atenção da população.

Nesta rua terá vivido um destes homens. Segundo fonte documental Lisboa em 1551 tinha 16 trombetas.

5. Algumas Curiosidades

– **Rua do Grémio Lusitano:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Rua São Pedro de Alcântara e termina na Rua da Atalaia.

Inicialmente era a *Travessa do Guarda-Mor*. Em 1887-1888 passou a ter este nome devido ao facto de José Elias Garcia que era Grão-mestre da Maçonaria e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, ter feito uma petição à Câmara pelo facto da sede da Maçonaria desde 1875 se encontrar aqui sediada, era o Grande Oriente Lusitano Unido - que tinha sido fundado em 1869 na Rua Nova do Carmo. Foi atribuído este topónimo por deliberação camarária de 31/Dezembro/1887 e o edital de 10/Janeiro/1888. Porém devido a movimentos políticos, em 1937, durante o Estado Novo, passou novamente a ser a Travessa do Guarda-Mor e em 1977 volta novamente a ser a Rua do Grémio Lusitano.

– **Travessa da Boa-Hora ao Bairro Alto:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Rua São Pedro de Alcântara e termina na Rua da Rosa.

Trata-se de uma artéria seiscentista que aparece em 1649, cujo topónimo é devido a existência da *Ermida de Nossa Senhora da Boa Hora* com fundação do século XVI e que terá sido destruída pelo terramoto.

– **Travessa da Água da Flor:** Pertenceu à antiga freguesia da Encarnação. Começa na Rua São Pedro de Alcântara e termina na Rua da Rosa.

Esta artéria só aparece mencionada nos registos paroquiais de 1666 – *Travessa da agoa de frol* – forma usada em 1691.

A água-da-flor era um perfume muito apreciado feito com flor de laranjeira e usado para aromatizar. Neste local terá vivido um vendedor ou um fabricante deste famoso perfume.

Foi nesta rua que aconteceu no século XIX o famoso “*conto do vigário*”.

Em 1880 nos números 24 e 26 vivia o padre Vicente (Vicente Ferreira Mateus) que costumava andar sempre embriagado. Por causa disso um dia foi-lhe feita uma partida por um «negociante» (conforme nos conta Luís Pastor de Macedo na sua obra *Lisboa de Lés a Lés*), que conseguiu que o padre vendesse a sua casa por 700\$000 reis levando-o depois a embriagá-lo mais para lhe poder roubar mais dinheiro. A verdade é que o padre foi encontrado pela população à porta da sua casa (entre o 24 e o 26) em coma alcoólico. O padre ficou em perigo de vida e teve que ir para o hospital onde esteve 12 dias internado.

Como esta figura era muito conhecida na cidade foi manchete dos jornais que usaram este título para noticiar o triste acontecimento. Foi o caso do jornal *O Trinta* de 13/Janeiro/1880.

– **Cunhal das Bolas:** Pertenceu à antiga freguesia de Santa Catarina. Começa na Rua da Rosa e termina na Rua Luz Soriano.

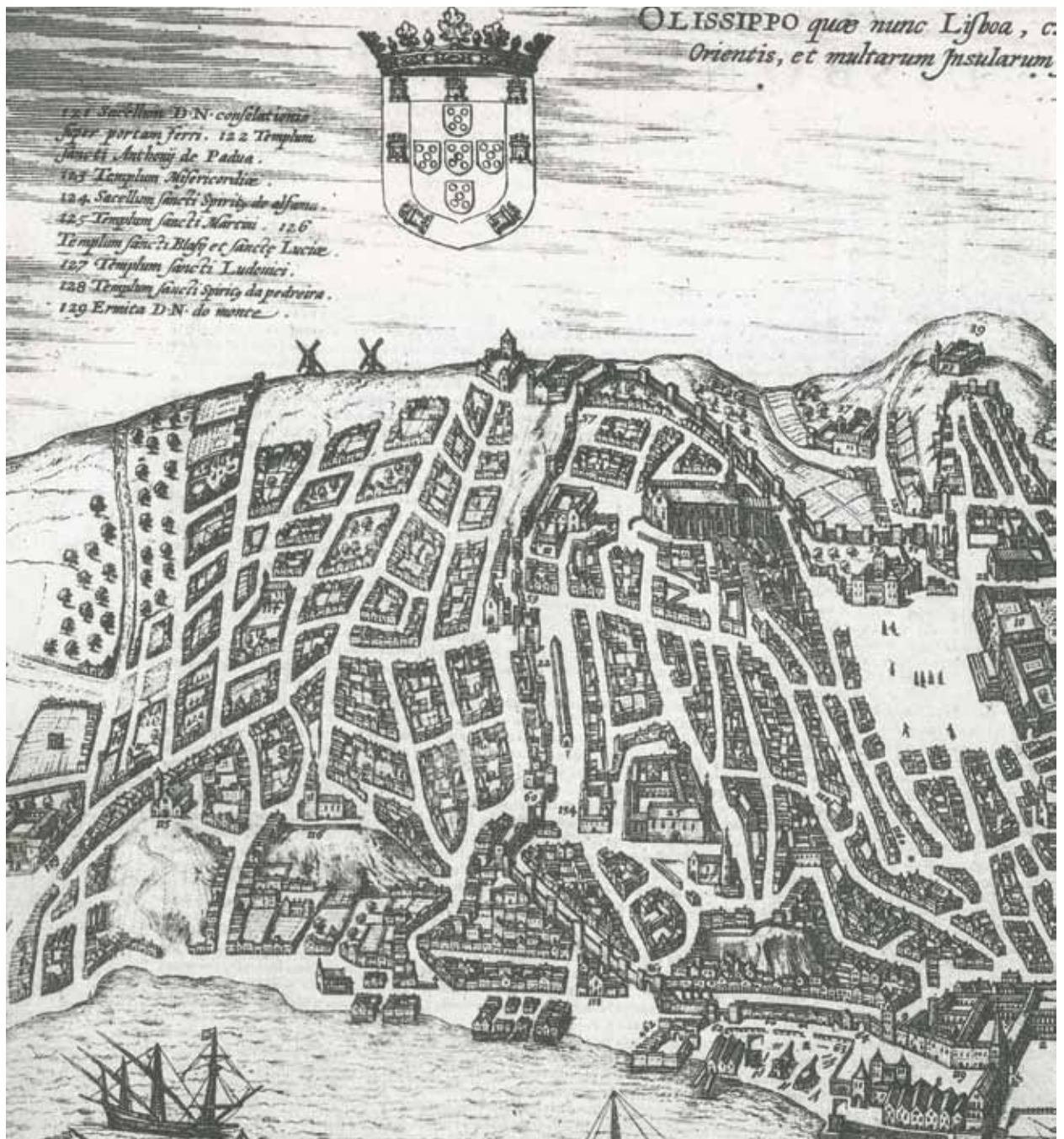
Trata-se de uma artéria em forma de cunha que une ambas as ruas, a Rua da Rosa e a Rua Luz Soriano. *O Palácio do Cunhal das Bolas ou Palácio Pilatos* – Trata-se de uma casa com fundação do século XVI, sendo reedificado no século XVII, ampliado no século XIX e depois no século XX.

Foi a residência de Guedelha Palaçano que segundo uma lenda a sua riqueza era tanta que as bolas eram revestidas a ouro como pomos de ouro do Jardim das Hespérides.

A partir do século XVII pertenceu à família Melo e Castro. Foi alugado em 1696 ao 4.º Conde de Ericeira – D. Francisco Xavier de Meneses.

Nos finais do século XVIII e princípios do século XIX foi o Geral do Cunhal das Bolas onde em 1810-1815 foi aluno António Feliciano de Castilho. Em 1848 aqui esteve o Colégio da Madame Lima.

Em 1866 foi vendido ao Governo Imperial Francês que aí instalou o Asile de Saint-Louis depois o Hospital de São Luís dos Franceses.



Planta do Bairro Alto. Pormenor de Vista de Lisboa nos fins do século XVI, Jorge Braunio

JORNALISTAS EM LUTA PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

JORNAL DO CASO

República

25 DE MAIO DE 1975 — N.º 1 — PREÇO: 25\$0

DIRECTOR: RAUL REGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO / ALVARO GUERRA / ALVARO TAVARES / ANTONIA DE SOUSA / ARTUR ALPE-DRINHA / BÉLARD DA FONSECA / CARLOS SOARES / GREGO ESTEVES / HELENA MARQUES / JAIME GAMA / JARDIM GONCALVES / JOAO GOMES / JORGE MONAIS / JOSE MAN / MANUEL ARONS DE CARVALHO / MARCELINO MESQUITA / NUNO COUTINHO / PAZ FERREIRA / PEDRO FOYCS / ROCHA VIEIRA / RUI CAMACHO / VASCO FERNANDES / VITOR DIREITO

Liberdade

Por RAUL REGO

A luta que divide neste momento os trabalhadores da «República», ultrapassa em muito o âmbito do jornal, de quantos o fazem, das seus assinistas e leitores. O que está em jogo, é o direito à livre expressão, reconhecer a todos os homens e a todos os movimentos, políticos e outros, iguais possibilidades de contacto com o público e de captação de adeptos. Não há igualdade cívica se não forem dados a todos os cidadãos oportunidades iguais.

Neste momento da nossa vida política, dos mais graves, se não o mais grave de toda a evolução histórica portuguesa, o objectivo é o socialismo democrático; mas não há democracia sem pluralismo, aquele mesmo pluralismo de que nos fala o Programa do MFA. Poderíamos dizer também que, na medida em que se encontram em jogo os direitos fundamentais do cidadão, se trata realmente de uma luta pelo prosseguimento do ideário da Revolução.

Os jornalistas da «República» sentem-se, neste momento, os autênticos defensores de todos os trabalhadores para quem a vida política e profissional é, antes de mais, convívência entre os homens e as ideias sem que uns se imponham à força dos outros. Impor numa maneira de pensar e de sentir, excluindo outras, é a característica principal do totalitarismo. Contra esse lutamos durante quarenta e oito anos, muitas electrizantes nos fizemos na culpa para que hoje vamos esdier diante de pressões iguais e que nos podem levar à mesma noite de onde tanto fomos por sair.

(Continua na oitava página)

COMO SE AMORDAÇA A LIVRE INFORMAÇÃO

ETAPAS DO ASSALTO CONSUMADO EM 19 DE MAIO

Uma data particularmente significativa no desenrolar do processo que culminou com o encerramento do jornal «República» na madrugada de 20 de Maio foi a de 24 de Abril de 1975, dia em que, no Sindicato dos Gráficos, se realizou um plenário dos trabalhadores da «República». Nesse encontro houve uma intervenção, que não chegou a tomar a forma de proposta, no sentido de não se admitir mais pessoal na Empresa sem que antes se definissem, através de um estudo — que o sector gráfico estava a elaborar — os critérios de admissão de novos empregados. A verdade é que esta intervenção foi tida apenas como sugestão e não chegou a concretizar-se.

Entretanto, a Redacção do jornal vinha sofrendo, nos últimos tempos, um certo desgaste. Uma série de redactores, mais ou menos co-

certadamente, tinha saído e sentia-se a necessidade da sua substituição. Nesse senti-

(Continua na sexta página)

AOS NOSSOS LEITORES

«O Jornal do Caso República» sai em circunstâncias muito especiais. Conta apenas com a boa vontade dos leitores da «República», privados do seu jornal, e com a de quantos em Portugal esperam não ver a imprensa reduzida a voz monocórdica e enfadonha, aduladora de uma classe ou de um regime, mas digna e participante na vida cívica nacional.

E com a boa vontade dos nossos leitores e com os seus óculos que contamos para prosseguir na caminhada, enquanto nos estiver vedada a sede da «República» e todas as suas estruturas de organização. Quaisquer donativos podem ser enviados para a nossa sede provisória, na Rua da Emenda, 13-3.º andar — Lisboa - 2.

Neste primeiro número o jornal não foi estruturado na sua venda, mas os vendedores que o queiram tomar poderão entrar em contacto conosco.

Sujeitos às mais diversas contingências, continuaremos enquanto o caso «República» não tenha sido solucionado por quantos nele intervêm. Aqui estamos e continuaremos para que se não afabe uma voz socialista independente.

A TENTATIVA DE CALAR «REPÚBLICA» TEM COMO OBJECTIVO INUTILIZAR A PRÓPRIA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

— lembrou Salgado Zenha no comício pela liberdade de expressão

«A tentativa de calar «República» tem como objectivo inutilizar a própria Assembleia Constituinte» — lembrou Salgado Zenha no comício pela liberdade de expressão realizado no passado dia 24, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

«O que se pretende agora» — acrescentou o ministro da Justiça — «é que a Assembleia Constituinte seja um grupo de cidadãos dentro de uma grande, que chamo, mas do modo que é para os não possa ouvir».

com deixar amplas liberdades mas que, na realidade, dessem amplas liberdades para eles e uma morde

(Continua na quarta página)

2.ª EDIÇÃO

Os milhares de exemplares do «Jornal do Caso República» estão distribuídos — e rapidamente esgotados — não chegam, nem de longe, para satisfazer a procura, impondo esta nova edição. O facto sensibiliza-nos, no sentido em que constitui uma inequívoca prova de adesão de milhares e milhares de portugueses à causa que defendemos em prol de uma efectiva liberdade de expressão.

No número 2 deste jornal o desfecho terá uma série de esboços para a circular em relação à edição composta em Sielbal, onde vamos o leitor a par de tudo o acontecimento, provando de que forma é possível manipular a verdade e deturpar factos.

Entretanto, para todos — e tanto são — os que estão conosco, o nosso obrigado, lutas, em torno da verdade, encaramos.

O sr. Salgado Zenha, ministro do Governo Provisório e dirigente socialista, falou para os muitos milhares de pessoas que enchiam por completo o Pavilhão dos Desportos, no passado sábado, durante o grande «mesaço» de luta pela liberdade de expressão e direito à informação, da iniciativa do Partido Socialista.

A importância da liberdade de imprensa numa sociedade que caminha para o socialismo e a «necessidade imperiosa de manutenção da democracia no processo revolucionário português foram as grandes linhas de força da intervenção de Salgado Zenha, um dos mais corajosos lutadores antifascistas que atravessamos a noite salazarista-revolucionária.

Concedendo por saudar, em Raul Rego e José Ribeiro dos Santos, toda essa estapa que tem sido vítima de uma campanha antissocialista, antidemocrática e contrarrevolucionária por parte daqueles que di-

SANTIAGO CARRILLO ESTÁ COM A «REPÚBLICA»

SECRETÁRIO-GERAL DO P.C. ESPANHOL

Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, declarou a revista francesa, «Nouvel Observateur», sobre a crise política resultante do encerramento da «República» o seguinte:

«Sei que não tenho o direito de intervir nas questões internas portuguesas. É um facto que a queda do fascismo

neste país provocou uma grande vaga de simpatia no povo espanhol, que acompanha com a maior atenção a experiência que se desenvolve às suas fronteiras. Fazemos os mais sinceros votos para que esta experiência constitua um sucesso. Por isso é com alegria que acolhemos tudo quanto possa reforçar a unidade dos partidos operários e

democráticos com o Movimento das Forças Armadas. Pelo contrário, tudo quanto os possa dividir inquieta-nos profundamente. A esse respeito, considero lamentável a simpatia da imprensa portuguesa, que pode prejudicar a imagem do Portugal Democrático perante o mundo e prefiro acreditar que este quotidiano possa reaparecer sem tardar».

JORNALISMO NA TOPONÍMIA DE LISBOA:

O caso de Raúl Rêgo no centenário do seu nascimento ¹ (1913-2013)...

Álvaro Costa de Matos ²

1. Apresentação

A título póstumo e por ter sido indiscutivelmente um dos símbolos da liberdade de imprensa em Portugal, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou Raúl Rêgo, atribuindo o seu nome a uma rua da capital a 3 de Maio de 2005, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A comunicação que aqui trazemos faz uma incursão histórica pelo percurso jornalístico de Raúl Rêgo, na sua relação com o processo que conduziu ao acolhimento de um novo membro na ilustre galeria de topónimos de jornalistas da cidade de Lisboa. Consequentemente, destacamos a sua faceta de jornalista, não outras, pois foi sobretudo como jornalista a actividade que mais pesou na atribuição do topónimo.

2. As Primeiras Experiências Jornalísticas

Em 1937, teve as suas primeiras experiências como jornalista, primeiro no *Sol Nascente*, jornal literário do Porto, e depois na *Seara Nova*, de Lisboa, em 1938, ocupando-se sobretudo de crítica literária. Na *Seara Nova* entrou como redactor pela mão do padre Joaquim Alves Correia (seu professor no Seminário de Viana do Castelo), o principal amparo de Raúl Rêgo nestes tempos. No ano seguinte, novamente devido à ajuda de Correia, encontramos-lo como professor de Latim, Organização Política e Moral no Colégio Moderno, de Lisboa. Aí fundou *Gente Moça*, órgão da Associação Académica do Colégio Moderno, e aí enfrentou os primeiros problemas jornalísticos suscitados pelo regime, acabando expulso do colégio por ordem ministerial baseada na publicação de artigo considerado irreligioso.

3. Reuters e o Jornal do Comércio

Seguiu-se novo desafio jornalístico, a partir de 1940, desta vez na agência noticiosa *Exchange Telegraph* (depois *Reuters*), onde “fazia a tradução do inglês telegráfico para o português corrente”. Permaneceu aqui até o início da década de 1960. Dois anos depois, em 1942, vamos encontrá-lo como colaborador do matutino diário *Jornal do Comércio*, cuja redacção ficava no mesmo edifício da agência noticiosa. Fez principalmente reportagem política. Foi também contratado pela embaixada inglesa para traduzir um pequeno boletim periódico, onde eram publicadas notícias da guerra que a Censura vedava à publicação nos jornais. Raúl Rêgo foi, nestes anos, uma espécie de “cicerone” dos jornalistas estrangeiros de visita a Portugal. Estes contactos permitiram-lhe construir pontes entre os movimentos oposicionistas nacionais e o exterior. Publicou (Julho/Agosto de 1953) no *Jornal do Comércio* as impressões duma visita que fez aos Estados Unidos da América, a convite do governo norte-americano. Foi no decurso desta viagem que conheceu Humberto Delgado, representante de Portugal na NATO e adido militar na embaixada portuguesa.

(1) Comunicação apresentada nas Sétimas Jornadas de Toponímia de Lisboa, realizadas no Teatro Aberto, em Lisboa a 19 e 20 de Setembro de 2013. Optámos por manter o tom coloquial da intervenção.

(2) Historiador do Centro de Investigação Media e Jornalismo e investigador colaborador do Instituto de História Contemporânea da FSCH – UNL.

4. Fase do Diário de Lisboa e Censura

Em 1959, Raúl Rêgo entrou para o Diário de Lisboa, a convite de Norberto Lopes, o director do jornal. Chegou mesmo a dirigir o suplemento literário deste vespertino, que considerava “o melhor jornal português, com o Artur Portela e outros”. Continuou a trabalhar no *Jornal do Comércio*, que saía de manhã, mas deixou a agência *Reuters*.

Quanto à censura, nada como citar o próprio: “A pior censura nem eram os cortes que nos faziam. A pior censura é aquilo que já não se escreve, a censura que um jornalista faz quando está a escrever. É a autocensura”, ou “No final, a Censura funcionava mesmo em frente do *República*, do outro lado da rua. Era quase tu cá, tu lá. Eles atrasavam a entrega das provas todos os dias, mas mesmo assim eu fazia sair o jornal. Eram capitães mandados, sem nenhuma qualificação. Nenhuma! (...) Quando não percebiam o que estava escrito suspendiam, pura e simplesmente”, ou ainda “O principal mal de uma censura nem é o que ela corta, é o facto de existir. Quando a gente escreve já está com medo: passa ou não passa? A censura acaba por se instalar na mente do redactor e não apenas na do censor. Há uma interiorização da censura”.

5. Fase do República

Raúl Rêgo entrou para o *República* em 1971, como director-adjunto, a convite do director Carvalho Duarte, para renovar o jornal. Deixou o *Diário de Lisboa* pois, tal como o *República*, saía de tarde. Com a morte de Carvalho Duarte, Raúl Rêgo assumiu a direcção do *República*, transformando-o no principal jornal diário não clandestino de oposição ao regime. Assinou, então, uma das colunas mais lidas da imprensa portuguesa, “Momento”, com grande impacto na opinião pública e influência nos “homens de Abril”. Com a sua direcção, o *República* “deu um salto brutal. Quando lá cheguei tirava uns 2 mil ou 3 mil exemplares, ou coisa assim, e passou para os 10 ou 15 mil, mesmo 20 mil”. O *República* era um dos jornais “mais prejudicados pela censura”, devido ao seu estatuto e/ou posicionamento político e ideológico. Como Raúl Rêgo morava na Rua Conde de Ficalho, muito próximo da residência do Presidente do Concelho, aproveitava os regressos a casa, sobretudo à hora do almoço, para entregar em mão, à porta da casa de Marcelo Caetano, as notícias cortadas pela censura que o *República* não podia publicar – manterá este hábito até à queda do Estado Novo, sem dele receber reacções directas por parte do destinatário, mas sabendo indirectamente que tal irritava bastante Marcelo Caetano.

6. O “Caso República” (Maio de 1975)

O que foi? Um conflito entre o sector gráfico e a direcção e corpo redactorial do *República*. Na prática, o que estava em causa era o controlo político do jornal, tendo como pano de fundo um clima de confrontação crescente entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Português que, na opinião de Raúl Rêgo, “queria tomar conta do *República*”. Esse clima de confrontação entre os dois partidos traduzia, por sua vez, o choque de duas linhas editoriais: de um lado, os socialistas, que defendiam um jornal pluralista, mas de tendência socialista democrática; do outro, os comunistas, com o apoio de certos sectores da extrema-esquerda, que procuravam impor a sua concepção censória de “unidade antifascista” – luta que já era visível no *República* desde Junho de 1974. A “retirada estratégica” dos jornalistas próximos do PCP, após o 11 de Março de 1975, precipitou os acontecimentos, forçando a bipolarização entre a administração, a direcção e a redacção, de tendência socialista, e os restantes trabalhadores, liderados pelo sector gráfico, afectos ao PCP e à extrema-esquerda revolucionária. A 19 de Maio a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do República solicitou a demissão de Raúl Rêgo e da chefia da redacção. Os jornalistas opuseram-se frontalmente, mas seguiu-se um abaixo-assinado dos sectores gráfico e administrativo informando a direcção que se devia considerar demitida. Ao fim da manhã desse dia, “os directores e os jornalistas estavam, na prática, sequestrados: piquetes formados pelos tipógrafos e outros trabalhadores impediam o acesso à redacção, com o objectivo

de impedir a reentrada dos jornalistas que saíssem”. O *República* saiu, mas à revelia da direcção e da redacção, tendo como director Álvaro Belo Marques, o antigo responsável pela área comercial agora designado pela comissão de trabalhadores para substituir Raúl Rêgo. O impacto do “caso República” foi enorme, nacional e internacionalmente. Em Lisboa, o PS convocou uma manifestação, frente à sede do jornal, que só não foi ocupada pelos manifestantes devido à presença de forças militares. Correia Jesuino, ministro da Comunicação Social, tentou, em vão, uma conciliação entre as partes desavindas, e só no dia 20 de Maio os ocupantes abandonaram as instalações do República, que foram seladas. Os protestos continuaram: os ministros do PS abandonaram o governo, nesta altura liderado por Vasco Gonçalves, embora depois tenham regressado, a 6 de Junho, devido a garantias dadas pelo Conselho da Revolução e pelo Primeiro-Ministro, que nunca chegaram a ser aplicadas. Entrou-se depois num impasse, pois Vasco Gonçalves tentava por todos os meios uma síntese impossível: a devolução do *República* à administração e direcção socialista mediante a sua neutralização política, através da vigilância do MFA. Finalmente, a 6 de Junho, o Conselho da Revolução decidiu-se pela reabertura do jornal, nos termos legais, mas o COPCON, o braço armado do MFA, não acatou a decisão, acabando por permitir a reocupação das instalações pela comissão de trabalhadores, à revelia da determinação do Conselho da Revolução. A 10 de Junho, “o *República* reapareceu nas bancas, elaborado por uma redacção quase totalmente nova, recrutada nos meios da extrema-esquerda, tendo como director o coronel Pereira de Carvalho”. Nesse mesmo dia 10 de Junho Mário Soares escrevia ao Presidente da República, general Costa Gomes, informando do seu desagrado pelo desrespeito “à ordem dada pelo Conselho da Revolução às tantas da madrugada”, e da consequência que tirava: “Por meu lado, não posso continuar a pertencer a um Governo que não governe e que cada dia, na prática, se demite das responsabilidades livremente assumidas perante o país. Nem dar caução moral e política a uma situação que se degrada em permanência”. Para Soares as “coisas” tinham passado as “marcas”, pelo que não restava outro caminho que não fosse a demissão dos ministros socialistas do executivo presidido por Vasco Gonçalves. Até porque, no seu entender, “O caso *República* insere-se, de resto, num contexto muito mais vasto de crise geral de autoridade do Estado, corroído pela demagogia, pela irresponsabilidade e pelo anarco-populismo – com os quais se transige a cada momento. Em nome da Revolução empurra-se todo o processo revolucionário para um verdadeiro impasse de trágicas consequências e que só favorecerá objectivamente a contra-revolução”. A 16 de Julho, o PPD saía também do Governo. Três dias depois, a 19, o PS organizava na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, uma das suas maiores manifestações, com Soares a pedir, pela primeira vez, a demissão de Vasco Gonçalves. No plano internacional, o “caso República” suscitou enorme interesse junto dos jornais europeus mais prestigiados, trazendo para a ordem do dia o problema da liberdade de expressão em Portugal. Raúl Rêgo, que tinha transformado o República no principal jornal diário de oposição ao regime, via-se, agora, por causa do PREC, privado do jornal que o consagrara como jornalista, democrata e socialista. E, na mesma linha de Soares, a propósito das repercussões internas e externas do “caso República”, considerava que este tinha sido “um dos casos mais significativos da actual política portuguesa, no que diz respeito às suas mais graves deficiências: falta de autoridade e desrespeito pelas leis. (...) Porque não se compreende, não se pode aceitar que uma das superiores instâncias do poder em Portugal [Conselho da Revolução], depois de ter tomado, duas vezes, a mesma decisão, acabe por aplicar exactamente a decisão contrária. E este caso, no sentido clarificador desta situação de falta de autoridade, como no sentido de denunciar a tendência cada vez maior de tentar calar as vozes ainda livres da imprensa portuguesa, tem de ser reconhecido como um acontecimento muito positivo para o processo revolucionário” (*Tempo*, 14 Ago. 1975). Abalado, Raúl Rêgo não baixou os braços: não só criou o Jornal do Caso República, “órgão de luta do núcleo redactorial e directivo expulso no conflito”, publicado em Lisboa de Maio a Julho de 1975 (disponível em linha na Hemeroteca Digital, a biblioteca virtual da Hemeroteca Municipal de Lisboa), como fundou com os jornalistas saneados um novo jornal, A Luta, “jornal socialista, pluralista e independente”, com início

a 25 de Agosto, recuperando, tal como fizera com o *República*, um importante título jornalístico da I República. O reconhecimento internacional veio ainda nestes conturbados anos: a 27 de Maio de 1976, pela sua actividade a favor da liberdade de expressão, Raúl Rêgo foi distinguido em Bolonha com a *Pena de Ouro da Liberdade* pela Federação Internacional dos Editores de Jornais e Publicações – até hoje foi o único jornalista português a receber tal galardão.

7. Fase d'A Luta e Outras Colorações na Imprensa

Como dissemos, *A Luta*, jornal socialista, pluralista e independente, dirigido por Raúl Rêgo, foi fundado a 25 de Agosto de 1975. Acolheu a redacção saneada do *República*, recuperando um título jornalístico da I República, dirigido por Brito Camacho. Durou até Janeiro de 1979.

Raúl Rêgo colaborou ainda noutros jornais, no *Diário Popular*, a partir de 16 de Janeiro de 1979, no *Diário de Notícias*, onde dedicou várias páginas a Camões por ocasião do 4.º centenário da morte do poeta (1981), na *Acção Socialista*, com textos políticos, e foi um dos fundadores do *Portugal Hoje*, órgão oficial do PS.

8. Conclusões

Em suma, um percurso jornalístico que, a par de outros (Norberto Lopes, Carvalhão Duarte, Rocha Martins, Afonso Praça, Assis Pacheco, Vera Lagoa, etc., etc.), merece estar plasmado nas ruas e praças da capital, preservando, desta forma, a memória e a história dos jornalistas e do jornalismo português. Daí que, sem surpresa, logo a seguir a uma moção de pesar pela morte de Raúl Rêgo, a 1 de Fevereiro de 2002, tenha entrado na Comissão Municipal de Toponímia uma proposta para que uma das artérias da cidade de Lisboa fosse baptizada com o nome de Raúl Rêgo. Tal proposta seria aprovada por unanimidade em reunião de 26 de Novembro de 2003, e por deliberação da CML foi atribuído ao arruamento Rua I – 1ª do Alto do Lumiar, o topónimo Rua Raúl Rêgo, Jornalista 1913-2002 – esta deliberação foi publicada no Edital n.º 78/2003, do *Boletim Municipal* de 8 de Janeiro de 2004. A inauguração do novo topónimo foi a 3 de Maio de 2005, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, com direito a brochura e com toda a pompa e circunstância.

A TOPONÍMIA, MEMÓRIA DO TEMPO

Os 120 anos do nascimento de Almada Negreiros (1893-1970) e os lugares de memória

Manuela Synek

- Historial da placa toponímica: Rua Almada Negreiros (Pintor 1893-1970) – inauguração (ilustração com a publicação de documentos comprovativos);
- Atribuição do nome topónimo da Escola Básica no Lumiar ao Pintor Almada Negreiros, sito na Rua Vasco da Gama Fernandes, em Lisboa;
- Desenvolvimento de dois projetos em dois períodos diferentes que acabaram por não se concretizar para a colocação de uma placa lápide comemorativa na fachada de uma das residências de Almada Negreiros em Lisboa, situada na Rua de São Filipe Néri, nº 42, em Lisboa;
- Início do Programa das Comemorações Efemérides durante o ano de 2013 por ocasião dos 120 anos do nascimento do pintor (1893-2013) com a exposição «Almada por Sete» a partir do dia 7 de Abril (dia do nascimento do artista) organizada pelo Departamento de Património Cultural – GAU (Galeria de Arte Urbana) na Calçada da Glória/Largo da Oliveirinha;
- No âmbito das mesmas Comemorações, criação de percursos em autocarro referente aos locais mais emblemáticos na Cidade de Lisboa das obras de Almada Negreiros, organizada pela Direção Municipal de Cultura da Câmara de Lisboa;
- Exposições sobre a obra e a figura de Almada, na Biblioteca Nacional «Almada Negreiros 120 anos – À Descoberta do espólio do artista multiforme José de Almada Negreiros» patente entre Julho e Setembro de 2013 e no Museu do Chiado (Museu Nacional de Arte Contemporânea), sob o título de «*Almada no Chiado*», entre Agosto e Set. de 2013, que serve de complemento à exposição permanente, uma viagem pela arte portuguesa entre 1850-1975;
- Realização de um Colóquio Internacional Almada Negreiros que irá acontecer (realizar-se) entre 13 e 15 de Novembro de 2013 na Fundação Calouste Gulbenkian, sob a organização em conjunto dos Institutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; de Estudos de Literatura Tradicional e de História de Arte
- A criação por parte da Câmara de Lisboa de uma escultura/memorial no espaço público em homenagem a Almada, no Passeio Ribeirinho, na Ribeira das Naus;
- No ano de 1993, por ocasião do 1º Centenário do Nascimento de Almada Negreiros, houve uma comemoração importante sobre a obra na área das Artes Plásticas de Almada através de duas exposições, uma primeira no Centro Cultural de Belém sob o título de «*Almada - A Cena do Corpo*», Comissariada por José de Monterroso Teixeira, que decorreu entre Out. de 1993 e Jan. de 1994 e a segunda, no Palácio Galveias, que decorreu durante um mês, entre Abril e Maio de 1993, denominada «*Obra Gráfica*», organizada pelo Pelouro da Cultura da Câmara de Lisboa, dirigida por António Rodrigues.
- Construção de um Monumento a Almada Negreiros em Lisboa concebido por Leonel Moura por ocasião do 1º Centenário do Nascimento de Almada Negreiros em 1993;
- Intervenção Artística no espaço público da Estação do Metropolitano do Saldanha II, linha vermelha, inaugurada no ano de 2009, com a reprodução de obras plásticas em memória de Almada bem como frases/citações e textos da autoria do próprio artista;
- A importância da área do Desenho na obra de Almada Negreiros;

- A temática dos Auto-Retratos no percurso do artista numa singular auto-representação; - Referência a uma composição da figura de Almada, imagem tratada através de uma caricatura realizada pelo cartoonista António colocada e instalada na nova Estação do Metropolitano do Aeroporto, inaugurada o ano passado.



- Historial da Placa Toponímica:

Após a morte de José de Almada Negreiros ocorrida no dia 15 de Junho de 1970, foi deliberado pela Comissão Consultiva Municipal de Toponímia de Lisboa a colocação de uma placa toponímica em sua memória numa das artérias da cidade, pertencente à Freguesia de Sta. Maria dos Olivais, atualmente denominada Olivais. Essa reunião foi realizada nos Paços do Concelho no dia 8 de Julho desse ano, pelas quinze horas e presidida pelo Exmo. Vereador Dr. José Arraiano Tavares, estando igualmente presentes os dois vogais Exmos. Drs. Durval Pires de Lima e Henrique Martins Gomes.



A Rua Almada Negreiros Pintor (1893-1970) situa-se concretamente ao arruamento que pertence à Rua E-2 que correspondia aos impasses EJ, 3D, 3D', EU e EV, abrangendo os lotes 454 a 462, 470 a 474, 487 a 494 e 504 a 506. A atribuição do nome Almada Negreiros foi baseada no conteúdo dos artigos dos periódicos «Diário Popular» e «A Capital», publicados no dia 16 de Junho sobre o acontecimento da morte do artista, em que o primeiro tinha como título «A morte de Almada foi muito sentida em todo o país», neles também estavam incluídos as notas biográficas do pintor. No mesmo jornal «Diário Popular», na página 11 consta igualmente mais dois artigos com citações de Almada «Não é por mim que vai deixar de fazer-se uma coisa nova» disse Almada ao ser convidado para aparecer no «Zip-Zip» e «Querem fazer-me um filme porque sabem que vou morrer» disse o grande artista a propósito do documentário que o recorda para a posteridade. No mesmo periódico foi anunciado sobre a mesma figura um artigo sob o título de «Dois mil metros de filme sobre Almada Negreiros em breve, na RTP», na página 6 do dia 17 de Junho, sendo também de referir que foi editado no dia seguinte à morte de Almada no Jornal «Diário de Notícias» uma referência a esta figura. A Ata da Reunião da



Comissão Consultiva Municipal de Toponímia com o nº96 onde foi deliberada a atribuição da artéria Almada Negreiros, foi publicada num documento pelo Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Lisboa sobre as «Atas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa – 1943-1974», num primeiro volume, que abrange o período compreendido entre 27 de Novembro de 1945, (ano da criação da primeira Comissão Municipal de Toponímia), até 22 de Fevereiro de 1974, (data da última reunião do 25 de Abril de 1974). O nome de Almada Negreiros a uma Rua dos Olivais foi assim concretizado cerca de um mês após o seu falecimento, através de uma placa Tipo IV, de um Edital Municipal assinado pelo então Presidente da Câmara Sr. Eng. Fernando Augusto Santos e Castro, com o nº117 de 11 de Julho de 1970, editado em «Diário Municipal», com o nº 10 623, de 18 de Julho de 1970, na pág. 9.

O seu nome foi também atribuído a um edifício público em Lisboa, mais especificamente à Escola Básica Pintor Almada Negreiros, na Rua Vasco da Gama Fernandes, pertencente à zona do Lumiar.

- Proposta de colocação de uma lápide na fachada de uma das residências de Almada:

Relativamente à ideia de colocação de uma lápide sobre a figura de Almada Negreiros e de sua mulher Sarah Affonso (1899-1983) na fachada do edifício de uma das residências em Lisboa, sito na Rua de São Filipe Néri, nº 42, existiram duas propostas, em períodos distintos que não chegaram a concretizar-se por razões diferentes. A primeira proposta data de 1988 e foi proveniente da Junta de Freguesia de São

Mamede, através da sua Presidente Exma. Sra. Maria Ana Caeiro Ferraz da Costa. O convite foi feito à Câmara através de um documento datado de 21 de Março de 1988, dirigido ao Vereador e Presidente da Comissão Municipal de Toponímia, Exmo. Sr. Comandante Pinto Machado. A referida carta visava a intenção de homenagear o casal de pintores Almada Negreiros e sua mulher Sarah Affonso, ambos tendo vivido no 2º andar dessa casa, desde o ano de 1935 até à sua morte. Sendo de assinalar que Almada regressa definitivamente a Lisboa em 1932 após ter estado em Madrid desde 1927. Pelo conteúdo do projeto a intenção da Junta era de solicitar a participação da Câmara Municipal de Lisboa para este evento. Entretanto, o edifício em causa encontrava-se nesse período num processo em vias de classificação através do Ex.-Instituto Português do Património Cultural (I.P.P.C.), organismo pertencente à Secretaria de Estado da Cultura. O processo não chegou a consumir-se apesar do então Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Exmo. Sr. Arqto. Vítor Reis ter manifestado interesse e relevância na colocação da respetiva lápide, conforme ofício dirigido à Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, datado de 21 de Dezembro de 1988. A segunda proposta surgiu por parte do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, em 1997, cerca de dez anos depois da primeira iniciativa, para realçar a sua vivência nesse local, apesar deste artista plástico não ser natural de Lisboa. Neste âmbito aproveitou para mostrar alguns dos projetos concebidos que serviram de base ao suporte da placa comemorativa e que teria o seguinte texto: «*Artistas ilustres – Sarah Affonso (1899-1983) Pintora / José de Almada Negreiros (1893-1970) – Pintor, Poeta, Escritor e Figura mental na vanguarda da Literatura e das Artes Plásticas viveram nesta casa – 1935 / C.M.L. 1997*».

«Belo não é o gosto pessoal, é todos os gostos pessoais»

- «*Almada por Sete*» - Exposição de sete intervenções de arte urbana:

Em 2013, comemora-se os 120 Anos do nascimento do pintor (1893-2013) e nesse âmbito a Câmara Municipal de Lisboa aderiu ao Programa das celebrações, sendo umas das Instituições intervenientes nesta ação que se tornou entre outras numa função ativa e participativa, que se iniciaram a partir do dia 7 de Abril, sendo uma data simbólica porque coincide com o dia do nascimento do artista, celebrações essas que irão decorrer até ao final do ano. Neste âmbito enquadra-se a exposição «*Almada por Sete*» organizada pela DMC, Departamento de Património Cultural através da Galeria de Arte Urbana (GAU) na Calçada da Glória/Largo da Oliveirinha, que irá ficar até ao fim do mês de Setembro, tendo sido o ponto de partida da respetiva programação. Este ciclo expositivo envolveu sete intervenções de arte urbana nos painéis colocados no exterior da autoria de criadores de rua como de: Pantónio; Mário Belém; Miguel Januário; João Samina; Tâmara Alves; Pedro Batista e Fidel Évora. As obras foram trabalhadas em sua memória e baseadas nas sete tendências principais das peças pertencentes ao universo peculiar mas vasto e alargado de Almada Negreiros tanto nas artes plásticas como nas letras, passando por obras concretas no seu percurso estético/artístico, no sentido de reinterpretarem alguns temas emblemáticos daquele autor homenageado. De entre as publicações sobre este acontecimento é de relevar o documento «*Almada por Sete*» do Jornal editado pela GAU – Galeria de Arte Urbana, nº 2 onde foram incluídas entrevistas aos sete artistas urbanos bem como imagens das peças expositivas e o artigo sob o título de «*Almada «renasce» pelas mãos de sete artistas*» assinado por Isaltina Padrão publicado no periódico «*Diário de Notícias*», na secção das Artes, datado de 8 de Abril de 2013, na pág. 47. Nesse mesmo Jornal, consta também uma breve entrevista denominada «*Almada voltaria a dizer hoje: ó portugueses, insultai o perigo*» feita a Rita Almada Negreiros, uma das duas netas de Almada Negreiros. Desta forma foi atribuído a cada um dos sete criadores urbanos uma área, um género ou um registo que Almada trabalhara, a saber: as gares marítimas; a exploração da figura e do nú femininos; o Manifesto Anti-Dantas; as composições abstratas de tendência geométrica; os Figurinos de Moda; os Auto - Retratos de Almada e a representação da Commedia dell'Arte. A propósito desta iniciativa, segundo Sílvia Câmara, Coordenadora

da GAU explicou: «Desafiámos artistas de rua a criar as telas», e considerou que esta iniciativa iria permitir aos jovens artistas «descobrir a obra de Almada e simultaneamente encontrar o seu caminho. (...) O espírito revolucionário de Almada Negreiros continua vivo». A geração do Orpheu representou na época a vanguarda, porque desbravara o caminho no plano cultural o que aconteceu no futuro do País; tentar ir até às origens do que foi essa rutura é uma forma de enriquecimento nas novas gerações. A neta do artista diz-nos: «No fundo é o princípio e não o fim. É o agora. A obra de Almada continua em diálogo com a sociedade do Século XXI». Torna-se necessário criar uma ligação mais estreita entre os autores do passado e aquilo que eles pensam, apreendendo-se melhor a rutura existente naquele período, tornando-se inspirador para poderem continuar e prosseguir a rutura de uma outra forma. Esta exposição é um exemplo de que Almada continua a marcar as novas gerações. Contudo não podemos esquecer, que este artista foi considerado segundo a visão do Professor Doutor José Augusto França, que estudou esta figura profundamente que «O Português sem Mestre» e também tragicamente «sem discípulos». Nesta série expositiva «Almada por Sete» existe obras mais sóbrias, composições mais simples, outras onde a profusão de elementos é mais densa, havendo mesmo um certo barroquismo no tratamento formal de alguns trabalhos. Entre todas as obras umas são melhor sucedidas do que outras, onde a lembrança do estilo de Almada no plano iconográfico e temático é mais feliz, sendo neste caso mais fiel na atitude e comportamento plástico. Noutras situações, o afastamento às referências a Almada é mais acentuado e nessa conformidade a pintura torna-se mais uma criação própria do jovem autor, e o objetivo proposto não foi assim inteiramente conseguido. Portanto podemos afirmar que alguns autores não conseguiram «libertar-se» do seu estilo próprio já criado, desenvolvido anteriormente noutros projetos, para representar a memória em jeito de Almada. Por outras palavras, homenagear Almada no seio das artes plásticas não é tarefa fácil através de artistas urbanos. De entre as temáticas escolhidas, umas proporcionam uma maior sobriedade como na composição dos «Auto-Retratos» tratado por Pedro Batista:



«Quería retratar o Almada em diferentes fases, quando ele era jovem e quando era mais velho. Juntar a fotografia e o auto-retrato dele, como forma como eu o vejo. Há uma simbiose entre a visão dele próprio, enquanto artista e mais até enquanto homem, com a minha visão pessoal. Num deles, deu preferência na maneira como ele se via a si próprio. Existe uma referência forte à linha e expressão do próprio Almada. Noutra fez um retrato de Almada, com um registo fotográfico, que é a minha interpretação dele enquanto artista». No último retrato representou-o não tanto enquanto artista mas mais enquanto homem, já com as suas rugas.

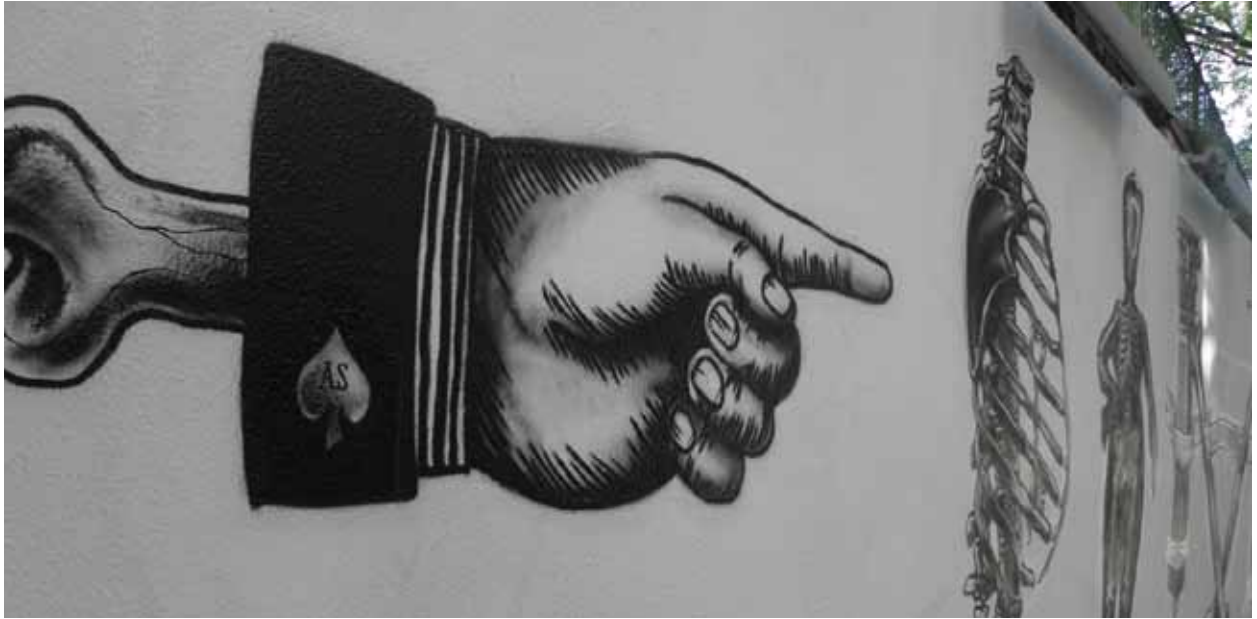


As «Figuras da Commedia Dell'Arte», de «arlequins, columbinas e pierrots» tratadas pelo artista Fidel Évora possuem formas ricas, rebuscadas, havendo mesmo alguma confusão nos elementos compostos. «A minha peça é como se fosse uma cena de teatro, e depois como é uma peça muito cheia que ocupa a tela toda, cada pessoa pode tirar as suas próprias interpretações, pode ler à sua própria maneira».

Mário Belém, o terceiro autor andou a fazer de pesquisa sobre Almada e descobriu um texto por si escrito para o primeiro Orpheu em 1915 intitulado «Canção da Saudade» e que é brilhante. Existe um excerto em que diz «Seu eu fosse cego amava toda a gente» e que deu o mote à imagem «Eu amo a lua do lado que eu nunca vi», integrando as duas frases na respetiva composição plástica.



Em Tâmara Alves, como o tema escolhido foi os figurinos de moda, decidiu assumir a nudez como forma de protesto, como parte da natureza e como ideal de beleza. Ao estarmos nus, estamos no mesmo patamar de qualquer outro animal, outra espécie.



Por sua vez, Miguel Januário trabalhou simbolicamente o Manifesto Anti-Dantas e a produção gráfica de Almada. Reinscreveu a mão tipográfica, a radiografia do jovem futurista e a arquitetura fragmentada de uma geração em derrocada. PIM! Foi precisamente essa palavra que o artista decidiu retomar. «Procurei representar a ideia e a forma do Manifesto, a ideia de estrutura e de revolução. A interpretação tem imensos caminhos e o desafio residiu no modo de conseguirmos adequar a linguagem própria, descobrindo o que queríamos identificar, procurarmos a nossa interpretação, descobrindo um resultado». A lembrança e evocação dos Painéis das Gares Marítimas (frescos da década de 40, Almada realiza grandes sínteses de toda a sua pesquisa plástica anterior, assumindo o pós-cubismo do momento europeu rigor de composição. Essa síntese ocorre a nível formal, com a frontalidade e fragmentação cubistas a fundirem-se com reminiscências da espacialidade tradicional, que lhe garante o estatuto de «obra-prima da pintura portuguesa da 1ª metade do Século» para a Gare Marítima da Rocha do Conde Óbidos (1946-49) especialmente com «A Partida dos Emigrantes», num cubismo à maneira de Almada, demonstrando a assimilação dum cubismo muito próprio, sem contudo lhe tirar a essência e as características dessa Escola, nas palavras de José Augusto França; enquanto que na Gare Marítima de Alcântara, (1943-45) Almada fez ainda um compromisso com um certo decorativismo, foi criada por Pantónio, nome artístico de António Correia, não sendo muito fiel, nem traduzindo inteiramente as linhas compostas do traçado de Almada, é uma obra na sua estrutura muito bem cuidada no rigor do traço, bem executada no plano pictural, tem estilo e força expressiva plástica.

Ele comunica sem palavras, onde o desenho é um gesto por excelência. O artista relata-nos o processo criativo desta peça da seguinte forma: «Tentei ver para lá da riqueza visual do tema original e sintetizar todo aquele frenesim. Cheguei à conclusão que o que ele [Almada] desenhou era a vontade, o ímpeto, e o mar como riqueza de subsistência, fronteira e capacidade social e então apercebi-me que me bastava lá ir desenhar o que já me era natural nos meus temas: a vontade de navegar e de transpor». Verifica-se aqui que



o seu estilo já está firmado e personalizado nos seus trabalhos e isso pode prejudicar a homenagem a obras de outros artistas, como parece ter sido o caso de se afastar do estilo das composições de Almada.



Uma das obras onde lembra as pinturas abstratas de Almada (sobretudo o painel mural «Começar» de 1968-69), é assinada por João Samina, que refere: «Vou fazer uma abstração geométrica minha referenciada numa pesquisa que foi dele. E o mais interessante é que eu acho que ele nunca a concluiu... é um bocadinho o que me acontece, eu ando sempre à procura de qualquer coisa, depois pinto aquilo e no dia seguinte já fazia totalmente diferente». O painel «Começar» é uma síntese abstrata, é um mapa-mundi. A teatralidade é investida numa espécie de dança cósmica de figuras geométricas simbólicas, invadindo o espaço por um efeito inesperado. Globalmente «Almada por sete» detém uma forte heterogeneidade no seu tratamento plástico e visual e que corresponde a uma radical vanguarda. É sobretudo a intenção desta iniciativa que se identifica com o espírito de Almada de «fulgurante dispersão» como classificou o pintor Fernando de Azevedo. Ao longo da vida empenhou-se numa diversidade de áreas e meios de expressão – desenho; pintura; frescos; vitral; azulejo, tapeçaria; mural; painel; ensaio; romance; poesia; dramaturgia até ao bailado. Sem se fixar num domínio único que o caracteriza, é sobretudo a imagem do artista total, inclassificável, onde o todo supera a soma das partes, como testemunha o próprio Almada. «Não é o teatro que me interessa; não é a pintura, nem a escultura, que me interessam. Não é nenhuma arte em especial. O que me interessa é o espetáculo! Espectáculo quer dizer, ver. O espetáculo pode estar onde quiserem, mas que esteja e que seja visto». «Almada passou a vida a dizer, a comunicar de todas as maneiras. Deve haver muito pouco [artistas] que sejam escritor, poeta, desenhador e pintor e tão profundamente uma coisa como outra. Ele era mesmo tudo», afirma a historiadora de arte Sara Afonso Ferreira. «Toda a vida dele foi virada para a busca do essencial, do arquétipo, do Eu Universal, e isso é uma coisa intemporal», escreveu a Arqta. Rita, uma das netas de Almada.

- Programação das Comemorações dos 120 Anos do nascimento do pintor:

Em 2013, no quadro das mesmas Comemorações foi organizada e promovida pela Direção Municipal de Cultura da Câmara de Lisboa, através do Departamento de Ação Cultural, a criação de percursos de autocarro «Linha K4 – O autocarro de Almada Negreiros», (referência ao título do seu livro publicado «K4 O Quadrado Azul») inserido nos Itinerários de Lisboa, referente aos locais mais emblemáticos na Cidade de Lisboa onde existem obras de Almada Negreiros, que são já por si só referências da História da Arte Portuguesa do Século XX, como: os vitrais das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário de Fátima e do Santo Condestável; a decoração das fachadas da Reitoria da Universidade de Lisboa; das Faculdades de Direito e Letras; os painéis das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha de Conde

de Óbidos; passando pelo fresco para o edifício do «*Diário de Notícias*», tapeçarias para o Hotel Ritz, pela Casa Fernando Pessoa; Museu da Cidade e por obras (pinturas e painel gravado) na Fundação Calouste Gulbenkian. O programa das Comemorações inclui igualmente a reedição de livros como o «*Manifesto Anti-Dantas*» publicado em 1915. Entretanto, em Maio e Junho aconteceram as «*Tertúlias Almadianas*» no Jardim de Inverno do Teatro São Luiz. Entre os meses de Julho e Setembro decorreram as Exposições sobre a obra e a figura de Almada, na Biblioteca Nacional «*Almada Negreiros 120 anos – À Descoberta do espólio do artista multiforme José de Almada Negreiros*» e no Museu do Chiado (Ex.-Museu Nacional de Arte Contemporânea), a mostra sob o título de «*Almada no Chiado*», exposição que serve de complemento à que se encontra permanente, numa viagem pela arte portuguesa entre 1850-1975. A presença das obras de Almada também se encontra na atual Exposição «*Sob o Signo de Amadeo - Um Século de Arte*», integrada numa viagem pelas correntes estéticas do Século XX a decorrer no CAM da Fundação Gulbenkian entre Julho de 2013 e Janeiro de 2014 e por fim será realizado um Colóquio Internacional Almada Negreiros entre 13 e 15 de Novembro de 2013 na Fundação Calouste Gulbenkian, sob a organização em parceria com os Institutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; de Estudos de Literatura Tradicional e de História de Arte, a qual Sara Afonso Ferreira participa. (historiadora de arte a investigar há cerca de dez anos a obra de Almada que se dedica à inventariação do seu espólio em estreita articulação com as duas netas de Almada, que se tem interessado particularmente pelo trabalho do avô, Arqts. Rita e Catarina Almada Negreiros). Fernando Cabral Martins, (investigador responsável pelo projeto do espólio de Almada e que já estudou a obra dos modernistas como Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro), diz que o espólio de Almada é particularmente «*complexo*» e permite uma «*descoberta permanente*». «*Quem entra em contacto com o seu espólio sente que há uma comunicação que se estabelece para lá do objeto. O termo técnico é testemunho, que é muito apropriado, porque cada objeto ou manuscrito testemunha algo e é uma coisa viva*». (conforme foi mencionado no artigo assinado por Ana de Freitas sobre as Comemorações de Almada, sob o título de «*Há um novo Almada Negreiros para descobrir 120 anos depois*», na secção /Cultura/ publicado no Jornal «*Público*» do dia 7 de Abril de 2013, pág.26).

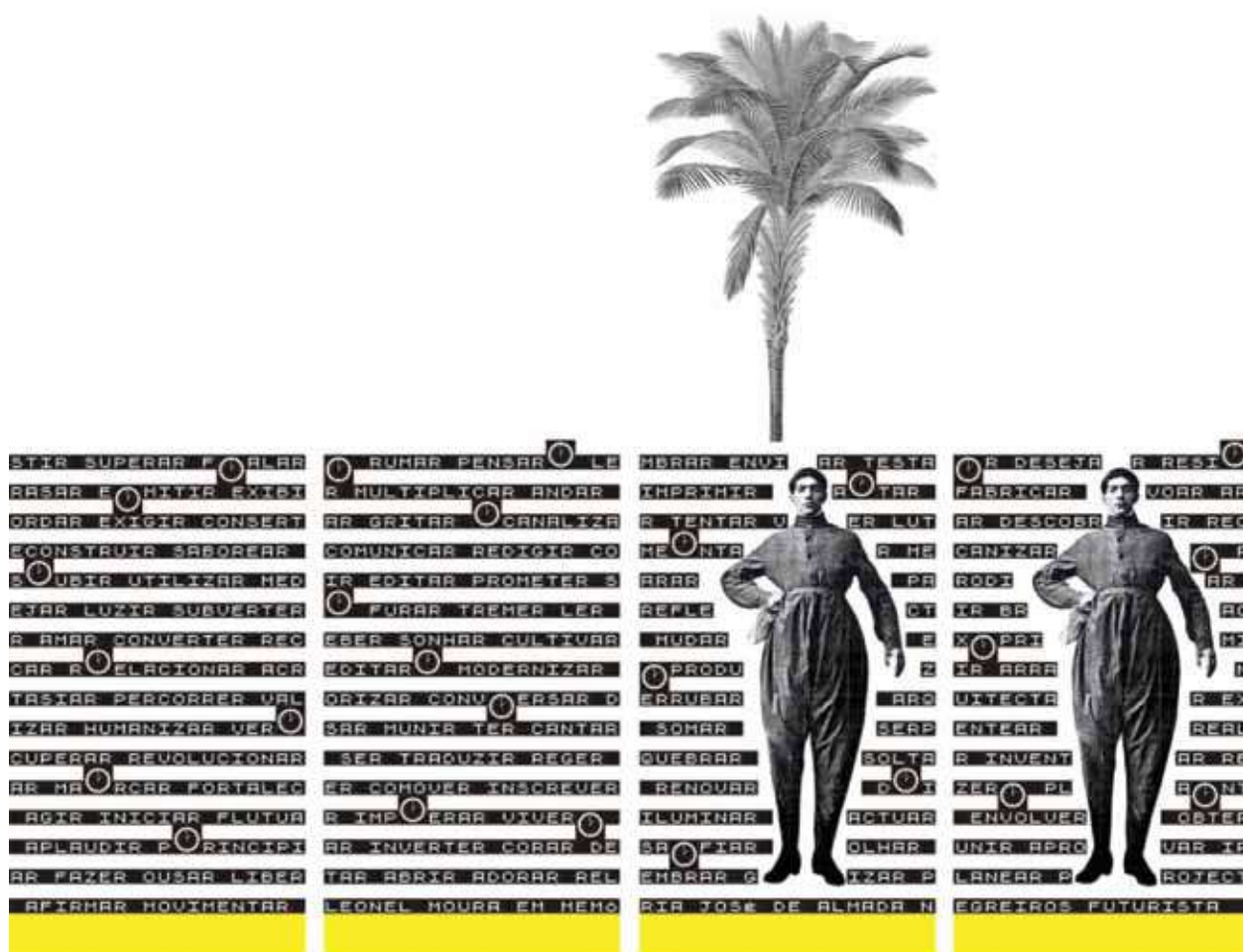
A Câmara Municipal de Lisboa instalou no mês de Agosto de 2013 no espaço público, no Passeio Ribeirinho da Av. Ribeira das Naus, uma Escultura/Memorial dedicado a Almada Negreiros, integrado nas Comemorações dos 120 do nascimento do artista. A peça de estrutura em ferro foi baseada nos olhos de Almada, realizada e adaptada a partir da obra do artista através de um dos seus desenhos Auto-Retratos datado de 1949, denominado «*Auto-Reminiscência*», sendo «*algo muito simples*» assinalou a Vereadora do Pelouro da Cultura, Dra. Catarina Vaz Pinto, que reconheceu que nos últimos anos não se tem falado muito desta figura ímpar.

- 1993 - Comemorações do 1º Centenário do nascimento do artista:

«*A data mais memorável da minha individualidade será por certo a de 1993, quando universalmente se festejar o Centenário do meu nascimento...*» (cit. Almada Negreiros). (Disse o artista em 1913, tinha então 20 anos, quando da sua participação na «*2ª Exposição dos Humoristas Portugueses*», no Grémio Literário, em Lisboa). Nesse ano realizou-se a sua primeira Exposição Individual na Escola Internacional, com cerca de 90 desenhos, quando ainda frequentava a Escola Internacional (na Rua da Emenda, em Lisboa), entre os anos de 1911 e 1913, depois de ter estado antes numa breve passagem, no Liceu de Coimbra entre os anos de 1910 e 1911. Foi também aí que redigiu e ilustrou o jornal manuscrito «*A Paródia*».

Em 1993, há precisamente vinte anos, houve uma comemoração assinalável sobre a sua obra na área das Artes Plásticas através de duas exposições antológicas. A primeira decorreu no Centro Cultural de Belém sob o título de «*Almada - A Cena do Corpo*» e comissariada por José de Monterroso Teixeira, entre Outubro de 1993 e Janeiro de 1994 e, a segunda, no Palácio Galveias, entre Abril e Maio de 1993, denominada «*Almada Negreiros - Obra Gráfica*», dirigida por António Rodrigues e organizada pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Entretanto, a Academia Nacional de Belas-

-Artes evocou a memória de Almada Negreiros, sessão presidida por Mário Soares, (facto esse que foi divulgado no «Diário de Notícias, «Almada Negreiros nas Belas-Artes», na secção Artes, do dia 7 de Novembro de 1993, na pág. 36).



Leonel Moura, 1992

Projecto de monumento dedicado a Almada Negreiros

Sugere-se uma palmeira da espécie “*Elaeis guineensis*” típica de São Tomé e Príncipe ou similar

- Monumento/Memorial a Almada Negreiros da autoria de Leonel Moura:

Nesse mesmo período, foi construído um Monumento a Almada Negreiros, concebido por Leonel Moura, sito na Av. Eng. Duarte Pacheco, em Lisboa. A peça que Leonel Moura projetou adequa-se à visão futurista de Almada, numa profunda identificação e admiração perante a sua alma moderna que sempre imprimiu. Esta obra escultórica tem a configuração de um paralelepípedo forrado a azulejos e formado por uma espécie de vaso que acolhe no seu topo uma palmeira, utiliza como base uma fotografia do próprio Almada vestido de operário em pose de representação, (no palco do Teatro da República que ocorreu no dia 14 de Abril de 1917 publicada em «Portugal Futurista», aquando da realização de uma Conferência sob o título de «Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX»), que se justapõe sobre um fundo desenhado por listas brancas e negras onde estão inseridos dezenas de verbos assertivos com mensagens positivas como (voar; descobrir; envolver; projetar; unir; fabricar; obter; inventar; primir; extasiar; arrancar; desejar; resistir; arrasar; agir; aprovar; ir;

aplaudir e fazer). Existe também nesta peça um conjunto de relógios inscritos nos azulejos que marcam uma hora exata, com uma impressão computadorizada, provocando um contraste acentuado entre esse fundo e a linguagem figurativa da referida imagem. Relativamente a esta peça o Arqto. Jorge de Carvalho, (Diretor do Departamento de Património Cultural) faz uma observação pertinente no texto sobre esta obra publicado no «*Roteiro da Estatuária e Escultura de Lisboa*», (editado em 2005, pág. 11), quando diz que «o conjunto apresenta-se como uma homenagem à modernidade que Almada simboliza, expressa na referência «é a hora», na atitude afirmativa das palavras e verbos e na própria postura da imagem, frontal e decidida». Esteve previsto na proposta inicial no topo da escultura a instalação de uma palmeira Dendém autêntica e verdadeira da espécie «*Elaeis Guineensis*», sendo uma referência típica da ilha de São Tomé e Príncipe, fazendo todo o sentido porque Almada era natural daquele País, mostrando também nesta intervenção preocupações ambientais. Esta obra foi um trabalho importante deste artista plástico (Leonel Moura) nesse período, até porque já se anuncia a sua vertente ligada à era das novas tecnologias em conjugação com a ciência, áreas que o criador se debruçou futuramente de grande intensidade, particularmente através do desenvolvimento dos robôs no qual se dedica atualmente quase exclusivamente; sendo um autor que se caracteriza por ter um trabalho eminentemente concetual. Esta referência a Almada aproxima-se mais de uma intervenção urbana, anti-escultura do que propriamente, de um Monumento, de uma obra de arte.

- Evocação a Almada no espaço público da Estação do Metropolitano do Saldanha:

Desde o ano de 2009 (a inauguração ocorreu no dia 29 de Agosto) que o espaço público da Estação Saldanha II do Metropolitano de Lisboa (linha vermelha em conjunto com a Estação São Sebastião II, no âmbito da expansão da linha Oriente) acolheu uma série de intervenções visuais evocando o trabalho de Almada Negreiros que esteve a cargo do seu filho, o Arqto. José de Almada Negreiros, tendo o projeto de arquitetura da estação respetiva sido atribuído ao Arqto. Germano Venade. (Esta nova estação liga a linha vermelha à amarela, do centro da cidade ao Oriente).

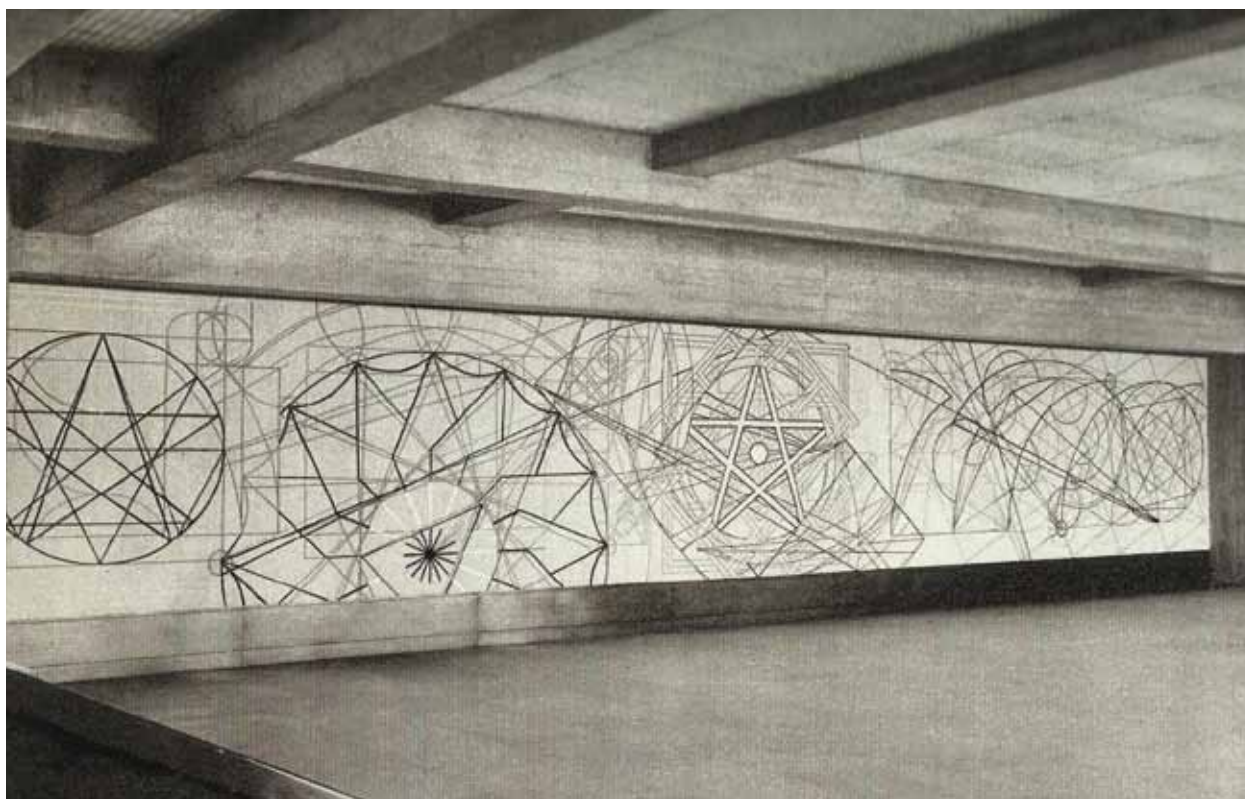
“Entrei numa livraria. Pus-me a contar os livros que há para ler e os anos que terei de vida. Não chegam! Não duro nem para metade da livraria! Deve haver certamente outras maneiras de uma pessoa se salvar, senão... estou perdido.”
José de Almada Negreiros

Nos dois cais e nas entradas podem ser observados obras de artes plásticas reproduzidas em azulejo (pinturas e desenhos) em memória de Almada e através da inscrição de frases chaves e excertos de textos com elevado conteúdo do próprio Almada que revelam numa breve síntese as suas preocupações em diferentes períodos no plano estético do seu extenso percurso artístico. Neste espaço público este projeto artístico demonstra uma conjugação bem-sucedida entre a vertente mais plástica e visual (desenhos e pinturas) e o lado literário (manifestos, poemas, romances e teatro). O Arqto. José de Almada Negreiros criou também nas paredes da estação, imagens de grande impacto e de forte contraste, visualizadas a vários metros de distância, justamente para transmitir a ideia de uma personagem portadora de uma adequada sabedoria, tendo em consideração a intensidade com que desenvolvia os seus trabalhos e se entregava aos seus ideais. A leitura das imagens coincide com o percurso dos passageiros com traçados nos rodapés e nos tetos, mantendo a linha horizontal, importante para o observador em andamento e, libertando a parte central mais alta do cais para receber outros elementos selecionados e que contribuem para o aspeto geral simples mas austero que a estação emana. Podemos constatar que o Arqto. que projetou a estação teve o cuidado de criar uma unidade representativa da obra plástica de Almada com a preocupação de escolher os diferentes géneros.

A área do Auto – Retrato tem duas obras num dos cais, a primeira trata-se de uma composição bem conhecida, datada de 1949, possuidora de uma geometrização acentuada com os olhos do artista e uma segunda, não assinada nem datada, onde o desenho do traçado é mais livre e imaginativo.

No campo do Desenho existem peças gravadas de forma indelével como «*Lendo Orpheu*» e «*A Engomadeira*», próximas da linguagem cubista Picassiana, (A estadia de Almada em Paris em 1919-1920 marca um ponto de viragem com a sua «*confessada admiração por Picasso*». A ida de Almada para Paris não teve, à partida, os mesmos sinais e reflexos que teve para o Grupo dos jovens Artistas Portugueses de então. Porém, esse período de estadia em Paris só viria a ter reflexos mais tarde no percurso plástico e estilístico de Almada) onde se evidencia a distorção através das deformações anatómicas dos corpos apresentados, não deixando de assinalar o grande dinamismo e a movimentação na representação das linhas, formas e volumes, tornando os elementos numa distribuição equilibrada.

Podem também ser vistas composições abstratas, mais depuradas de rigor geométrico como as quatro obras nos dois lados do cais «*O Ponto de Bauhütte*»; (é uma composição onde Almada desenvolveu uma rede complexa de traçados que culmina na determinação, ponto «*colocado no círculo e encontrado no quadrado e no triângulo*» que já fora motivo de um dos quadros da série exposta em 1957); a «*Porta da Harmonia*»; «*Relação 9/10*» e «*3 Quadrante*», onde a disciplina da geometria passa a desempenhar o papel primordial no seu trabalho, como afirma Almada: «*A geometria é a medição da natureza com o entendimento humano*». Todas estas quatro composições que se encontram na estação do metro datadas de 1957, os seus originais a preto e branco em Óleo s/Tela estiveram expostas na «*I Exposição de Artes Plásticas*» da Fundação Calouste Gulbenkian, onde obteve o Prémio Extra-Concurso. Este grupo de abstrações geométricas abriu caminho e estão na origem da sua obra mais nuclear da sua última fase, um dos últimos trabalhos de Almada, o painel «*Começar*» em pedra gravada instalado no hall de entrada da Fundação Calouste Gulbenkian.



Sobre esta peça explica Almada que: «*A dimensão da parede agora conseguida corresponde, exatamente, a todo o meu trabalho, que inclui os estudos que fiz desde 1916 (...) Esses estudos, que aqui vou dar conhecimento, representam documentos milenários sobre o sinal, e a sua interpretação nos vários Continentes...*».

«Pintar é falar consigo mesmo para que alguém nos entenda»

Existem também neste local pinturas bastante trabalhadas com apontamentos sugeridos num jogo bem estudado entre o claro e o escuro, lembrando por vezes através da movimentação dos corpos as telas Matissianas como nas «Meninas jogando às pedrinhas» a tinta da china e aguarela e numa composição de cores intensas, datada de 1947/49, com o tema de veraneio e de algo tropical, ambas encontram-se numa das entradas da estação.



«Arte não é uma opinião, é um conhecimento»

Ao longo da sua obra, Almada deu continuidade sobretudo a três das artes que praticou: o desenho, o teatro e o ensaio. A sua participação na vanguarda artística portuguesa da época realizou-se acima de tudo através da palavra. De facto, embora declaradamente futurista em textos de diversa ordem, Almada jamais se aproximou das opções do futurismo nas artes plásticas e só bastantes anos mais tarde incorporou e introduziu elementos da gramática cubista, ao contrário de Santa – Rita ou Amadeo que estabeleceram, logo no início dos anos de 1910, no princípio do Século XX.

«As pessoas que eu mais admiro são aquelas que nunca se acabam».



- A importância da área do Desenho na obra de Almada:

Observa-se que Almada no plano visual foi sobretudo um excelente desenhador, com um traço vigoroso e expressivo cheio de vitalidade. Disse Almada a propósito d'O Desenho: «O desenho não é, como pode julgar-se, simplesmente um conjunto de linhas ou traços, um gráfico representando uma

coisa. O desenho é o nosso entendimento a fixar o instante». (Ref.^a. «Obras Completas» de 1971). De todas as áreas a mais constante foi o desenho, para a qual mostrou vocação desde ainda muito jovem, durante a frequência no Colégio Jesuíta de Campolide. Fernando Pessoa chamou-lhe o «Humorista que faz sorrir com o lápis». Almada recebeu assim os primeiros incentivos de Fernando Pessoa, que lhe atribuiu talento e mérito pela Exposição «*Eu creio que ele tem talento. Basta reparar que ao sorriso do seu lápis se liga o polimorfismo da sua arte*». Aliás Almada revela depois da morte do poeta que: «*Com Fernando Pessoa, eu conversei-me... A maior e única falta que tenho sentido (...) é a falta de outros, outros iguais a mim, de outros que venham comigo ou eu com eles*» (este estado de espírito é traduzido em 1923, depois de ter estado em Paris no decurso de 1919-1920, referindo-se aos dois pintores Amadeu de Sousa Cardoso e Santa-Rita).



A partir da estadia em Madrid (1927-32) o seu desenho atinge «*novos rigores de apontamento visual e estilização, quer pela linha quer pelo sombreado*». É de mencionar uma Exposição denominada «*El Alma de Almada El Impar: Obra Gráfica, 1926-31*» centrada na sua produção artística durante a época em que viveu em Madrid realizada no Palácio Galveias em 2004 e no mesmo ano no Museu do Chiado sob o título de «*Desenhos de Almada*». Se o desenho autónomo é uma constante do seu percurso artístico, a pintura não o ocupa ao longo dos anos de forma tão permanente. Mais desenhador do que pintor, na pintura de Almada será sempre o desenho a desempenhar a principal função estruturante. Com efeito, as pinturas que realizou de forma dispersa ao longo da sua carreira têm o desenho como elemento constitutivo, sendo este que coordena a distribuição discreta das cores. O desenho de Almada tanto pode ser uma frase, como um gesto, como um desenho propriamente dito. Nunca sendo uma explicação é sempre uma enunciação. Porque «*O desenho é o meio e o homem a finalidade*», cedo Almada fixa, com uma certeza absoluta, uma forma de desenhar só dele. Os seus desenhos, como fez notar Victor Falcão, «*possuem um carácter definitivo, pela limpidez das suas formas, pelo desembaraço da sua técnica, pela firmeza da sua construção*». As suas qualidades nas artes do desenho são sobretudo provenientes do seu talento artístico, ainda se tornam mais relevantes porque Almada era essencialmente um autodidata (não frequentando qualquer escola de ensino artístico). Existe nele a afirmação de um estilo ou de uma assinatura, de quem fez da sua assinatura a imagem mais imediatamente representativa da sua «*autoridade pessoal*» ou a síntese absoluta da sua presença. Desenhar a assinatura através do seu gesto performativo, de quem como referiu o Arqto. Cottinelli Telmo «*assina como desenha*» sobre a Exposição «*Almada - Trinta Anos de Desenho*» (de 1911 a 1941), (num artigo intitulado «*Almada - Trinta anos de desenhos, de agitação, de ideias e problemas artísticos de mocidade e de espírito*», publicado no Jornal a «*Acção*» no dia 3 de Julho de 1941)

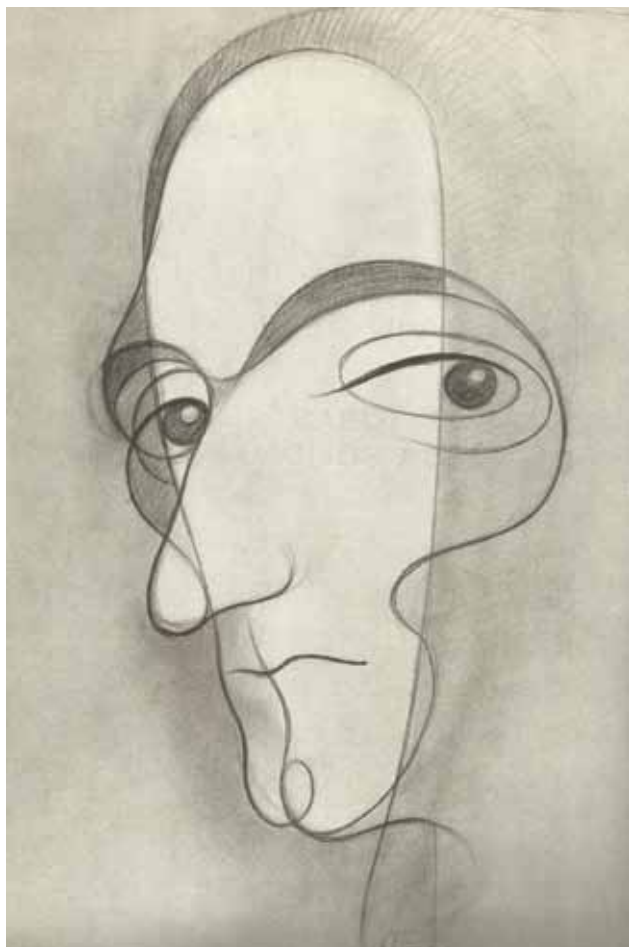
que decorreu no SPN em 1941, onde mostra uma série de «Nús» de tendência claramente figurativa, realizados de 1938 a 1941, considerando que Almada é «um farol numa época», estando convencido que onde o artista é grande «é nos seus desenhos a lápis, alguns dos quais têm a sina das coisas destinadas a não morrerem, com a sua coleção de lápis pretos de diferentes gradações de dureza (...) Almada obtém efeitos de cor e de matéria como se estivesse trabalhando com uma paleta riquíssima de cores e tons». A partir desta Exposição de 1941 sobre o artista assinala-se um momento de viragem na perceção pública da sua obra. Perante o sucesso da Exposição, o Arqto. Cottinelli Telmo escreveria numa carta aberta ao artista: «Hoje é o Almada de sempre, apenas com a diferença de seres o Almada aceite, o Almada compreendido». (É a partir desse momento que ele irá participar mais assiduamente nas iniciativas do SPN, ainda em 1941 e em 1942, respetivamente na 6ª e 7ª Exposição de Arte Moderna, vencendo o Prémio Columbano em 1942. Em 1946 vence o Prémio Domingos Sequeira na «I Exposição de Arte Moderna de Desenho e Aquarela», no SPN/SNI). Isto significa que desenho, gesto e nome confundem-se na assinatura de Almada. Houve sempre em Almada uma necessidade de fundir desenho, escrita e gesto.

- A temática dos «Auto-Retratos» no percurso de Almada numa singular Auto-Representação:

O campo do Desenho e do Auto-Retrato estão intimamente interligados pois no «Universo de Almada» o personagem central foi sempre ele próprio, sendo Almada o único personagem desse Universo que se evidencia, com a sua obsessiva auto - representação. É sempre através do corpo que se manifesta. Um corpo de ator que comunica através do gesto e da voz, criando imagens com a energia do seu corpo solitário. Toda a obra de Almada passa pelo seu corpo actificante. Esta forma de estar na vida já estava escrita no «Génese» que Almada cita na sua «Direção Única». «As ocasiões não se procuram, encontram-se. E quem é, além de nós mesmos? Só quem não há-de encontrar-se antes de chegar ao fim é que foge da realidade com medo de ser mordido por ela! Mas eu não tenho medo de viver. O meu medo é incomparavelmente maior do que esse: tenho medo de não viver». (Refª «Obras Completas» de 1971). Os Auto-Retratos de Almada constituem o núcleo mais representativo da sua obra onde a expressividade atinge momentos de exceção. No domínio visual, Almada auto-retrata-se, na tentativa de uma permanente interrogação. Em 1924 declarara sabiamente que «O difícil não é chegar aos grandes, mas a si próprio!».



Neste artista a temática mais envolvida em mistério é sem dúvida a dos Auto-Retratos quer no desenho, quer na caricatura, quer na pintura onde nalguns casos se auto-retrata com a sua mulher a pintora Sarah Affonso como no «*Duplo Retrato*» (Óleo s/tela de 1934-36) para não referir os seus «*Retratos de Família*» e os «*Auto-Retratos em Grupo*». (como o Óleo s/tela de 1925 que decorou até 1970 o Café «*A Brasileira do Chiado*» juntamente com «*As Banhistas*» do mesmo ano).



Este tratamento permanente dos auto-retratos é trabalhado quase obsessivamente ao longo do seu percurso artístico, em diferentes períodos, sendo alguns deles melhores conseguidos do que outros, nuns as expressões revelam uma maior dureza, noutros a suavidade impõe-se com uma maior naturalidade. Género que é uma característica comum de muitos artistas, que se prende com a sua afirmação, por vezes demasiada enfática e redundante do artista numa procura permanente da sua identidade. Aproveito para mencionar a composição recente da caricatura de Almada Negreiros concebida pelo cartoonista António que se encontra nos espaços públicos da Estação do Metro do Aeroporto desde o verão passado, de 2012, onde o desenhador escolheu meia centena de nomes importantes da Cultura Portuguesa, incluindo o de Almada. (Sendo de relevar no mesmo período a mostra «*A Viagem Caricaturas de António*» dos desenhos/caricaturas dos trabalhos preparatórios de António para a Estação do Aeroporto que estiveram expostos no Museu Bordalo Pinheiro entre 26 de Julho até 29 de Dezembro de 2012).

(Foi entretanto publicado um Livro da Editora Documenta denominado «*Caricaturas do metro Aeroporto*» de António Antunes cujo lançamento foi realizado no mesmo Museu no dia 25 de Janeiro de 2013. Foi seguido de uma conversa com o autor sobre Caricatura e Arte Pública). Historicamente, um dos primeiros Auto-Retratos é uma «*Auto-Caricatura*» de Almada data de 1913, desenho publicado na sua 1ª exposição, é o esgar provocatório do olhar já frontal. Dois anos depois, em 1915, surge o «*Auto-Retrato*» que acompanha a entrevista que deu sobre «*O suposto crime d'Orpheu*», é o olhar desdenhosamente agressivo do afrontamento. Plasticamente, uns surgem por vezes com os rostos em jeito de caricatura, de traços mais simplificados apenas sugeridos; noutros, o trabalho é mais elaborado, mais descritivo onde a expressão é mais realista e identificativa.

Mas, em todos eles o que os caracteriza e distingue são os seus grandes olhos expressivos, em que estes vão aumentando cada vez mais, numa acentuada fixidez como nos Auto-Retratos dos anos 20 e 30, que não apelam à contemplação mas à criação eufórica, como por exemplo o de 1919, onde se vê a disposição angular distorcida de estrutura cubista; existe o de 1926; o de 1928, onde o artista se apresenta com uma imagem elegante segurando uma tela com uma mão e na outra, o estilete e o de 1930, onde o seu rosto se aproxima mais de uma caricatura, com os traços muito simples. Afirma o próprio artista em 1926 que «*Os olhos são para ver e o que os olhos vêem só o desenho o sabe*». «*Os olhos da nossa memória vêem melhor do que os nossos*». A propósito dos seus «*Auto-Retratos*» esclarece o próprio Almada que: «*Nunca gostei de quem não sabe desenhar-se*». Neste género, o «*Auto-Retrato*»

de 1943 é uma das peças mais divulgadas, que se vai afastando da figuração com a sobreposição de textos/palavras que funciona como fundo da composição, onde se salientam os seus olhos e onde a expressão do seu olhar é um momento único porque trespassa profundidade, teatralidade, loucura e lucidez. Este olhar é amargo, do não resignado, trágico talvez por ter ficado e permanecido em Portugal. Neste contexto, cito a frase do professor e historiador de arte António Rodrigues (publicada no Catálogo da Exposição sobre a Obra Gráfica de Almada no Palácio Galveias em 1993) que me parece que cabe aqui referir oportunamente: «*Artista, poeta ou personagem, Almada apenas quis desenhar-se Almada*». Almada é o princípio e o fim da sua obra, ou melhor dizendo, Almada é o princípio e o fim do universo. Por isso, o vemos no «*Auto-Retrato*» de 1949 numa composição inteiramente abstrato-geométrica, em que os olhos do artista já não são humanos, como se fossem dois pontos negros, articulados pelos eixos do infinito, dentro da estrutura de um retângulo acentuado. Almada sentia uma espécie de pulsão para estar sempre dentro de tudo aquilo que fazia. Entendia que pensar era já fazer, porque considerava cada intervenção sua como um ato único e intensamente definitivo. Foi um artista dirigido para o futuro e cada obra que realizava teve um sentido cíclico de iniciar de novo, como se se tratasse de um outro projeto, num começar permanente. «*Até hoje fui sempre futuro*». «*Ser autor é trazer-nos inédito o que ainda pertence ao conhecimento geral*». «*Aprendi com os Deuses a estar só e inocente*». «*Uma época não é apenas uma questão de tempo mas essencialmente um sentido do novo no eterno*». «*Em mim se cruzaram finalmente todos os lados da terra*», continua a ler-se no poema a Rosa dos Ventos, de Almada Negreiros, autor das frases espalhadas pela Estação.





© Ernesto Matos

NOTAS SOBRE AS PLACAS TOPONÍMICAS DE LISBOA

António Adriano

A identificação toponímica é um elemento essencial para a vivência dos cidadãos no seu relacionamento com o espaço urbano.



Este texto tem por base o trabalho efetuado em 2012 que deu origem ao documento “Contributos para o Estudo das Placas Toponímicas de Lisboa | Relatório Preliminar”, o qual decorreu sob o patrocínio do Departamento de Património Cultural, da Direção Municipal da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, que detinha à época as competências de gestão das placas toponímicas. Nele participaram os técnicos camarários António Adriano (DMC / DPC / Núcleo de Toponímia), Inês Metelo (DMAU / DAEP), Isabel Cristina C. M. A. Santos (DMPRG / DIGC / DIUG), José Guerra Monteiro (DMPO / DCMIVP) e Miguel Carrelo (DMC / DPC).

Pretendeu-se com esta análise diferenciar e sistematizar as múltiplas vertentes que caracterizam as placas toponímicas, nomeadamente qualificativas, quantitativas e geográficas, e as distinções entre as várias tipologias deste veículo fundamental para a visibilidade e a identificação dos topónimos na cidade.

Os dados trabalhados remetem a 2012. Decorridos quatro anos é natural que exista um desfazamento entre a realidade à época e a atual. Este far-se-á sentir, sobretudo, nas existências nas zonas periféricas da cidade que foram entretanto alvo de intervenções (Alta de Lisboa, por exemplo). No entanto, a atribuição de topónimos e a colocação de placas neste espaço de tempo foi reduzida, pelo que o desvio existente se pode considerar negligenciável em termos dos resultados globais.

Na sequência da reorganização administrativa da cidade em 2014 que teve efeitos práticos em termos da gestão do equipamento em análise, nomeadamente a transferência das competências para a sua gestão da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia e a publicação de uma nova “Postura Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia”, procurou-se adequar este texto ao panorama corrente.

1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A afixação das placas toponímicas poderá dividir-se cronologicamente em seis episódios distintos:

1 - Placas gravadas na pedra dos cunhais dos arruamentos da Baixa Pombalina na sequência da portaria de 5 de novembro de 1760, que atribuiu oficialmente denominações toponímicas à área;

2 - Letreiros pintados nas fachadas dos prédios a partir de 1801, surgidos com a criação de serviços

organizados de distribuição de correio, e com a subsequente necessidade de passar a identificar as ruas por escrito;

3 - Placas de ferro esmaltado no último quartel do séc. XIX, das quais não há registo na cidade, tendo provavelmente sido substituídas;

4 - Placas de azulejo a partir dos anos 30 do século XX;

5 - Placas de cantaria, de fachada e de pilar, referenciadas nas atas da Comissão Municipal de Toponímia, criada em 1943;

6 - Placas toponímicas metálicas, de pilar, nos arruamentos da área da antiga Expo 98 e posteriormente na Alta de Lisboa.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Em 2014 teve lugar o processo de reorganização administrativa da cidade, aprovado pela lei nº 56/2012, de 8 de novembro, e nesse seguimento a deliberação nº 6/AML/2014 definiu o conjunto de competências que permaneciam na Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido as restantes transferidas para as Juntas de Freguesia, entre elas a competência para assegurar a aquisição, colocação e manutenção das placas toponímicas (artigo 12.º b da lei acima referida).

Conjunto de normas legais que regem a toponímia no concelho de Lisboa:

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que regulamenta: Compete à Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças do município, após parecer da correspondente Junta de Freguesia (artigo 33.º n.º 1 ss);

Lei nº 56/2012, de 8 de novembro que aprovou a reorganização administrativa da Cidade e a Deliberação n.º 6/AML/2014, que determinou a permanência de um conjunto de competências na Câmara Municipal de Lisboa, transitando as restantes para as Juntas de Freguesia, entre as quais a competência para assegurar a aquisição, colocação e manutenção das placas toponímicas (artigo 12.º b da Lei 56/2012);

Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, BM 1076 de 2 de outubro de 2014, que define as regras para a atribuição de topónimos na cidade, designadamente a constituição e competências da Comissão Municipal de Toponímia, os seus critérios e princípios orientadores, as regras para a gestão das placas toponímicas, nomeadamente a sua tipologia, execução, colocação e manutenção e em paralelo os procedimentos a adotar no que respeita à numeração de polícia.

Inclui quatro artigos e um anexo sobre placas toponímicas, também identificadas como placas de denominação ou letreiros:

“ (...)

Secção II

Placas de denominação

Artigo 7º Local de afixação;

As placas devem ser afixadas, pelo menos, nas esquinas dos arruamentos respetivos e do lado esquerdo de quem neles entrepelo arruamentos de acesso, e nos entroncamentos na parede fronteira ao arruamento que entronca.

Artigo 8º Composição gráfica;

1 – As placas toponímicas devem ser de composição simples e adequada à natureza e importância do arruamento respetivo, podendo conter, além do topónimo, uma legenda sucinta sobre o significado do mesmo, sendo executadas de acordo com os modelos constantes da tabela anexa à presente postura.

2 – Nos bairros onde predominam as tipologias I, III e Azulejo, sempre que se verifique a necessidade

de substituição ou colocação de novas placas, deve ser mantida a tipologia original.

3 - As placas tipos II e IV devem ser substituídas ou colocadas em locais onde já existam, em situações indiferenciadas ou de continuidade.

4 - A placa tipo V deve ser utilizada apenas em casos de substituição de placa idêntica já existente no local.

5 - Podem ser colocadas placas toponímicas com design inovador, em espaços resultantes de operações de planeamento urbano ou de requalificação, mediante aprovação prévia da Câmara Municipal.

Artigo 9º Competência para afixação e execução

1 - A execução e afixação de placas de toponímia é da competência da Junta de Freguesia da respetiva área, sendo expressamente vedado aos particulares, proprietários, inquilinos ou outros, a sua afixação, deslocação, alteração ou substituição.

2 - As placas eventualmente afixadas em contravenção ao número anterior são removidas sem mais formalidades pela Junta de Freguesia.

Artigo 10º Responsabilidade por danos

1 - Os danos verificados nas placas toponímicas são reparados pelas Juntas de Freguesia, por conta de quem os tiver causado, devendo o custo ser liquidado no prazo de 8 dias, contados da data da respetiva notificação.

2 - Sempre que haja demolição de prédios, ou alterações de fachadas que implique a retirada das placas toponímicas afixadas, devem os titulares das respetivas licenças depositar aquelas nas instalações da Junta de Freguesia da respetiva área ficando, caso não o façam, responsáveis pelo seu desaparecimento ou deterioração.

3 - É condição indispensável para a autorização de quaisquer obras ou tapume a manutenção das indicações toponímicas existentes ainda quando as respetivas placas tenham sido retiradas.

(...)

TIPOLOGIAS DEFINIDAS NO ANEXO I DA POSTURA

Tipo de Letreiros	Categoria das Vias Públicas
I - Letreiros pintados diretamente nas fachadas dos prédios, com letras a branco sobre fundo preto ou em azulejo clássico.	Bairros típicos: Alfama, Castelo e Mouraria.
II - Placa de cantaria de lioz lapidada, com letras cavadas por igual e pintadas a preto fosco.	Uso generalizado, exceto nos locais mencionados para colocação de placas tipo I, III e azulejos.
III - Placa de cantaria de lioz, com letras tipo romano, cavadas e pintadas a verde bronze. Aos cantos, para fixação, levarão pregos metálicos bronzeados sextavados, (tipo diamante).	Arruamentos da Baixa Pombalina.
IV - Placas de cantaria de lioz, assentes sobre pilar, com letras cavadas por igual e pintadas a preto fosco.	Uso generalizado, exceto nos locais mencionados para colocação de placas tipo I, III e Azulejo.
V - Placas em azulejo, com bordadura a rectângulos esquartelados a duas cores (preto e branco) encimados pelo brasão da Cidade.	A utilizar apenas em caso de substituição de placa idêntica já existente.
Azulejo - Placas constituídas por 12 azulejos (14x14cm) com letras e filete azul ou preto sobre fundo branco.	Bairros com identidade própria, casos do Bairro Alto, Madre de Deus, Arco do Cego, Campo de Ourique, Restelo, entre outros.

3. DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA E GEOGRÁFICA - SÍNTESE



A planta representa a repartição das várias tipologias de placas toponímicas na malha urbana. De acordo com os dados de 2012, as placas totalizavam 11.973, distribuídas por 3.335 arruamentos, o que perfazia uma média de 3,6 placas por arruamento.

A toponímia das áreas do Monsanto e do Aeroporto de Lisboa não é oficial daí a existência de duas manchas a branco sinalizando a ausência de placas municipais, que são colocadas apenas em arruamentos com toponímia oficializada.

É de assinalar a predominância das placas de cantaria, tipo II (fachada) e tipo IV (pilar), que foram conquistando a cidade a partir dos anos 40 do século passado. As restantes tipologias confinam-se aos locais indicados na postura.

4. CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DAS VÁRIAS TIPOLOGIAS EXISTENTES

TIPO I - *Letreiro pintado diretamente nas fachadas dos prédios, com letras a branco sobre fundo preto*

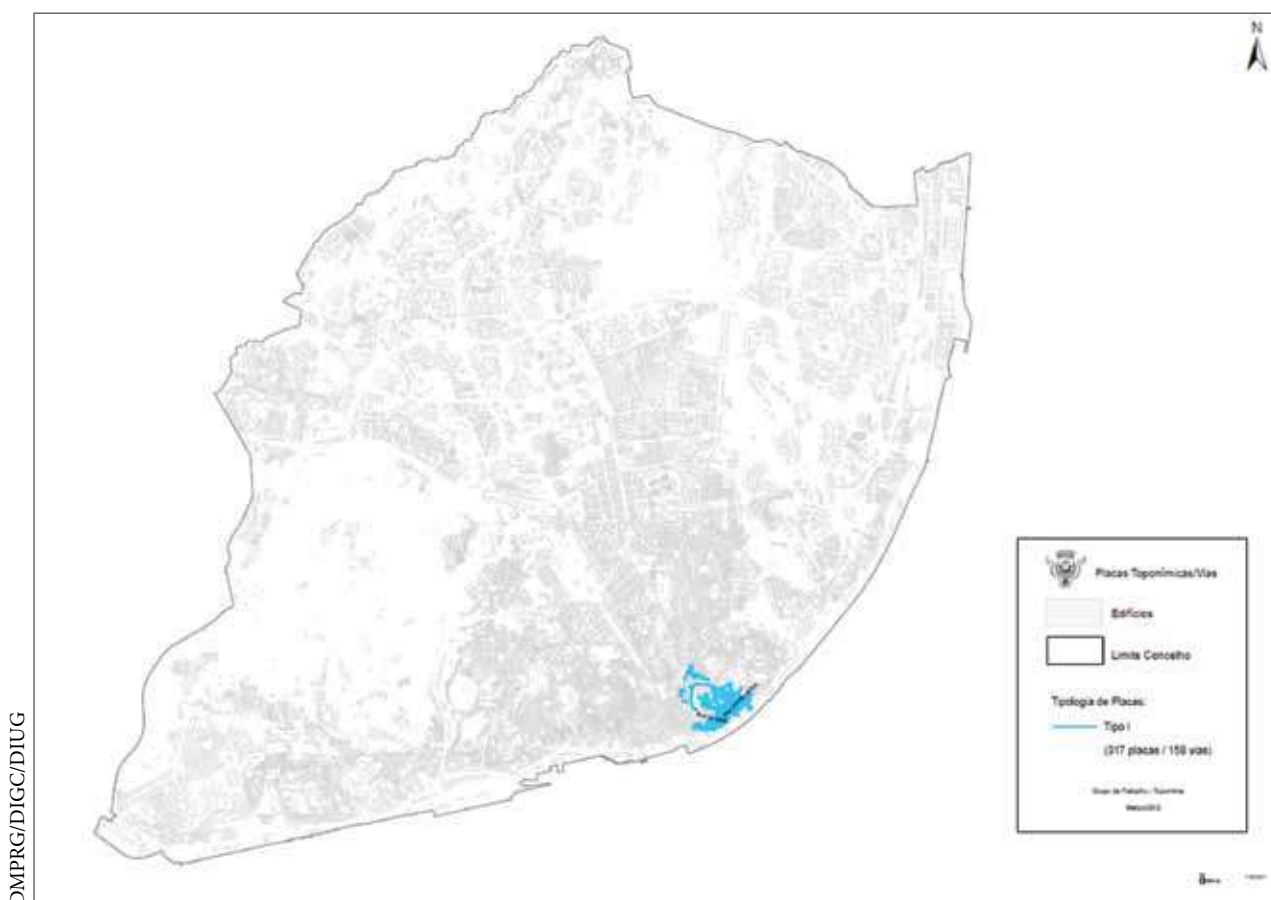


A sua utilização é circunscrita aos bairros históricos de Alfama e Castelo. É um elemento de valor patrimonial, associado à história dos lugares e um dos pilares da sua identidade. Consta-se a sua existência em alguns arruamentos na Mouraria, embora a maioria dos mesmos estejam identificados por placas de cantaria, tipo II.



Em meados da última década foram introduzidas, no âmbito do trabalho de reabilitação urbana realizado pelo antigo Gabinete Técnico de Alfama, algumas placas toponímicas com as mesmas características mas em azulejo. No entanto, quando se verifica a necessidade de substituição destas placas em azulejo, tem-se optado pela recuperação do processo/material original de pintura direta na fachada dos edifícios.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Esta tipologia concentra-se numa mancha bem delineada na cidade. À data do estudo foram contabilizadas 317, o que configura 2,74% das existências na cidade.



Planta de pormenor assinalando os arruamentos onde existe este tipo de placas.

TIPO II - *Placa de cantaria de lioz bujardada, com letras cavadas por igual e pintadas a preto fosco*



É a tipologia dominante, tendo a sua utilização acompanhado a expansão do edificado lisboeta, de início na zona central, depois alargando-se aos novos bairros citadinos tornando-se um símbolo identitário da própria cidade.

É habitual a sua utilização em casos de necessidade de substituição de placas de fachada de outras tipologias, ainda que esta seja de evitar, pois pretende-se manter a diferenciação social e culturalmente identitária que essas outras tipologias, I e III, acrescentam aos locais onde estipuladamente devem ser colocadas.



A inclusão de uma legenda acompanhando o topónimo, caso este se configure no nome de uma personalidade (antropónimo), foi ocorrendo a espaços ao longo do séc. XX, muito ao sabor das decisões das sucessivas vereações. No entanto, a partir da década de 80, tornou-se prática comum a sua inclusão.

A legenda é composta, na generalidade, pela indicação da área, cargo ou profissão em que se destacou o homenageado e as datas de nascimento e morte.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Identifica-se de imediato a dispersão e conseqüente vulgarização desta tipologia nos arruamentos da cidade. São 8.987, o que configura 75,06% das existências.

TIPO III - Placa de cantaria de lioz, com letras tipo romano, cavadas e pintadas a verde bronze. Aos cantos, para fixação, levarão pregos metálicos bronzeados sextavados, (tipo diamante). Placa de cantaria de lioz, com letras tipo romano, cavadas e pintadas a verde bronze. Aos cantos, para fixação, levarão pregos metálicos bronzeados sextavados, (tipo diamante).



Cinco anos após o terramoto de 1755, encontrando-se os arruamentos da Baixa Pombalina já delineados, sentiu-se a necessidade de proceder à necessária identificação toponímica. Esta foi atribuída pelo decreto de 5 de novembro de 1760.

De início a identificação toponímica foi gravada nos cunhais dos edifícios á medida que a malha urbana se preenchia.

A colocação das placas tipo III data dos anos 40 do século passado, acompanhando a das novas tipologias em cantaria, tipo II (fachada) e tipo IV (pilar). Enriquecidas com pormenores de design e acabamento que as diferenciam das outras tipologias utilizadas, a sua utilização pretendeu preservar um ideário nobre e uma valorização da centralidade do local da sua colocação, a Baixa Pombalina.



Apresenta-se um exemplo de placas desta tipologia, executadas e afixadas em períodos recentes, mas distintos. A da direita, executada nas oficinas camarárias, utiliza letras do tipo romano, de acordo



com o regulamentado na postura. No entanto, convém realçar que foi a postura municipal que formalizou o tipo de letra já utilizado nas oficinas, e não o contrário.

A da esquerda, mais recente, não obedece a essa regulamentação, conservando no entanto as características formais da tipologia.

Com a implantação da República, o edital de cinco de novembro de 1910 substituiu vários topónimos ligados à Monarquia. A Rua Nova da Princesa passou a denominar-se Rua dos Fanqueiros. Gravada na pedra de um cunhal, a informação toponímica acima resistiu ao fervor anti monárquico republicano.



Mais um exemplo de coexistência da informação gravada nos cunhais com as placas de cantaria da Baixa Pombalina.

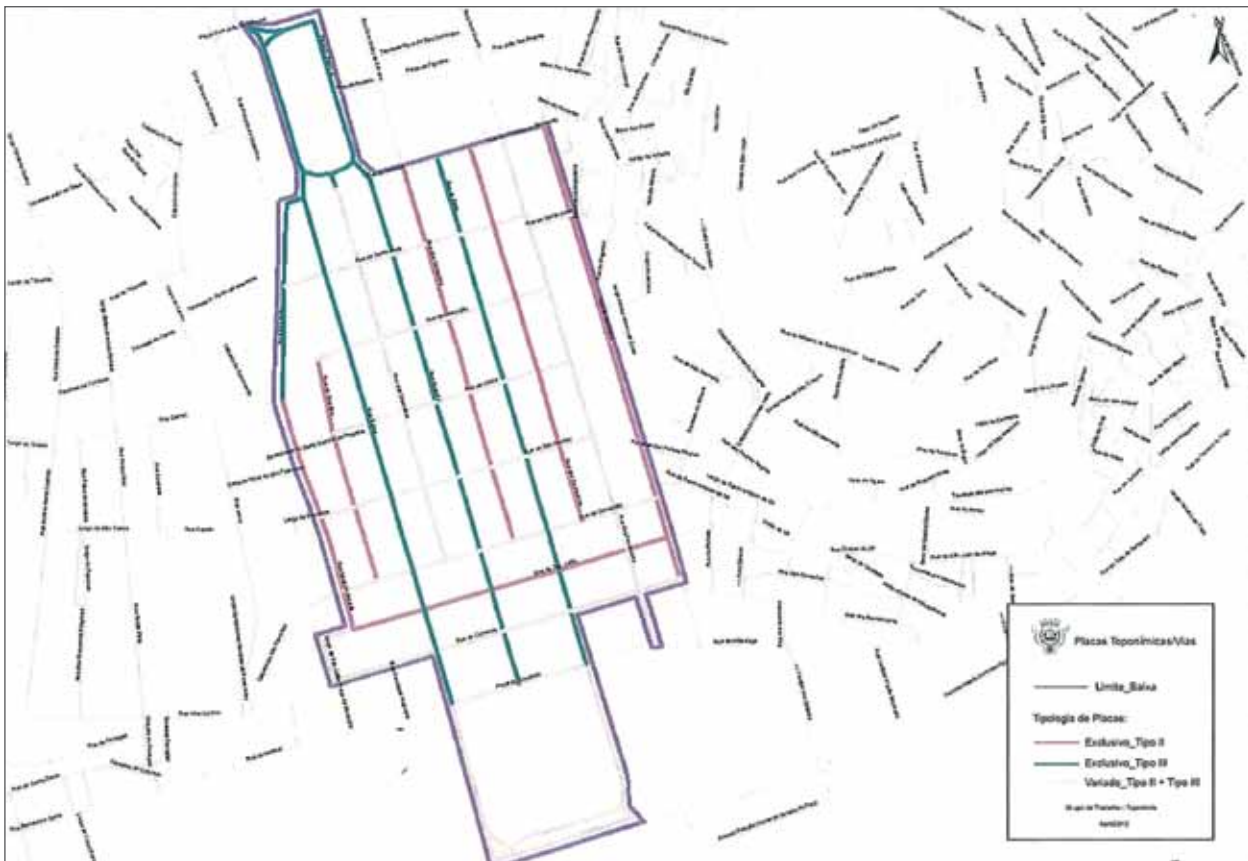
Por baixo da placa toponímica revela-se uma antiga sinalização indicativa das divisões desta malha urbana relativamente ao Tejo.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Tal como acontece com as placas dos bairros antigos, também a utilização desta tipologia se vê confinada a uma área específica facilmente identificada na planta ao lado.



DMPRG/DIGC/DIUG



DMPRG/DIGC/DIUG

No entanto, apesar de por direito e pela sua excelência a utilização desta tipologia se restringir aos arruamentos da Baixa Pombalina, é interessante constatar que são poucos os em que se verifica a exclusividade deste tipo de placa. As placas de cantaria tipo II foram-na “contaminando”, eventualmente por uma questão de custos. Além da Praça D. Pedro IV, vulgo Rossio, apenas os arruamentos principais, perpendiculares ao rio, as possuem em exclusivo.

De facto, das 230 placas existentes na Baixa Pombalina, apenas 109 são do tipo III, as quais configuram 0,91% das existências na cidade.

TIPO IV - *Placa de cantaria de lioz bujardada assente sobre pilar, com letras cavadas por igual e pintadas a preto fosco*

De utilização limitada na época da sua conceção, esta aumentou progressivamente à medida que a cidade se expandiu. Os arruamentos e os passeios alargaram-se e o estacionamento em espinha e as áreas ajardinadas disseminaram-se. Estes fatores implicaram o distanciamento dos transeuntes e veículos dos edifícios, dificultando a leitura de placas de fachada e obrigando à utilização destas placas, de pilar, passíveis de serem colocadas junto a passeadeiras, cruzamentos, entroncamentos, ajardinados, ou locais sem edificado necessitados de identificação toponímica.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Praticamente inexistente no centro da cidade a sua utilização adquire relevo nas novas zonas urbanas.

É a segunda tipologia mais representativa, totalizando 1.426 placas, o que configura 11,91% das existências.



TIPO V - Placa constituída por 12 azulejos com letras a preto sobre fundo branco, com pilar

Subsistem apenas alguns exemplares deste equipamento. A postura municipal indica que uma das suas utilizações seria a de assinalar os arruamentos cujo topónimo fosse alterado. No entanto, a Comissão Municipal de Toponímia tem pugnado nas suas propostas pela manutenção dos topónimos originais, a fim de defender e preservar a identidade toponímica dos locais, pelo que esta tipologia foi descontinuada.

AZULEJO - Placa constituída por 12 azulejos com letras e filete azul sobre fundo branco



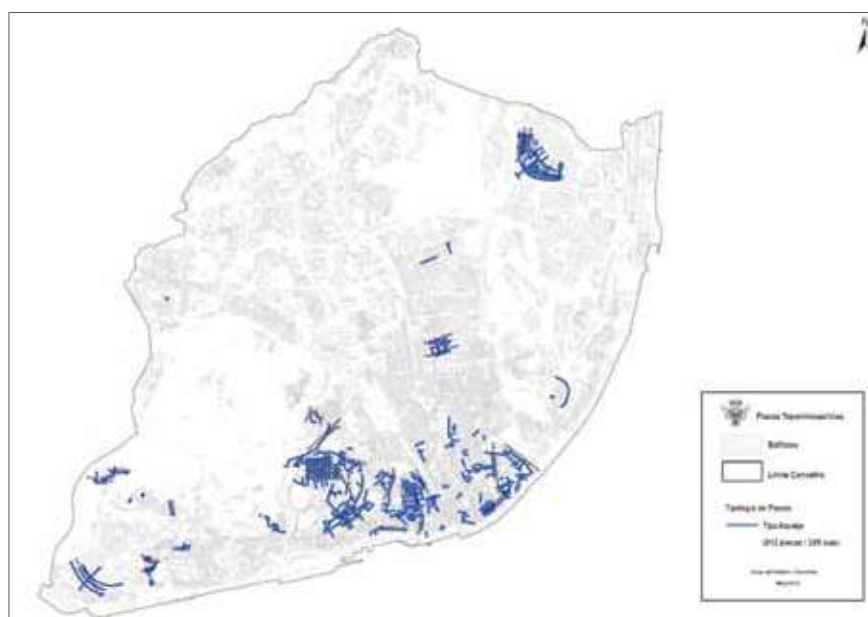
A partir dos anos 30, a utilização de placas em azulejo difundiu-se em bairros como Campo de Ourique ou Bairro Alto e Bica. Nos anos 50 iniciou-se a sua colocação nos bairros sociais da época, por exemplo, Alto da Ajuda e Encarnação.

Salienta-se que em alguns bairros foram colocadas de raiz nas fachadas de casas muradas, acessíveis apenas por pátios particulares, dificultando a sua manutenção e por vezes a visualização devido à elevação de muros e ao crescimento de árvores e arbustos.

Atualmente a sua colocação ocorre raramente, apenas em casos de necessidade de substituição por danos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

É fácil identificar alguns bairros onde subsistem estas placas. A nascente o Bairro da Encarnação, na zona central o Bairro do Arco do Cego, na zona do Centro Histórico os bairros do Bairro Alto e da Bica, Campo de Ourique e Lapa e a poente os bairros de Terras do Forno, Alto da Ajuda e Restelo.



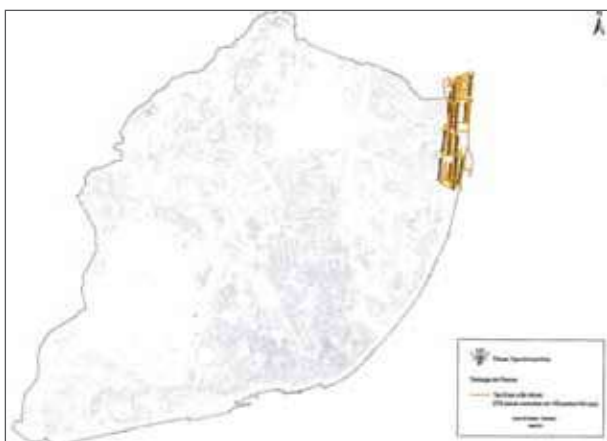
DMPRG/DIGC/DIUG

TIPO EXPO – Placa de alumínio com letras brancas sobre fundo azul (Parque das Nações), ou castanho (Alta do Lumiar) suspensa em perfil de alumínio ranhurado



Esta tipologia, a que se convencionou chamar Tipo Expo, não se encontra prevista na postura. Adquiriu esta denominação pois a sua colocação foi implementada aquando da Exposição Mundial “Expo 98”, na área atualmente conhecida como Parque das Nações, representando uma originalidade no conjunto das placas toponímicas até então utilizadas na cidade.

A sua existência esteve confinada à área do Parque das Nações até ao desenvolvimento da urbanização da Alta do Lumiar, onde foram de novo utilizadas, embora sem a mesma relevância. Esta situação deveu-se ao facto da atribuição toponímica e a colocação das respetivas placas na Expo98 ter sido em bloco, numa urbanização praticamente consolidada, ao passo que na Alta do Lumiar o desenvolvimento urbano foi progressivo e a colocação destas placas irregular, pelo que grande parte dos arruamentos se encontram identificados por placas de cantaria, tipo II ou tipo IV.



DMPRG/DIGC/DIUG

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Na zona sul do Parque das Nações totalizam 401, em 103 arruamentos.

Na zona norte, antigo concelho de Loures, existem 103, em 62 arruamentos.

No total são 504, representando 4,2% do das existências.

À data do estudo não existiam dados sobre a quantidade de placas desta tipologia colocadas na Alta do Lumiar.

TIPOLOGIAS SINGULARES

Existem várias placas toponímicas, pontualmente distribuídas pela cidade, que não se encaixam nas tipologias oficialmente definidas.



Retratam-se aqui as placas da Avenida Rio de Janeiro e da Praça do Município. A primeira faz parte da tradição de homenagear uma cidade ao colocar placas toponímicas idênticas às utilizadas na mesma. Também Madrid, Paris ou Macau têm modelos próprios nas ruas de seu nome.

5. PROPOSTAS PARA COLOCAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO - RELATÓRIO DE 2012

Colocação de novas placas

1 - Propõe-se a continuação da utilização das tipologias dos tipos II e IV (cantaria, de fachada e pilar respetivamente), no prolongamento de ruas existentes onde não existam características urbanísticas distintas e em situações urbanas indiferenciadas ou de continuidade,

2 - Admite-se o surgimento de novas tipologias, em espaços de escala diversa e desde que dotados de homogeneidade urbanística. Ao considerarmos as placas toponímicas como um elemento urbano com interesse identitário, a colocação de tipologias inovadoras poderá ser um contributo para a afirmação da identidade de lugares novos ou reconvertidos.

Esta hipótese foi testada com a afixação de uma placa em alumínio na Praça Europa.

3 - Nos espaços resultantes de operações de planeamento urbano ou de requalificação, com alguma escala e uma imagem arquitetónica própria, a adopção de placas do tipo Expo, atendendo às suas vantagens inerentes, entre elas a polivalência, é uma alternativa aos modelos predefinidos. É de ressaltar que não faz sentido a utilização deste equipamento em situações pontuais, onde se mostraria como um elemento descontextualizado e oneroso.



SUBSTITUIÇÃO DE PLACAS

1 - Nos bairros onde predominam as tipologias I, III e Azulejo, sempre que se verifique a necessidade de substituição de placas, recomenda-se que seja mantida a tipologia original pois são zonas urbanisticamente homogêneas, onde a sua imagem é entendida como um fator que contribui para a identidade local.

2 - Deve-se utilizar as placas toponímicas dos tipos II e IV, onde elas já existam, desde que não seja numa área de influência de placas com interesse patrimonial, caso em que se deve optar pela tipologia específica da zona.

6. NOTAS FINAIS

Existem em Lisboa 11.973 placas toponímicas (dados de 2012), agrupadas em seis tipologias principais. Destas, as de cantaria, tipo II (fachada) e tipo IV (pilar), representam em conjunto 87% do total. A sua utilização tornou-se a norma, “invadindo” a Lisboa central e antiga e a cidade nova à medida que esta se desenvolve.

Os restantes 13% distribuem-se por quatro tipologias fundamentais, “confinadas” a áreas bem delimitadas: azulejo, tipo III em cantaria (fachada) utilizada na Baixa Pombalina, tipo Expo e tipo I (fachada) utilizada nos bairros populares. Tendo em conta o seu interesse patrimonial, cultural e identitário, afigura-se necessário adotar medidas para a sua preservação nesses locais e para a sua salvaguarda, valorização e recuperação tendo em conta a rápida expansão das placas de cantaria das tipologias II e IV.

Acrescenta-se que embora o seu número seja reduzido, é também essencial identificar as placas de outros tipos, ou que inseridas numa tipologia dela diferem, através de um levantamento fotográfico e inventariação com vista à sua preservação.

Estando esta área de intervenção regulamentada, a Câmara Municipal de Lisboa compilou um “Guia de Apoio à Gestão das Placas Toponímicas de Lisboa” com as regras essenciais a que esta deve obedecer, documento esse que foi distribuído pelas juntas de freguesia aquando da transição de competências.

Cabe à CML, devido aos conhecimentos técnicos e anos de experiência dos seus funcionários, estar atenta ao cumprimento das regras e preceitos anteriormente dispostos e alertar caso se afigure necessário. Para esse efeito é também necessário que as Juntas de Freguesia colaborem para que se mantenha um registo atualizado das placas toponímicas existentes, o seu tipo e localização, centralizando a informação na base de dados dos serviços de toponímia.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAL

- “Contributos para o Estudo das Placas Toponímicas de Lisboa | Relatório Preliminar”, CML/DMC/DPC, 2012.
- “Guia de Apoio à Gestão das Placas Toponímicas de Lisboa”, CML/DMC/DPC, 2014.
- Machado, Paula. “A evolução das placas toponímicas na cidade de Lisboa” in “Contributos para o Estudo das Placas Toponímicas de Lisboa | Relatório Preliminar”, CML, 2012.
- Base de dados dos serviços de toponímia.

PUBLICADA

- Lei n.º 75/2013, D.R. n.º 176, Série I de 12 de setembro de 2013.
- Lei n.º 56/2012, D.R. n.º 216, Série I de 8 de novembro de 2012.
- Deliberação n.º 6/AML/2014, de 21 de janeiro de 2014.
- Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, BM 1076 de 2 de outubro de 2014.



NEM SÓ DE DATAS NAS PLACAS VIVE A TOPONÍMIA

Ana Homem de Melo

As placas dos arruamentos duma cidade encerram nelas histórias de vidas e de acontecimentos que pertencem à memória dessa mesma cidade, país ou mundo. São marcas de um passado partilhado por todos e registam, numa forma muito própria de memorialização, pedaços da vida urbana, da vida cultural, política, social de uma comunidade. Se as lermos numa perspectiva diacrónica, descobrimos camadas estratigráficas de topónimos que correspondem a alterações urbanas, mentais, políticas e que nos permitem reconstituir parte da vida da urbe.

A questão da atribuição de datas a alguns topónimos da cidade de Lisboa traz-nos à lembrança, de imediato, os casos mais óbvios. A Avenida 24 de Julho ¹ ou a Avenida 5 de Outubro ², ambas remetendo para dias revolucionários que os vencedores quiseram perpetuar na memória colectiva, por vezes reforçada com a atribuição de um topónimo com o nome do acontecimento, caso da Avenida da República ³, ou de antropónimos a ele ligado, caso da Praça do Duque da Terceira ⁴.

Este tipo de topónimo, que pretende glorificar uma data ou um acontecimento, surge apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando se inicia um processo de racionalização da toponímia, em detrimento da ingénua espontaneidade dos séculos anteriores, e acompanhando também o crescente fenómeno da atribuição de antropónimos.

De facto, a designação de sítios, de localidades, de arruamentos, teve início espontaneamente. Através da sua vivência, da sua intimidade com o espaço, do seu conhecimento pessoal dos habitantes, assim os moradores das cidades foram baptizando os arruamentos que se formaram ao longo dos tempos, acompanhando a evolução urbana. Em Lisboa, o processo foi este e a toponímia da Cidade durante séculos acompanhou e reflectiu as mudanças da urbe e da sua vida quotidiana.

Desde a sua fundação até ao século XVIII a toponímia lisboeta formou-se sem necessidade da intervenção de instâncias superiores, régias ou camarárias. Ressalve-se a excepção da Rua Nova do Almada, aberta em 1665, por decisão do então Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, Rui Fernandes de Almada, o que levou a que o próprio Senado determinasse que o novo arruamento homenageasse o nome do seu presidente. E passados quase 450 anos ela persiste em se chamar “Rua Nova do Almada”.

No século XVIII a inusitada e trágica ocorrência do terrível sismo de 1755 levou, como é sabido, à reconstrução pensada e reflectida da parte baixa de Lisboa. A tal reorganização iluminista do centro dinâmico da cidade, correspondeu uma toponímia também ela de carácter racional em detrimento de uma toponímia popular. O decreto régio de 5 de Novembro de 1760 ⁵ veio atribuir os nomes a 14

(1) Pelo edital de 13 de Setembro de 1878 recebeu o nome de Rua 24 de Julho, alterado para Avenida por Edital de 22 de Outubro de 1928.

(2) Por edital de 5 de Novembro de 1910 após a deliberação tomada na sessão de 6 de Outubro de 1910.

(3) Tal como a Avenida 5 de Outubro, por edital de 5 de Novembro de 1910 após a deliberação tomada na sessão de 6 de Outubro de 1910.

(4) Por edital de 28 de Dezembro de 1889.

(5) Veja-se BRITO, J. J. Gomes – *Ruas de Lisboa : notas para a história das vias públicas lisbonensas*. Pref. António Baião. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1935, Vol. I, pp. 52-57.

novos arruamentos, segundo uma lógica organizacional conforme ao próprio plano urbano. Assim, os arruamentos principais homenageavam as três principais figuras régias: o Rei (Rua Augusta, em honra da Augusta e Soberana Figura, e ainda a Rua Nova de El-Rei, a actual Rua do Comércio, vulgo dos Capelistas), a Rainha (Rua Bela da Rainha, actual Rua da Prata) e a Princesa D. Maria (Rua Nova da Princesa, actual Rua dos Fanqueiros). As restantes ruas recebiam nomes ou dos ofícios que nelas se agrupavam, tal como já era feito desde o reinado de D. João I, ou de invocações religiosas de templos que se mantinham perto ou que por ali tinham existido antes do terramoto.

Assim, Lisboa entrou no século XIX com apenas 15 topónimos atribuídos por decisão superior. A partir deste período a toponímia lisboeta viu atribuídos predominantemente antropónimos, consagrando nas suas vias públicas personalidades das mais variadas áreas de actividade.

Mas os estudos sobre a toponímia de Lisboa não se devem restringir a estudos parcelares sobre categorias de topónimos, sobre zonas e empreendimentos urbanos, conjuntos profissionais de topónimos, ou períodos históricos definidos. Em nossa opinião, a toponímia de Lisboa e estas jornadas em especial, devem também dar a conhecer outros meandros da toponímia em si mesma: o processo de atribuição dos topónimos, a composição das comissões de toponímia, a escolha dos nomes, as alterações (ou a manutenção) de alguns topónimos em épocas decisivas da história da cidade, os meios de divulgação das deliberações camarárias, enfim, todo um vasto conjunto de temas que se encontram a montante das próprias placas conhecidas pelo público.

Assim, o que me propus apresentar nestas jornadas onde procuramos entender as ligações entre o tempo e a toponímia, é assinalarmos a data de 1 de Setembro de 1859, efeméride dos estudiosos da toponímia, essa meia dúzia de curiosos e investigadores que gostam de meter o nariz em papéis alheios para melhor conhecer a cidade e a mentalidade de épocas passadas.

Tirando esta meia dúzia de interessados no assunto, poucas pessoas conhecerão o edital a que me refiro, mas, como tentarei demonstrar, ele é um instrumento legal muito próximo da toponímia actual. Enquadremos o edital.

A partir da vitória liberal, em 1834, Portugal conheceu um extenso e conturbado processo de reorganização administrativa que visava a uniformização das normas jurídicas vigentes no País. Desde a primeira metade do século XIX, e até ao final desse século, são estudados, apresentados, aprovados, revogados, e revistos, variadíssimos diplomas legais entre os quais, diversas tentativas de criação de um órgão de administração intermédia entre o Governo Central e os Municípios – o Governo Civil ⁶. Criado em 1835 o Governo Civil irá ter ao longo do século XIX diversas competências, funções e denominações. Simplifique-se esta questão, uma vez que não pretendo fazer aqui a história da evolução do Governo Civil de Lisboa. Designo-o apenas por Governo Civil, e informo que em 1859 competia a este órgão a atribuição dos nomes de arruamentos. Competência que lhe fora atribuída por Portaria de 27 de Setembro de 1843 ⁷ e reafirmada por Decreto de 9 de Julho de 1859 ⁸.

Porém, a acção deste órgão administrativo no campo da Toponímia é escassa entre o ano de 1843 e o de 1859, com a atribuição de poucos topónimos ⁹. A sua acção desenvolver-se-á predominantemente nas áreas da segurança, dos impostos, do controle e emissão de passaportes, áreas mais prementes nesta conturbada metade do século XIX. É a partir da Regeneração que, uma vez estabilizada a situa-

(6) Para a história da formação do Governo Civil, veja-se TENGARRINHA, José, *História do Governo Civil de Lisboa*, [Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa, 2002].

(7) Diário de Governo de 27 de Setembro de 1843, in: Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante, na Imprensa Nacional, Lisboa 1842. Imprensa Nacional, Lisboa 1843. Disponível em <http://net.fd.ul.pt/legis/1843.htm#> (ult. Consult. Julho 2016)

(8) Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859, Imprensa Nacional, Lisboa 1860. Disponível em <http://net.fd.ul.pt/legis/1859.htm#> (ult. Consult. Julho 2016).

(9) Por decreto do Ministério do Reino, de 15 de Outubro de 1852, foi alterado o nome de Travessa dos Ladrões para Travessa da Estrela (Diário do Governo, nº 253, de 1852.), actual Rua da Estrela.

ção política portuguesa, o Governo Civil de Lisboa se dedica a questões de reordenamento urbano, de regulamentação da vida urbana, e também, como veremos, da Toponímia.

É neste âmbito que o Governador, Alberto António Moraes Carvalho ¹⁰, publica o edital de que nos ocupamos. Foi publicado no *Diário do Governo*, nº 207, de 3 de Setembro de 1859, e nos *Annaes do Município de Lisboa*, nº 62 (Dezembro de 1859), publicação editada pela Câmara para a divulgação das suas deliberações. O Edital ocupa 5 páginas, tendo como é hábito um preâmbulo justificando a decisão tomada, e dois quadros, então designados por “mapas”.

No preâmbulo, o governador justifica a alteração toponímica invocando um outro edital da sua iniciativa onde se tinha procedido à alteração da numeração de polícia:

“ (...) é esta a ocasião oportuna para, sem novo inconveniente, ocorrer às mais salientes irregularidades salientes irregularidades das inscrições de umas ruas, que conservam supérflua dualidade ou multiplicidade de nomes, e de outras, que, sendo diversas, os têm idênticos(...)”.

Pretende-se, pois, regularizar parte da toponímia da cidade, tal como se pretendia regularizar a atribuição da numeração de polícia. De acordo com a legislação em vigor, foi ouvido o Conselho de Distrito, o qual concordou com a necessidade da medida, e foram coligidas as informações dos Administradores e da Câmara Municipal, a partir das quais se deliberou o seguinte:

“ 1º Os nomes das ruas e travessas, que na sua extensão se acham divididas por diversas denominações, constantes da primeira coluna do mapa nº 1, ficam substituídos pelos nomes designados na segunda coluna do mesmo mapa;

2º Os nomes das ruas, travessas e becos, que se confundem com os de outras de denominação idêntica, constantes da primeira coluna do mapa nº 2, ficam substituídos pelos nomes designados na segunda coluna do mesmo mapa (...)”

Assim, no primeiro mapa/quadro, os arruamentos são apresentados agrupados pelos 4 bairros de Lisboa ¹¹: Rossio, Bairro Alto, Alcântara e Alfama, num total de 60 topónimos ¹². A nova alteração redu-los a 30 topónimos seguindo o princípio aprovado de união sob o mesmo topónimo de dois troços com nomes distintos.

No segundo mapa/quadro, que diz respeito a denominações repetidas, ele abarca 70 topónimos, hierarquicamente organizados segundo a tipologia do arruamento, em ruas, travessas e becos.

Isto é, 130 topónimos são alterados, através de um único Edital, tornando-o num caso único na toponímia de Lisboa ¹³. Não existe, que eu conheça, um levantamento do número total de arruamentos da Cidade de Lisboa para este período. Assim, apesar de entender que não é uma fonte exaustiva, socorri-me da obra *Mappa da Divisão dos Quatros Bairros de Lisboa*, editada em Lisboa, pela Typographia do Jornal *A Nação*, em 1858, isto é um ano antes do Edital que aqui apresento. Neste Mappa., que é afinal uma listagem de arruamentos da cidade divididos pelos 4 bairros administrativos, podemos contar 179 arruamentos no Bairro do Rossio; 183 no Bairro Alto; 344 no Bairro de Alfama e 257 no Bairro de Alcântara, perfazendo 963 arruamentos. O edital de 1 de Setembro de 1859 vai mexer com cerca de 13% dos arruamentos.

Vejamos agora estas alterações em pormenor. No 1º caso, “que na sua extensão se acham divididas”:

(10) Nasce em Vouzela a 22 de Novembro de 1801 e morre em Lisboa a 15 de Abril de 1878, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, político liberal e advogado. Exerceu diversos cargos públicos: vereador e presidente da CML, membro da Junta Geral do Distrito, Governador Civil de Lisboa, deputado, e ministro.

(11) Divisão administrativa por decreto de 11 de Setembro de 1852, completada pelo Edital do Governo Civil de 13 de Outubro de 1852, aprovado por decreto de 16 do mesmo mês.

(12) Em 1852 (Decreto de 11 de Setembro), foram criados os Concelhos de Belém e dos Olivais os quais retiraram ao de Lisboa grande extensão de território.

(13) Não incluímos nesta afirmação o caso de Editais da CML que atribuíram nomes a arruamentos de bairros, uma vez que não alteraram toponímia existente, mas apenas as denominações dadas aos arruamentos, pelos respectivos planos de urbanização

BAIRRO DO ROSSIO

Rua do Chiado	Rua do Chiado	Rua Garrett (Ed. 1880/06/14)
Rua das Portas de Santa Catarina		
Rua das Portas de Santo Antão	Rua de Santo Antão	Rua Eugénio dos Santos (Ed. 1911/08/07)
Rua da Anunciada		Rua das Portas de Santo Antão (Ed. 1956/05/28)
Rua dos Bacalhoeiros	Rua dos Bacalhoeiros	
Rua dos Confeiteiros		
Rua Nova da Alfândega	Rua da Alfândega	Rua da Alfândega
Rua da Ribeira Velha		Rua do Instituto Virgílio Machado (Ed. 1903/06/11)

BAIRRO ALTO

Rua da Torre de São Roque	Rua de São Pedro de Alcântara	
Largo de São Pedro de Alcântara		
Rua Nova da Trindade	Rua Nova da Trindade	
Travessa de João de Deus		
Calçada do Carmo	Calçada do Carmo	
Calçada do Duque		
Rua Formosa	Rua Formosa	Rua de O Século (Ed. 1910/11/18)
Rua do Longo		
Largo da Patriarcal Queimada	Praça do Príncipe Real	Praça do Rio de Janeiro (Ed. 1910/11/05)
Rua da Patriarcal Queimada		Praça do Príncipe Real (Ed. 1948/12/23)
Rua da Patriarcal Queimada	Rua da Escola Politécnica	
Rua Direita da Fábrica das Sedas		
Rua do Abarracamento do Vale de Pereiro	Rua do Vale de Pereiro	
Travessa de Lázaro Verde		
Travessa da Cruz	Travessa da Cruz	Travessa da Cruz do Desterro
Travessa Nova da Bica do Desterro		
Rua de Santa Marta	Rua de Santa Marta	Rua Alexandre Braga (Ed. 1926/09/14) a par
Rua de Santa Joana		
Travessa das Parreiras	Travessa das Parreiras	
Calçada de Santo António		

BAIRRO DE ALCÂNTARA

Largo da Cruz de Pau	Rua da Cruz de Pau	Rua do Marechal Saldanha (Ed. 1885/12/31)
Rua da Cruz de Pau		
Rua do Guarda-mor	Rua do Guarda-mor	
Travessa da Palha		
Calçada da Estrela	Calçada da Estrela	
Calçada das Francesinhas		
Travessa de Santo Amaro	Travessa de Santo Amaro	Rua de Santo Amaro (Ed. 1885/12/31)
Travessa de Santa Iria		
Rua de Campo de Ourique	Rua do Campo de Ourique	
Rua dos Pousos		
Rua de São Bento	Rua de São Bento	
Rua da Flor da Murta		
Rua de Sant'Ana	Rua de Sant'Ana	Rua de Sant'Ana à Lapa
Rua das Trinas		
Rua do Prior	Rua do Prior	
Rua da Santíssima Trindade		

BAIRRO DE ALFAMA

Rua dos Remédios	Rua dos Remédios	
Rua das Portas da Cruz		
Rua do Vigário	Rua do Vigário	
Rua do Almeida		
Rua de São Vicente à Guia	Rua de São Vicente à Guia	
Calçada do Jogo da Pela		
Rua do Paço do Bem Formoso		
Rua Direita dos Anjos (troço até Lg. Intendente))	Rua do Bem Formoso	
Rua Direita dos Anjos (troço até Lg. Fontainhas)	Rua Direita dos Anjos	Rua dos Anjos (Ed. 1881/08/22). A um troço da rua entre 1920 e 1937 Rua do Registo Civil
Rua Direita dos Anjos (troço)		
Rua Direita de Arroios	Rua Direita de Arroios	Rua de Arroios (Ed. 1881/08/22)
Rua Nova da Palma	Rua Nova da Palma	Rua da Palma (Ed. 1889/06/08)
Rua da Imprensa		
Rua das Escolas Gerais	Rua das Escolas Gerais	
Rua de Marcos Salgado		

Como se pode ver pelas tabelas que procuram traçar a evolução destes topónimos alterados por este Edital, seguiu-se aqui uma uniformização de topónimos unindo sob uma denominação arruamentos que naturalmente eram sequenciais. Na sua maioria (54%) eles mantiveram as denominações de 1859 até aos nossos dias, mas se excluirmos os topónimos que foram transitoriamente alterados (no período republicano), e os que foram modernizados, com a abolição da característica “direita” ou apenas por se lhe ter acrescentado um apodo para facilitar a sua localização, verificamos que esta percentagem sobe para 84%. Bastante significativa.

Quanto ao segundo quadro de topónimos alterados já aqui referi que os topónimos são apresentados segundo a tradicional hierarquia tipológica de ruas, travessas e becos partindo da mais categorizada para a tipologia considerada “inferior”. Dividem-se por:

Ruas – 24 que correspondem a 16 topónimos

Travessas - 21 que correspondem a 14 topónimos

Becos – 25 que correspondem a 18 topónimos

num total de 70 arruamentos. Recorde-se que este segundo grupo diz respeito a “nomes das ruas, travessas e becos, que se confundem com os de outras de denominação idêntica”.

RUAS

Rua da Barroca (na Calçada de Sant'Ana, freg. Pena)	Travessa de Sant'Ana	
Rua da Bela Vista (freg. Lapa)	Rua da Bela Vista da Lapa	
Rua da Bela Vista (freg. De Santa Engrácia)	Rua da Bela Vista da Graça	
Rua da Conceição (cont. do Beco das Beatas)	Rua das Beatas	
Rua da Conceição	Rua de Nossa Senhora da Conceição	Rua Marcos Portugal (Ed. 1911/08/07)
Rua do Conde	Travessa do Caldeira	
Rua da Cruz	Rua da Cruz dos Poiais	
Rua da Cruz	Rua da Cruz da Carreira	
Rua da Cruz	Rua da Cruz de Santa Apolónia	
Rua da Esperança	Rua da Esperança do Cardal	
Rua dos Ferreiros	Rua dos Ferreiros da Estrela	
Rua dos Ferreiros	Rua dos Ferreiros da Esperança	Desaparecida
Rua das Flores	Rua das Flores de Santa Cruz	
Rua de S. Francisco de Borja	Rua do Borja	
Rua do Noronha	Rua do Chinelo	Travessa Nova de Santos (Ed. Gov. Civil 1863/10/17)
Rua do Norte	Rua da Páscoa	
Rua da Oliveira	Rua da Oliveira ao Carmo	
Rua da Oliveira	Rua da Oliveira a São Lázaro	Travessa da Oliveira a São Lázaro
Rua da Oliveira	Rua do Terreirinho	
Rua da Oliveirinha	Travessa da Oliveirinha	
Rua das Parreiras	Travessa da Palma	
Rua dos Remédios	Rua dos Remédios à Lapa	
Rua do Sol	Rua do Sol de Sant'ana	Rua do Sol a Santana
Rua do Sol	Rua do Sol da Graça	Rua do Sol à Graça

TRAVESSAS

Travessa das Bruxas	Travessa de São Vicente	
Travessa do Castro	Travessa do Socorro	
Travessa da Conceição	Travessa da Conceição da Lapa	Travessa da Conceição à Lapa
Travessa da Cruz	Travessa da Cruz de Soure	
Travessa da Cruz	Travessa da Cruz do Torel	
Travessa da Cruz	Travessa da Cruz dos Anjos	
Travessa da Cruz	Travessa das Fontainhas	
Travessa do Forno	Travessa de Santo Antão	
Travessa do Forno	Travessa do Forno do Torel	
Travessa do Forno	Travessa do Forno dos Anjos	
Travessa de São Francisco de Paulo	Travessa da Palmeira	
Travessa das Freiras	Travessa de Santa Marta	
Travessa do Funil	Travessa de Santa Luzia	
Travessa da Glória	Travessa da Senhora da Glória	
Travessa do Guarda-mor	Travessa do Poço dos Negros	
Travessa da Queimada	Travessa dos Poiais	
Travessa do Rosário	Travessa do Rosário de Santa Clara	
Travessa do Sacramento	Travessa do Sacramento do Carmo	Rua do Almirante Pessanha (Ed. 1925/04/04)
Travessa do Sacramento	Travessa de São Pedro	
Travessa da Vitória	Travessa da Piedade	

BECOS

Beco da Amendoeira	Beco de São Vicente	
Beco da Amoreira	Beco das Olarias	
Beco da Amoreira	Beco da Guia	
Beco da Atafona	Beco do Vigário	
Beco das Cabras	Beco da Cruz	
Beco dos Cativos	Beco dos Lagares	Travessa dos Lagares (Ed. 1897/11/12)
Beco das Cruzes	Beco da Encarnação	Desaparecida
Beco da Era	Beco da Verónica	
Beco do Esfolo Bodes	Beco do Caldeira	
Beco do Forno	Beco das Farinhas	
Beco do Forno	Beco do Forno da Galé	
Beco do Forno	Beco do Forno do Castelo	
Beco do Forno	Beco do Forno do Sol	
Beco do Forno	Beco dos Cavaleiros	
Beco do Fróis	Beco dos Remédios	Travessa dos Remédios (Ed. 1882/12/13)
Beco do Jardim	Beco do Arco Escuro	
Beco do Jardim	Beco do Recolhimento	
Beco do Jasmim	Beco das Galhas	
Beco da Lage	Beco do Chão da Feira	Travessa do Chão da Feira (Ed. 1883/12/13)
Beco do Loureiro	Beco do Machadinho	
Beco do Melo	Beco da Oliveira	
Beco do Melo	Beco de São Miguel	Travessa de S. Miguel (Ed. 1894/07/09)
Beco dos Mortos	Beco de Santa Quitéria	
Beco do Norte	Beco do Salvador	
Beco da Rosa	Beco do Castelo	

Destes 70 nomes, 25 receberam apenas um apodo que permite a sua melhor localização: 13 acrescentos na tipologia rua, 8 em travessa e apenas 3 nos becos. Mas desta tipologia já falarei mais adiante. Dos topónimos atribuídos às ruas, apenas 6 foram alterados até aos nossos dias. Destes, uma Rua deixou de existir, dois passaram para travessa e 2 apenas tiveram alterações ortográficas. O que significa que apenas 2 novas alterações posteriores a este edital mudaram significativamente o topónimo – a Rua do Noronha, que passou a Rua do Chinelo, em 1859, e que ainda por Edital do Governo Civil de 1863 passou a Travessa Nova de Santos; e a Rua da Conceição, que em 1859 passou a Rua de Nossa Senhora da Conceição sofreu os ímpetus laicizantes da I República para passar a ser a Rua Marcos Portugal.

Quanto às travessas, apenas 2 conheceram novos nomes: uma apenas uma alteração gramatical, e a outra, a Travessa do Sacramento ao Carmo, em 1925, recebeu o nome do Almirante Pessanha. Façamos o mesmo exercício para a tipologia Beco.

Dos iniciais 25 Becos, que correspondem a 18 topónimos, verificamos que os repetidos são 5 Becos do Forno, dos quais 3 apenas receberam um apodo geográfico, e que nesta tipologia, aliás, são os únicos a recebê-lo.

Assim, exceptuando estes 3 casos, todos os restantes Becos viram o seu topónimo radicalmente alterado para novos nomes. Podemos facilmente entender que não se goste do Beco dos Mortos, ou dos Cativos, ou das Cabras, ou do Esfolo Bodes. Mas do Beco do Jasmim? Ou do Jardim? Ou da Amoreira? Porque não se terá seguido o mesmo critério que nas ruas e travessas, apodando-os com a sua localização? Desconhecemos a razão, mas podemos apontar várias hipóteses: o desconhecimento

da origem do nome (em regra particularidades de épocas passadas); a pouca importância dada aos bicos, de modo geral, pequenos, de pouco valor em termos de circulação e por isso de difícil localização mesmo com um apodo. Assim, optou-se por se escolher novos topónimos, por vezes, escolhendo arruamentos que lhes ficavam próximos. Optou-se por alterar a anterior designação, cuja origem se perdera com o correr dos tempos, para outra que associasse o Bico directamente ao arruamento onde se localizava.

Está assim apresentado o Edital que aqui me trouxe. É o primeiro Edital que procura regularizar a toponímia da Cidade, numa racionalização de nomes, associando-os à sua localização, eliminando a duplicação, ou triplicação de nomes. É ainda o maior edital de toponímia, como já referi. E como vimos, terá sido eficaz uma vez que grande número destes topónimos continua presente nas placas lisboetas.

Creio que muitos não o conheciam, ou os que o conheciam, não teriam pensado nele enquanto um todo. Mas nunca é demais insistir na ideia de que a Toponímia não é feita apenas de estudos temáticos. Deve incluir o estudo do próprio processo de atribuição de nomes – quem atribuiu os topónimos, de que modo se forma o processo administrativo, em que épocas surgiram que tipo de topónimos. Cada placa toponímica encerra nela própria um modo de fazer toponímia. Estudar esses modos ao longo do tempo e dá-los a conhecer permite-nos aprofundar o conhecimento da Cidade, das entidades que a regem e regeram, do seu crescimento urbano e da mentalidade da época.

Assinalar esta efeméride escondida levou-me a dizer que nem só de datas nas placas vive a toponímia.



ENTRE CIFRAS E FACTOS: A TOPONÍMIA DE LISBOA COMO *LOCUS MEMORIAE*

André de Oliveira Leitão ¹

Introdução

Designando a toponímia o ramo da onomástica (a ciência dos nomes) que se dedica ao estudo dos topónimos (isto é, dos nomes dos lugares – do gr. antigo *tópos*, «lugar» e *ónoma*, «nome»), a nossa abordagem neste breve ensaio incidirá sobre os arruamentos da cidade de Lisboa que englobam na sua designação algarismos, empregues quer como simples referencial numérico, quer associadas a factos históricos.

A toponímia dos arruamentos tornou-se, com o passar dos tempos, num dos espaços ideais para a rememoração do passado comum (abrangendo não apenas personagens concretas, mas também feitos históricos variados); nesse sentido, a toponímia tem-se constituído, entre muitos outros veículos, num privilegiado «lugar de memória», seguindo o conceito primeiramente cunhado por Pierre Nora na sua obra homónima, *Les lieux de mémoire* ².

A maior parte dos estudos empreendidos sobre a toponímia lisboeta têm sido produzidos pela Comissão Municipal de Toponímia (a qual tem, periodicamente, levado a cabo as Jornadas de Toponímia de Lisboa, publicando as correspondentes actas e, bem assim, dando à estampa um variado conjunto de publicações sobre o tema ³); neste âmbito, devemos mencionar ainda um pequeno estudo produzido em contexto universitário, abordando a toponímia como lugar de memória e elencando a metodologia a ser seguida em investigações deste cariz ⁴. Nesse sentido, podemos afirmar que a presente investigação se enquadra na categoria dos estudos toponímicos que envolvem algarismos, independentemente da natureza que os mesmos revestem; iremos elencar sumariamente as diferentes tipologias de topónimos existentes em Lisboa e abordar as várias cifras empregues nas ruas lisboetas, a saber: números cardinais, números ordinais, números fraccionários e datas, a que se juntará, no fim, uma relação das ruas contendo números e datas entretanto substituídas por outras designações, e um anexo contendo os antigos arruamentos numéricos de Lisboa ⁵.

1. Tipologias toponímicas em Lisboa

A expansão urbana de Lisboa, operada ao longo dos séculos XIX e XX (e que prossegue ainda, já em pleno século XXI), bem como a frequente redefinição das fronteiras do concelho (1852, 1885, 1886, 1895, 1955, 2012), ditaram a constituição de uma extensa malha urbana que cresceu para fora do casco histórico da cidade, fazendo assim aumentar exponencialmente o número de arruamentos de Lisboa. A mais recente reforma administrativa do município, consumada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de

(1) Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP). a.leitao@campus.ul.pt

(2) Nora (1984).

(3) Vide, *v.g.*, Botelho (1991), Pereira (2004).

(4) Medina (2004): 35-43.

(5) Sempre que possível, indicar-se-á, em nota de rodapé, a data do edital pelo qual os arruamentos de Lisboa receberam a sua denominação presente – o que foi feito com recurso à página da Comissão Municipal de Toponímia (disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/>), onde se encontram disponibilizadas as informações relativas a cada arruamento, geralmente acompanhadas de uma reprodução do edital de atribuição do topónimo.



Vista parcial da Praça Duque da Terceira e Av. 24 de Julho



Novembro de 2012, além de ter redesenhado integralmente muitas das freguesias do centro da cidade, alargou ainda os limites de Lisboa até à foz do rio Trancão (passando a abranger, na novel freguesia do Parque das Nações, toda a antiga zona de intervenção da Expo '98, o que conferiu à cidade um saliente alongado no seu extremo nordeste, com a distintiva forma de «chaminé»).

A partir dessa data, Lisboa passou a contar no seu interior com mais de 3600 arruamentos, repartidos pelas suas 24 freguesias e abarcando uma grande variedade tipológica (entre alamedas, arcos, avenidas, azinhagas, becos, boqueirões, cais, calçadas, calçadinhas, caminhos, campos, escadarias, escadas, escadinhas, estradas, jardins, largos, miradouros, passeios, pátios, praças, pracetas, rossios, rotundas, ruas, terreiros ou travessas).

De entre os mais de três milhares de topónimos arrolados, um número considerável reporta-se a individualidades que, em certos bairros, se encontram agrupadas por categorias profissionais – por exemplo, actores nos Bairros dos Actores (repartido entre as freguesias do Areeiro, Arroios e Penha de França), de Santa Cruz (em Benfica) e do Vale da Ameixoeira (em Santa Clara); arquitectos no Bairro dos Lóios (em Marvila); cineastas no Bairro dos Alfinetes (também em Marvila); escritores nos Bairros dos Alfinetes e de Alvalade; jornalistas no Arco do Cego (Areeiro); heróis das guerras coloniais nos Bairros do Calhariz de Benfica, dos Olivais Norte e Olivais Velho; músicos no Alto do Lumiar e em São João de Brito (Alvalade); navegadores, bandeirantes, missionários e outros homens ligados à expansão ultramarina em Belém e no Bairro do Restelo; pintores nos Bairros dos Alfinetes, de Santos (Avenidas Novas) e na Palhavã (Campolide); professores nos Bairros Padre Cruz (Carnide), em Telheiras (Lumiar) e nos *campi* da Universidade de Lisboa na Ajuda e no Campo Grande; ou ainda políticos do liberalismo oitocentista nas Avenidas Novas.

A este conjunto de topónimos poderemos somar, em muito menor escala, aqueles que se referem a acidentes geográficos (cabos) ou corpos de água (rios, mares e oceanos) no Parque das Nações, bem como as quase quatro dezenas de hidrónimos portugueses no Bairro Padre Cruz; a estes juntam-se vários outros geotopónimos (como nomes de ilhas, de cidades portuguesas ou estrangeiras, de países e até de continentes), além de variados fitotopónimos (designativos de espécies vegetais), zootopónimos (relativos a espécies animais) ou hagiotopónimos (associados a nomes de santos). Por seu turno, apenas uma ínfima parte dos topónimos arrolados diz respeito a números, datas e factos, relacionados quer com a história local, quer com a história nacional, quer ainda com a história mundial. De um modo geral, podemos afirmar que a presença de cifras nos nomes dos arruamentos de Lisboa tende a ser pouco expressiva; de facto, com excepção de alguns bairros específicos – a que aludiremos no próximo ponto –, são relativamente poucos os algarismos nas ruas de Lisboa.

De resto, a esmagadora maioria dos aglomerados urbanos em Portugal opta por utilizar designações não-numéricas nos seus arruamentos – talvez a única excepção digna de nota seja a cidade de Espinho que, na sequência da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, decidiu suprimir da sua toponímia todas as referências ao regime deposto, assumindo em sua substituição um sistema de ruas numéricas (as paralelas ao mar com números pares e as perpendiculares com números ímpares). Este modelo, sendo raro em Portugal, é porém bastante frequente noutras partes do mundo – como nos Estados Unidos, onde várias cidades usam numerais para se referirem às suas ruas e avenidas (de que o caso mais paradigmático será, certamente, o *borough* de Manhattan, em Nova Iorque, cujo plano de urbanização data de 1811).

2. As cifras na toponímia de Lisboa: numerais cardinais

Se hoje poucas cifras subsistem nas ruas de Lisboa, a verdade é que o panorama toponímico não foi sempre assim; com efeito, os sucessivos planos de urbanização da cidade, postos em marcha ao longo dos séculos XIX e XX (com a construção de vários bairros e urbanizações que extravasaram largamente o perímetro da velha «cidade das sete colinas»), ditaram a identificação de várias das vias recém-abertas ou apenas planeadas através da atribuição de números e/ou letras aos novos arrua-

mentos. Os exemplos desta prática remontam a vários bairros da primeira expansão da cidade para Norte, operada a partir da segunda metade do século XIX, rumo a Campo de Ourique e a Campolide, bem como ao longo dos eixos da Avenida da Liberdade (Bairros Barata Salgueiro e Camões) e da Avenida D. Amélia (renomeada do Almirante Reis após o sucesso da revolução republicana), tendo continuado com a expansão das Avenidas Novas ao longo da primeira metade do século XX (Bairros dos Actores e dos Aliados).

Com o advento da República encetaram-se também os primeiros planos de habitação social, de que o Bairro Social do Arco do Cego (concluído já durante o Estado Novo) constitui o mais antigo exemplo, também ele delineado com ruas numeradas antes da atribuição de topónimos referentes a jornalistas e escritores. Será, no entanto, no âmbito da construção dos chamados «Bairros de Casas Económicas» (onde se procurava recriar, em contexto urbano, as características da aldeia tradicional portuguesa) que terão grande difusão os arruamentos numerados em Lisboa (casos dos Bairros do Alvito e da Madre de Deus – os primeiros a serem construídos, na década de 1930 – a que se seguiram os do Alto da Ajuda, do Alto da Serafina, da Calçada dos Mestres, de Caselas, da Encarnação ou das Terras do Forno ⁶ e, mais tarde ainda, os de Alvalade, do Caramão da Ajuda, das Encostas da Ajuda e do Restelo e de Santa Cruz de Benfica).

Esta prática prosseguirá com os bairros construídos nas freguesias periféricas da cidade a partir dos anos 50 e 60 do século XX (casos dos Bairros da Fundação Salazar – depois chamado Dois de Maio – e da Quinta do Jacinto, na Ajuda; da Boavista e das Pedralvas, em Benfica; do Padre Cruz, em Carnide; da Cruz Vermelha, no Lumiar; ou das Galinheiras e dos Sete Céus, nas antigas freguesias da Ameixoeira e da Charneca, hoje reunidas na de Santa Clara). De igual forma, também os planos de urbanização das Olaias (Beato), Telheiras (Lumiar), de Chelas (Marvila) e dos Olivais contavam com grande número de ruas identificados por letras e números.

Embora muitos destes arruamentos tenham entretanto recebido outras denominações ⁷, as ruas de alguns bairros de Lisboa continuam hoje ainda a ser identificadas (nalguns casos exclusivamente, noutros coexistindo com outras designações não-numéricas) através de números cardinais, de que são exemplos as seguintes:

Freguesia	Bairro	Arruamentos	Edital da Câmara (data)
Ajuda	Alto da Ajuda	Ruas 2, 4, 5, 6, 6-A, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 20-A, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30	15 de Março de 1950
Ajuda	Caramão da Ajuda	Rua 6-A	2 de Abril de 1949
Alcântara	Quinta do Jacinto	Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	19 de Junho de 1951
Belém	Terras do Forno (Bairro Novo de Belém)	Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22	15 de Março de 1950
Benfica	Pedralvas	Ruas 2, 3, 4, 5, 6 e 7	Desconhecido
Campolide	Calçada dos Mestres	Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	15 de Março de 1950
Olivais	Encarnação	Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29	15 de Março de 1950

Alguns pátios antigos e ruas particulares, por um lado, e certas artérias dos planos de urbanização mais recentes, por outro, mantêm ainda as designações numéricas que lhes foram inicialmente consignadas, embora a título officioso (não sendo, como tal, reconhecidas pela Comissão Municipal de

(6) Os arruamentos dos bairros do Alto da Ajuda, Alto da Serafina, da Calçada dos Mestres, de Caselas, da Encarnação e das Terras do Forno receberam todos as suas designações numéricas através do edital camarário de 15 de Março de 1950.

(7) Veja-se, em anexo, a *Lista de antigos arruamentos numéricos na cidade de Lisboa*, referindo as antigas denominações numéricas das artérias da cidade, a sua correspondência com as ruas de hoje, a sua localização por freguesias e bairros, e a data do edital de atribuição do nome presente.

Toponímia). Tais são os casos, por exemplo, na Ajuda, da *Rua 3* (à Rua João de Castilho) ou da *Rua 3* (à Rua General José Paulo Fernandes); nas Avenidas Novas, da *Rotunda 1* (entre a Rua da Beneficência, a Avenida Santos Dumont e as Ruas 1 e 3 à Rua da Beneficência), da *Rotunda 2* (entre a Rua Sousa Lopes e a Rua 1 à Rua da Beneficência), da *Rua 1* (à Rua da Beneficência, entre o troço meridional da Rua da Beneficência e a Rua Sousa Lopes, designada pelo vulgo como «Túnel do Rego») e da *Rua 3* (à Rua da Beneficência, permitindo o acesso à Rotunda 2 e à Avenida Santos Dumont); no Beato, da *Rotunda 2* (ao Vale de Chelas, entre a Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes e a Rua António Gonçalves⁸) e da *Rua 6* (à Curraleira, entre a Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes e a Calçada do Carrascal); em Benfica, da *Rotunda 2* das Pedralvas; em Campo de Ourique, do *Pátio 21* (à Travessa de Campo de Ourique) e das *Ruas 1 e 2* da Vila Maia (à Rua Domingos Sequeira); em Campolide, da *Rua C2* (ao Bairro da Liberdade), das *Ruas Particulares 1 e 3* (à Rua de Campolide), das *Ruas Particulares 1 e 2* (à Calçada da Quintinha), ou ainda das *Travessas Particulares 1, 2 e 3* (ligando as Ruas Particulares 1 e 2 à Calçada da Quintinha); no Lumiar, da *Rotunda 1* (na confluência das Avenidas Álvaro Cunhal e Eugénio de Andrade e das Ruas Arnaldo Ferreira e General Vasco Gonçalves) e da *Rotunda 2* (na confluência das Avenidas Carlos Paredes e David Mourão-Ferreira, da Estrada da Torre e da Rua General Vasco Gonçalves); em Marvila, do *Pátio 26* (à Rua Pereira Henriques), do *Pátio 28* (à Azinhaga da Broma), do *Pátio 50* (à Rua Direita de Marvila), do *Pátio 114* (à Rua do Vale Formoso) e das *Ruas 2, 3 e 4* da Matinha (embora a *Rua 4* apareça também referida como Rua ou Praceta da Tabaqueira, ainda que sem consagração oficial); na Penha de França, da *Rua 3* (à Rua Particular à Rua Castelo Branco Saraiva); e, finalmente, em Santa Clara, do *Pátio do Cem* (ao Campo das Amoreiras), da *Rua G1* (com início na confluência da Rua Melo Antunes com a Avenida Sérgio Vieira de Mello e término na Rua João Amaral), da *Rua 1* (à Rua do Grafanil) e da *Rua 6* (à Avenida Glicínia Quartim, no Vale da Ameixoeira).

3. As cifras na toponímia de Lisboa: numerais cardinais integrados em expressões

Além dos arruamentos mencionados no ponto anterior, há que somar onze artérias de Lisboa cuja denominação contém numerais cardinais associados a substantivos. O primeiro grupo dentro desta tipologia abrange as ruas que designam regimentos militares, a saber, a *Rua do Quatro de Infantaria 9*, a *Rua de Infantaria Dezasseis 10* e a *Rua de Artilharia Um 11*. A primeira (a antiga Rua 2 à Parada de Campo de Ourique) perpetua o nome do antigo regimento de Infantaria 4, com sede no quartel de Campo de Ourique, e que fora popularmente conhecido como «Regimento de Gomes Freire», por haver sido comandado pelo general Gomes Freire de Andrade. Em 21 de Agosto de 1831 – quando apenas a Ilha Terceira obedecia ao governo constitucional – os militares daquele regimento saíram do quartel e proclamaram D. Maria II legítima rainha de Portugal; no entanto, o pronunciamento foi sufocado no Rossio e, como represália, o regimento foi dissolvido pelo regime miguelista em Setembro do mesmo ano, instalando-se no quartel de Campo de Ourique o regimento de Infantaria 16, que aí se manteria até 1912. Será este regimento de Infantaria 16, juntamente com o de Artilharia 1 (de Campolide) – dos quais saíram os soldados que participaram nas manobras militares de Machado dos Santos na Rotunda, em 5 de Outubro de 1910 –, que serão homenageados pela edilidade lisboeta na sua toponímia, como forma de perpetuar a memória da revolução republicana do ano anterior, substituindo assim as velhas ruas da Piedade e de Entremuros, respectivamente.

(8) Assim referida no edital n.º 27/2004, de 23 de Abril de 2004 (atribuição do topónimo Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes) e na Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro de 2012 (Reorganização Administrativa de Lisboa, art.º 9.º), na delimitação da freguesia do Beato.

(9) Edital de 30 de Agosto de 1880.

(10) Edital de 7 de Agosto de 1911.

(11) Edital de 7 de Agosto de 1911.

Outro grupo de arruamentos dentro desta tipologia engloba as artérias cujos nomes associam números a substantivos comuns. Disso são exemplos o *Beco das Mil Patacas* (em Santa Maria Maior), o *Beco dos Três Engenhos* (também em Santa Maria Maior), o *Pátio Cinco Reis* (em Belém), a *Rua dos Sete Moinhos* (em Campo de Ourique), a *Calçada dos Sete Moinhos* (em Campolide) e, finalmente, a *Rua dos Sete Céus* (em Santa Clara).

Sobre o *Beco das Mil Patacas* – um pequeno beco sem saída com início no Beco da Lapa, não longe do Museu Militar – nada se sabe; o topónimo conjuga um ordinal (mil) com uma designação monetária, a pataca (do ár. *butaqa* ¹², provavelmente através do prov. *patac* ou do it. *patacca* ¹³), de início indicativa de uma moeda de prata com o valor nominal de 320 reais, e que com o tempo se converteu em simples unidade de conta, tendo-se generalizado na linguagem corrente com o significado de qualquer soma monetária, e vindo posteriormente a ser a denominação atribuída às moedas de Macau (desde 1894) e do Timor Português (entre 1894 e 1958). Também sobre o *Beco dos Três Engenhos* – que liga a Rua do Marquês de Ponte de Lima à Rua da Guia, junto à igreja de Nossa Senhora do Socorro – nada se sabe quanto à origem do topónimo, que faria provavelmente referência à existência daquele número de engenhos nas imediações do beco. O *Pátio Cinco Reis*, em Belém – situado na Rua Gonçalves Zarco, não longe do cruzamento com a Calçada do Galvão e a Rua do Jardim Botânico – parece apontar para a expressão popular «cinco-réis», derivada da antiga unidade monetária portuguesa e designativa de algo com pouco valor. A *Rua dos Sete Moinhos* ¹⁴ – com início junto à confluência da Rua Maria Pia com a Rua do Arco do Carvalhão, e correndo paralela à Avenida Engenheiro Duarte Pacheco – procurava conservar a memória do lugar do *Alto dos Sete Moinhos* ¹⁵, uma elevação no topo da qual se erguiam, ainda nos inícios do século XX, os vestígios dos sete moinhos que deram o nome ao arruamento. Quanto à *Calçada dos Sete Moinhos* ¹⁶ – com início no cruzamento da Calçada da Quintinha com a Calçada do Baltazar, e terminando outrora na *Rua dos Sete Moinhos* (uma ligação entretanto desfeita pela construção da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, onde tem hoje o seu término), ficou a dever o seu nome, tal como no caso anterior, à ligação que estabelecia ao sítio do *Alto dos Sete Moinhos*. Por fim, a *Rua dos Sete Céus* ¹⁷, ligando a Rua das Calvanas à Rua António Dacosta, perpetua o nome do antigo sítio dos *Sete Céus* ¹⁸ e da *Azinhaga dos Sete Céus* ¹⁹, que aí tinham existido, bem como do *Bairro dos Sete Céus*, construção de génese ilegal entretanto edificada nesse local, e cujo nome apontava para a velha e arreigada crença – comum, de resto, tanto às velhas religiões mesopotâmicas como às três religiões abraâmicas e até ao hinduísmo – da existência de sete níveis celestiais acima da Terra.

A todos estes arruamentos devemos somar ainda a *Avenida João XXI* ²⁰ (no Areeiro), o único caso de um numeral cardinal associado ao nome de um papa ou de um monarca (posto que, nos restantes casos, a identificação é feita através de um ordinal, como se verá no próximo ponto), bem como a *Rotunda da Expo 98* ²¹ (no limite sul do Parque das Nações com Marvila), situação em que o cardinal se reporta ao ano da Exposição Mundial que a cidade de Lisboa acolheu em 1998, subordinada ao tema «Os Oceanos: um Património para o Futuro», e cuja zona de intervenção corresponde, presentemente, à maior parte da freguesia do Parque das Nações.

(12) Alves (2013): 693-694.

(13) Houaiss (2015): 2932.

(14) Edital de 17 de Março de 1919.

(15) Caldeira (s. d.): 74; Morgado (1913): 140; Pacheco (1926): 384; Polícia de Segurança Pública (1958): 290.

(16) Edital de 17 de Outubro de 1924.

(17) Edital n.º 81/86, de 3 de Novembro de 1986.

(18) Morgado (1913): 140.

(19) Polícia de Segurança Pública (1958): 290.

(20) Edital de 29 de Julho de 1948.

(21) Edital n.º 86/2009, de 16 de Setembro de 2009.

4. As cifras na toponímia de Lisboa: numerais ordinais

Uma outra tipologia de topónimos de Lisboa engloba numerais ordinais nas suas designações, sendo possível agrupá-los em três categorias – nomes de soberanos, de pontífices e ainda de militares, num total de dezasseis vias. Dentro da primeira categoria, consideremos os seguintes arruamentos:

- a *Avenida Afonso III*, na Penha de França ²²;
- a *Avenida D. Carlos I*, entre a Estrela e a Misericórdia ²³;
- a *Avenida D. João II*, no Parque das Nações ²⁴;
- a *Esplanada D. Carlos I*, no Parque das Nações ²⁵;
- o *Parque Eduardo VII*, nas Avenidas Novas ²⁶;
- a *Praça D. Luís I*, na Misericórdia ²⁷;
- a *Praça D. Manuel I*, em Belém ²⁸;
- a *Praça D. Pedro IV*, em Santa Maria Maior ²⁹;
- a *Rua D. João V*, entre Campo de Ourique e Santo António ³⁰;
- a *Rua D. Luís I*, entre a Estrela e a Misericórdia ³¹;
- a *Rua D. Pedro V*, entre a Misericórdia e Santo António ³²;
- a *Rua Rainha D. Maria I*, no Bairro da Boavista, em Benfica ³³.

Na segunda, podemos elencar as seguintes avenidas:

- a *Avenida João Paulo II*, em Marvila ³⁴;
- a *Avenida Paulo VI*, também em Marvila ³⁵.

Por fim, na terceira, contam-se os seguintes arruamentos:

- o *Largo Primeiro-tenente João Rodrigues Moura*, nos Olivais ³⁶;
- a *Rua Primeiro-cabo José Martins Silvestre*, igualmente nos Olivais ³⁷.

Os homenageados são, sobretudo, dinastas portugueses da casa de Bragança (curiosamente, quase todos do período do constitucionalismo monárquico – D. Pedro IV, D. Pedro V, D. Luís I e D. Carlos I – excluindo-se desse grupo D. Afonso III, da casa da Borgonha, e os dois grandes monarcas da casa de Avis ligados aos Descobrimentos, D. João II e D. Manuel I), aos quais se junta ainda o monarca britânico Eduardo VII (que, por ocasião da sua visita à capital portuguesa, em 1903, viu o seu nome ser atribuído ao parque situado no topo da Avenida da Liberdade); os dois pontífices que, à data do edital (1982), tinham visitado o nosso país (Paulo VI, em Maio de 1967, e João Paulo II, em Maio de 1982); e, finalmente, o antigo governador da praça de Diu, entre 1900 e 1906 (o Primeiro-tenente João Rodrigues de Moura) e um dos primeiros militares a tombar na Guerra Colonial, em Angola (o Primeiro-cabo José Martins Silvestre).

Nesta categoria podemos ainda acrescentar dois arruamentos que se referem a um geotopónimo por-

(22) Edital de 8 de Julho de 1933.

(23) Designação atribuída pelo edital de 23 de Dezembro de 1948 à antiga *Avenida do Presidente Wilson*, recuperando-se assim um topónimo dos anos finais da monarquia (quando a artéria em causa fora conhecida como *Rua D. Carlos I*), e que havia já sido também conhecida como *Avenida das Cortes*.

(24) Edital n.º 86/2009, de 16 de Setembro de 2009.

(25) Edital n.º 86/2009, de 16 de Setembro de 2009.

(26) Edital de 17 de Abril de 1903.

(27) Edital de 10 de Fevereiro de 1862.

(28) Edital de 29 de Abril de 1948.

(29) Trata-se do antigo *Rossio*, cuja designação mudou para *Praça de D. Pedro* por decreto de 31 de Outubro de 1836, tendo recebido a designação presente através do edital n.º 94/71, de 26 de Março de 1971.

(30) Edital de 18 de Junho de 1948.

(31) Edital de 17 de Junho de 1947.

(32) Edital de 17 de Novembro de 1883.

(33) Ignora-se a data do edital relativo a este topónimo.

(34) Edital n.º 164/82, de 16 de Novembro de 1982.

(35) Edital n.º 164/82, de 16 de Novembro de 1982.

(36) Edital n.º 10/71, de 5 de Janeiro de 1971.

(37) Edital n.º 45/63, de 13 de Fevereiro de 1963.

tuguês que é, em si mesmo, um ordinal – a *Rua da Ilha Terceira* ³⁸ (no chamado Bairro das Ilhas, onde se situam outros geotopónimos relativos aos Açores e à Madeira), em Arroios, e a *Praça do Duque da Terceira* ³⁹ (a antiga Praça dos Remolares), na Misericórdia. A primeira celebra a ilha do arquipélago dos Açores que, de acordo com a tradição, por ter sido a terceira a ser descoberta pelos mareantes portugueses (depois das duas ilhas do grupo oriental, São Miguel e Santa Maria), acabou por ficar conhecida como *Terceira*, enquanto a segunda comemora a figura de António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, sétimo Conde de Vila Flor, que seria recompensado com o título de Duque da Terceira em 1832, pelos seus feitos valorosos na guerra civil, e a quem foi confiada a missão de reconquistar Lisboa aos miguelistas, em 1833 – motivo pelo qual, simbolicamente, tem início na praça com o seu nome o arruamento que celebra a histórica data da libertação da cidade – a *Avenida Vinte e Quatro de Julho*, a que adiante aludiremos.

A este conjunto de denominações devem-se acrescentar dois outros topónimos com ordinais, cuja origem remonta ao *Plano-Director de Urbanização de Lisboa* de 1938-48, e que previa a existência de cinco radiais que atravessariam longitudinalmente a cidade – as duas primeiras, mais excêntricas, a serem ainda construídas (a *Primeira Circular*, de Algés a Sacavém, e passando por Benfica, Lumiar e Encarnação; e a *Segunda Circular*, entre a Avenida de Ceuta e Cabo Ruivo, passando por Benfica, Carnide, Campo Grande e a Praça do Aeroporto), e as três remanescentes aproveitando uma sequência de arruamentos já existentes (a *Terceira Circular*, que começava na Avenida de Ceuta, passando pela Avenida dos Estados Unidos da América, Avenida do Aeroporto e terminava no Beato, onde deveria ligar a uma futura ponte sobre o Tejo; a *Quarta Circular* que, partindo também da Avenida de Ceuta, seguia pelo vale de Alcântara, Avenida de Berna, Praça do Areeiro e Chelas, terminando em Xabregas; e, finalmente, a *Quinta Circular*, que envolvia a Baixa entre o Largo do Corpo Santo e o Campo das Cebolas) ⁴⁰.

Se as três últimas parecem nunca ter passado do papel enquanto designações correntes, da *Primeira Circular* apenas se poderia inferir a sua existência em função das abundantes referências quotidianas à *Segunda Circular*. De facto, da *Primeira Circular* – que deveria descrever um arco em torno da cidade, recobrando a área da velha Estrada da Circunvalação, que delimitava o município – apenas um troço parece ter sido construído, nos Olivais, entre a praça de acesso à autoestrada do Norte e a Rotunda de Moscavide (hoje a Praça José Queirós), o qual recebeu o nome de *Avenida Doutor Alfredo Bensaúde* ⁴¹.

Já a *Segunda Circular* mais não é do que o somatório de quatro avenidas dispostas sequencialmente – a *Avenida Marechal Gomes da Costa* ⁴² (denominação do antigo troço conhecido como Avenida de Cabo Ruivo, entre a Avenida Infante D. Henrique e a Praça do Aeroporto, vulgarmente conhecida como «Rotunda do Relógio»), a *Avenida Marechal Craveiro Lopes* ⁴³ (no troço entre a Praça do Aeroporto e o Campo Grande), a *Avenida General Norton de Matos* ⁴⁴ (no troço compreendido entre o Campo Grande e os acessos ao Estádio da Luz, no cruzamento com a Avenida Lusíada) e, finalmente, a *Avenida Eusébio da Silva Ferreira* ⁴⁵ (recentemente criada no troço mais ocidental da Avenida General Norton de Matos, com início nos acessos ao Estádio da Luz e término no cruzamento da Avenida General Correia Barreto com o IC19).

(38) Edital de 8 de Abril de 1896.

(39) Edital de 28 de Dezembro de 1889.

(40) Dias (1947): 653.

(41) Edital n.º 222/68, de 21 de Agosto de 1968.

(42) Edital n.º 125/66, de 27 de Maio de 1966.

(43) Edital n.º 36/70, de 12 de Fevereiro de 1970.

(44) Originalmente chamada *Avenida Marechal Carmona* (por edital de 27 de Maio de 1966), a sua designação presente data de 30 de Dezembro de 1974, quando o edital n.º 161/74 expurgou da toponímia lisboeta algumas personalidades e factos conotados com o anterior regime político, ao mesmo tempo que consagrava, em sua substituição, o nome de figuras da oposição democrática.

(45) Edital n.º 142/2014, de 23 de Dezembro de 2014.

A *Segunda Circular* – que, entre 1970 e 1974, ficou informalmente conhecida como a «Avenida dos Três Marechais», por homenagear três dos homens agraciados com a mais alta distinção honorífica do exército e da força aérea e que haviam exercido funções como Presidentes da República durante a ditadura militar e o Estado Novo, entre 1926 e 1958 –, muito embora já tenha adquirido topónimos próprios ao longo de todo o seu percurso, continua a ser conhecida pela sua denominação primitiva em muitas placas de sinalização espalhadas um pouco por toda a cidade, e é ainda designada dessa forma pelos muitos automobilistas que, todos os dias, utilizam esse troço com perfil de via rápida para entrar e/ou sair da cidade (quer através do IC19, a poente, quer através da A1, a nascente), tornando-se assim no topónimo contendo um algarismo mais referenciado em Lisboa.

5. As cifras na toponímia de Lisboa: numerais fraccionários

Além dos cardinais e ordinais já elencados, alguns nomes de arruamentos da cidade remetem também para numerais fraccionários, nalguns casos presentes na toponímia de Lisboa desde há vários séculos. São os casos da *Rua da Metade* (na freguesia de Santo António, entre a Rua do Passadiço e a Rua do Cardal de São José, sendo já referida pelo Padre João Baptista de Castro no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* ⁴⁶), da *Rua do Meio à Ajuda* ⁴⁷ (na freguesia homónima, entre o Largo da Paz e o Jardim Botânico), da *Rua do Meio à Lapa* ⁴⁸ (na Estrela, entre a Rua da Bela Vista à Lapa e a Rua da Lapa), da *Rua do Meio ao Arco do Carvalhão* ⁴⁹ (anteriormente a *Rua do Meio à Cascalheira*, em Campolide, denominação atribuída ao arruamento situado entre a Rua Particular à Cascalheira e a Rua Veríssimo Dias), da *Travessa do Meio* ⁵⁰ (em São Vicente, ligando o Campo de Santa Clara à Rua do Paraíso), da *Travessa do Meio ao Arco do Carvalhão* ⁵¹ (em Campolide, entre a Rua Garcia e Rua Veríssimo Dias, paralela às Travessas do Norte e do Sul), da *Travessa do Meio do Forte* ⁵² (em Arroios, ligando a Travessa do Forte à Travessa de Santana), e do *Beco do Vintém das Escolas* ⁵³ e da *Travessa do Vintém das Escolas* ⁵⁴ (ambos em Benfica, o primeiro entre a Rua dos Arneiros e a Travessa do Vintém das Escolas e a segunda entre a Estrada de Benfica e o Largo Ernesto da Silva, rememorando o nome da antiga associação do *Vintém das Escolas* – destinada a recolher por todo o país contribuições no valor de vinte réis, ou seja, de um vintém, tendo em vista beneficiar a educação das crianças mais desfavorecidas). A estes arruamentos podemos também somar o *Pátio da Meia-Laranja* (no cruzamento da Rua Maria Pia com a Estrada dos Prazeres, na freguesia de Campo de Ourique), que toma o seu nome do pequeno miradouro sobranceiro ao vale de Alcântara, em forma de semi-círculo, onde se ergue o Chafariz da Meia-Laranja, e de onde derivou o nome do bairro que se desenvolve nas imediações. Se tanto a «metade» (do lat. *medietas*) como o «meio» (do lat. *medius*) designam uma fracção de base dois (muito embora a expressão «meio» possa, neste contexto, designar apenas uma posição central em relação a dois pontos geográficos), já o «vintém» remete para a *vintena* (1/20 avos ou a vigésima parte de algo), termo que acabou por passar a denominar uma unidade monetária de uso corrente.

6. As cifras na toponímia de Lisboa: datas

Os números na toponímia lisboeta manifestam-se também, de forma evidente, nas datas patentes em certos arruamentos, comemorando determinados factos históricos a elas associados. Duas aveni-

(46) Castro (1763): 291.

(47) Edital de 8 de Junho de 1889.

(48) Edital de 13 de Abril de 1951.

(49) Edital de 22 de Junho de 1948.

(50) Ignora-se a data do edital relativo a este topónimo.

(51) Ignora-se a data do edital relativo a este topónimo.

(52) Edital de 5 de Agosto de 1867.

(53) Ignora-se a data do edital relativo a este topónimo.

(54) Edital de 14 de Outubro de 1915.

das, dois jardins, uma praça e sete ruas – num total de doze arruamentos – evocam diferentes eventos relacionados com a história de Lisboa, a história de Portugal ou até a história mundial.

Três destes arruamentos memoram factos históricos ocorridos em Lisboa – em primeiro lugar, a *Rua Vinte e Quatro de Janeiro*, uma designação sem consagração oficial (embora surja referenciada em diversos mapas, e em alguns casos até seja mencionada como avenida), com início no Largo de São Domingos de Benfica e que se prolonga até ao Forte de Monsanto, repartindo-se entre as freguesias de Benfica e São Domingos de Benfica. O nome da rua comemora a data em que, no ano de 1919, os rebeldes monárquicos aquartelados no Forte de Monsanto capitularam perante o exército republicano, impedindo assim o triunfo do movimento insurreccional que visava restaurar a monarquia na capital, e contribuindo decisivamente para o fracasso da «Monarquia do Norte», liderada por Henrique Paiva Couceiro.

Também a *Avenida Vinte e Quatro de Julho* ⁵⁵, que se inicia na Praça do Duque da Terceira e termina na Rua João de Oliveira Miguéns, percorrendo as freguesias da Misericórdia, Estrela e Alcântara, faz referência a um outro evento-chave na história da cidade – a libertação da capital do reino pelas forças do exército constitucional, liderado pelo Duque da Terceira, no dia 24 de Julho de 1833. Tendo saído do Porto (onde os liberais, comandados pelo antigo imperador do Brasil, D. Pedro, se encontravam sitiados desde Julho do ano anterior) na frota do almirante britânico Charles Napier, o Duque desembarcou no Algarve, percorreu todo o Alentejo em escassos dias e derrotou os miguelistas na Cova da Piedade, em Almada, no dia 23 de Julho – facto que precipitou a fuga, sem qualquer resistência, do governo de D. Miguel, e abriu as portas de Lisboa aos liberais.

Quanto à *Rua do Cinco de Abril* ⁵⁶, em Alcântara, junto à Calçada da Tapada, parece lembrar a data das eleições legislativas de 1908, que deram a vitória ao Partido Regenerador (com 62 parlamentares), deixando a curta distância o Partido Progressista (com 58), tendo o Partido Republicano conseguido eleger apenas sete deputados (Afonso Costa, Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Menezes por Lisboa; Brito Camacho por Beja; Estevão de Vasconcelos e Feio Terenas por Setúbal). Na sequência do acto eleitoral, ocorreram violentos distúrbios entre a guarda municipal e os manifestantes republicanos no Rossio e em Alcântara, tendo morrido catorze pessoas nos confrontos ⁵⁷; terá sido provavelmente devido à agitação na zona de Alcântara que esta rua viria a tomar a designação de Cinco de Abril, pouco mais de três anos volvidos sobre os acontecimentos, substituindo a anterior denominação monarquizante de Rua do Príncipe (a Alcântara).

Por seu turno, são seis os arruamentos cujas datas recordam factos importantes na história do país. O *Jardim Nove de Abril*, na Estrela – um pequeno espaço ajardinado fronteiro ao Museu Nacional de Arte Antiga, entre a Rua Presidente Arriaga, a Travessa do Olival a Santos e a Escadaria José António Marques –, também conhecido como «Jardim das Albertas» (do nome do antigo convento onde hoje se situa o Museu), recorda a data da tristemente célebre batalha do Lys (La Lys), próxima de Ypres, um confronto em que a 2.^a Divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP), comandada pelo General Gomes da Costa, foi violentamente atacada pelo exército alemão e, apesar da distinta bravura com que se bateu contra o inimigo, foi praticamente dizimada, no que constituiu o maior desaire militar português na Primeira Guerra Mundial.

(55) A antiga *Rua do Aterro*, renomeada como *Rua Vinte e Quatro de Julho* (por edital de 9 de Setembro de 1878), e promovida a *Avenida* por edital de 22 de Outubro de 1928; entretanto, esta artéria viria a ser fugazmente conhecida como *Avenida Nuno Álvares Pereira* (edital de 11 de Abril de 1932), por se considerar que «o acontecimento histórico que a Avenida 24 de Julho está evocando se encontra perpetuado em várias denominações de ruas da Capital, como sejam as Ruas Mindelo, Marechal Saldanha e Sá da Bandeira», mas o celeuma causado pela mudança foi tal que, por edital de 14 de Junho de 1932, retomou a sua anterior designação.

(56) Edital de 7 de Agosto de 1911.

(57) Não subscrevemos a hipótese de esta data comemorar a realização do *I Congresso Nacional do Livre Pensamento*, visto que o mesmo apenas teria lugar entre os dias 19 e 22 de Abril do mesmo ano, na Caixa Económica Operária, à Graça (cf. <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/>).

A *Praça Vinte e Cinco de Abril* ⁵⁸, em Marvila – na confluência da Rua da Cintura do Porto de Lisboa, da Rua do Mar e da Avenida Infante D. Henrique – comemora a data da Revolução dos Cravos, tendo o arruamento (aberto nos terrenos da antiga Fabrica de Material de Guerra do Braço de Prata) ganho esta designação por ocasião do vigésimo–quinto aniversário da revolução (1999), constituindo assim a homenagem da autarquia olisiponense ao mais importante facto político da história recente do país. Relativamente à *Rua Quatro de Agosto* ⁵⁹, na Penha de França – entre as Ruas António Luís Inácio e Barão de Sabrosa –, ignora-se o evento concreto a que a data se reporta, mas não é impossível pensar que possa dizer respeito à Batalha de Alcácer-Quibir (ou «Batalha dos Três Reis»), travada nas proximidades daquela cidade marroquina no dia 4 de Agosto de 1578, entre os exércitos coligados de D. Sebastião e de Abu ‘Abd Allah Muhammad (o deposto soberano marroquino, a quem o monarca português prometera auxílio para recuperar o trono), de um lado, e as forças de Abu Marwan ‘Abd al-Malik (o usurpador do trono), do outro, tendo os três encontrado a morte no campo de batalha. Alternativamente, porém, a data em causa poderá remeter para algum facto relacionado com a história da monarquia constitucional ou a história de Lisboa anterior a 1892, data da atribuição do topónimo. A *Avenida Cinco de Outubro* ⁶⁰, entre Alvalade e as Avenidas Novas, comemora a data da implantação da República em 1910, tendo sido renomeada no dia imediato à revolução, juntamente com a Avenida da República (embora o correspondente edital apenas tenha sido publicado um mês mais tarde). De igual forma, o *Jardim Cinco de Outubro*, na Praça da Estrela, fronteiro à Basílica do Santíssimo Coração de Jesus e ao Jardim da Estrela – embora não constituindo um arruamento em si mesmo – fica também a dever a sua denominação à revolução que deu o nome à avenida homónima. Finalmente, a *Rua Primeiro de Dezembro* ⁶¹, entre o Rossio e os Restauradores, em Santa Maria Maior – a qual havia já sido a Rua do Valverde, antes do terramoto de 1755, depois a Rua Nova das Hortas e, finalmente, a Rua do Príncipe –, mereceu a sua designação poucos meses volvidos sobre a revolução do 5 de Outubro, obnubilando o velho nome monárquico que homenageava o herdeiro do trono e passando, em seu lugar, a celebrar o dia da Restauração da Independência de 1640 – data que, durante a I República, foi também solenizada como «Festa da Bandeira Nacional», por ter sido nessa data que, logo em 1910, a nova bandeira republicana, verde e rubra, foi apresentada publicamente e hasteada pela primeira vez no Monumento aos Restauradores.

Quanto aos arruamentos que celebram datas da história universal, existem em Lisboa três ruas – homónimas, de resto – celebrando o mesmo facto histórico: o Dia do Trabalhador, celebrado anualmente no dia 1 de Maio, em memória da manifestação ocorrida no 1.º de Maio de 1886 em Chicago, a qual culminou num motim que levou à morte de alguns dos manifestantes envolvidos (os «Mártires de Chicago»), e comemorada desde 1889 na sequência de uma resolução do I Congresso Internacional dos Trabalhadores, reunido em Paris. São elas a *Rua Primeiro de Maio* ⁶², em Alcântara – ligando o Largo do Calvário à Rua da Junqueira –, a *Rua Primeiro de Maio (ao Grafanil)* ⁶³, em Santa Clara – entre a Rua do Grafanil e a Rua António Vilar – e a *Rua Primeiro de Maio (ao Parque das Nações)* – um pequeno arruamento sem saída sito no Bairro do Oriente (antigo Bairro dos Retornados), com início na Rua Mário Viegas, e aparentemente sem consagração oficial. De notar que, ao contrário do que sucedeu com vários outros arruamentos que recuperaram a sua antiga toponímia durante o Estado Novo, o nome da *Rua Primeiro de Maio*, em Alcântara – então uma freguesia de cariz vincadamente industrial e contando com um grande número de operários entre os seus habitantes – manteve-se

(58) Edital n.º 24/99, de 22 de Abril de 1999.

(59) Edital de 30 de Novembro de 1892.

(60) Antiga *Avenida António Maria do Avelar* (por edital de 11 de Dezembro de 1902), ganhou a presente designação por edital de 5 de Novembro de 1910.

(61) Edital de 7 de Agosto de 1911.

(62) Anteriormente a *Rua de São Joaquim (ao Calvário)*, recebeu a presente designação por edital de 7 de Agosto de 1911.

(63) Edital n.º 9/2009, de 30 de Janeiro de 2009.

inalterado durante os 48 anos da ditadura, apesar de a celebração que evocava na sua designação ser formalmente proibida pelo regime.

A este conjunto há que acrescentar, ainda, a presença de datas em nomes de bairros, caso do *Bairro Dois de Maio*, na Ajuda – anteriormente conhecido como *Bairro da Fundação Salazar*, um bairro cuja construção fora fomentada pela fundação homónima e que se destinava à edificação de habitações para famílias carenciadas – que ficou a dever o seu nome ao dia 2 de Maio de 1974, poucos dias volvidos sobre a Revolução dos Cravos, em que as habitações do bairro (muitas ainda por concluir) foram ilegalmente ocupadas pelos seus futuros habitantes. De igual forma, e embora não constitua um arruamento da cidade (posto que integrada na rede rodoviária nacional), a *Ponte Vinte e Cinco de Abril*, estabelecendo a ligação entre Lisboa e Almada, apresenta-se como mais um topónimo contendo uma data histórica (tendo substituído a anterior denominação de Ponte Salazar em 1974, logo após a Revolução dos Cravos).

7. Antigos arruamentos com datas ou outras designações numéricas

Além de todos os arruamentos já citados, vale a pena mencionar os nomes de algumas ruas que já tiveram designações ligadas a datas ou a números, mas que entretanto se viram renomeadas. Enquanto as antigas ruas com datas geralmente retornaram à sua denominação original, ruas houve onde os anteriores nomes não foram recuperados.

No caso das primeiras, podemos elencar o Largo de Santa Bárbara, em Arroios, denominado *Largo Vinte e Oito de Janeiro* entre 1913⁶⁴ e 1937⁶⁵; a data em causa celebrava a fracassada intentona do «Elevador da Biblioteca», tentativa de golpe de Estado de cunho republicano que teve lugar em 28 de Janeiro de 1908, e que culminou na prisão de vários conspiradores – entre os quais António José de Almeida, João Chagas ou Luz de Almeida – no Elevador da Biblioteca (que ligava o Largo de São Julião ao Largo da Academia Nacional de Belas-Artes – então conhecido como Largo da Biblioteca Pública, donde o nome pelo qual ficou conhecido o golpe), facto que, perante a ameaça de deportação dos golpistas, acabaria por conduzir, quatro dias mais tarde, ao regicídio do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe.

Já o Largo do Calvário, em Alcântara, e a Rua de São Lázaro, entre Santa Maria Maior e Arroios, receberam, respectivamente, as designações de *Largo Vinte de Abril* e *Rua Vinte de Abril* (data que celebrava o dia da aprovação da chamada «Lei da Separação do Estado das Igrejas», uma das principais medidas do governo provisório da República), topónimos que vingaram oficialmente entre 1915⁶⁶ e 1937⁶⁷; o edital que restaurava a toponímia destes dois arruamentos – bem como do Largo de Santa Bárbara – dava conta que «a moderna toponímia [não conseguiu] apagar, da memória da população, a sua denominação anterior», pelo que deveriam voltar «a ter a nomenclatura tradicional»⁶⁸. Uma tradição – cuja veracidade não conseguimos confirmar – afirma que, quando o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, regressou a Lisboa, em 1913 (depois de ter sido forçado a ausentar-se da sua arquidiocese durante dois anos, por decisão do governo republicano), tendo-lhe sido negada autorização para se instalar no velho Paço Patriarcal do Mosteiro de São Vicente de Fora, lhe foi atribuído, como compensação, um palácio no Campo dos Mártires da Pátria, onde ficaram doravante sedeados os serviços do Patriarcado; nesse sentido, a atribuição do topónimo Vinte de Abril à Rua de São Lázaro, mais do que um acto de marcada intolerância do regime saído do 5 de Outubro face à igreja católica, teria constituído apenas uma ultrajante provocação para com o velho prelado que,

(64) Edital de 18 de Outubro de 1913.

(65) Edital de 19 de Agosto de 1937.

(66) Edital de 14 de Outubro de 1915.

(67) Edital de 19 de Agosto de 1937.

(68) Edital de 19 de Agosto de 1937.

no seu percurso diário entre a Sé e a sua residência – tendo que apanhar o eléctrico que passava pela antiga Rua de São Lázaro – se via obrigado a deparar com uma data de tão funesto significado para a igreja portuguesa.

A antiga Estrada para Carnaxide, em Benfica, ficou conhecida como *Avenida Catorze de Maio* entre 1917⁶⁹ e 1937⁷⁰, data em que passou a *Avenida Coronel Galhardo*, sendo desde 1954 conhecida como *Rua da Buraca*⁷¹. A data em causa evocava o pronunciamento chefiado por Álvaro de Castro e pelo general Sá Cardoso, iniciado em 14 de Maio de 1915, e que levou ao derrube do governo do general Pimenta de Castro, que governava em ditadura (visto o parlamento haver sido ilegalmente dissolvido pelo presidente Manuel de Arriaga, na sequência do «Movimento das Espadas», de Janeiro desse ano) e conduzido à morte de cerca de duzentas pessoas, nos confrontos que se seguiram; ao renomear a Avenida com o nome do Coronel Eduardo Galhardo, herói da batalha de Coolela contra o Gungunhana, em Moçambique, em 1895 (cujo nome viria, mais tarde, a ser atribuído a uma avenida na Penha de França), o edital justificava a decisão com a necessidade de erradicar da toponímia da capital uma data «cuja denominação, evocadora de luta entre portugueses, não deve[ria] perdurar». No mesmo sentido, a *Rua do Catorze de Maio*⁷², na Estrela – que recebera a designação comemorativa do golpe de 1915 pouco mais de dois meses transcorridos sobre os acontecimentos, na sequência de um pedido endereçado pela junta de paróquia de Alcântara à Câmara de Lisboa, onde se solicitava a atribuição do topónimo 14 de Maio a uma artéria recém-aberta na freguesia, no término da Avenida Vinte e Quatro de Julho⁷³ – viu o seu nome alterado para *Rua do Cais de Alcântara*, em 1937⁷⁴, atendendo a que não tinha «nenhum passado histórico» relevante que justificasse a manutenção da sua denominação anterior.

O golpe de estado de 28 de Maio de 1926, que instaurou a ditadura militar que abriu caminho ao Estado Novo, foi também celebrado na toponímia de Lisboa em dois arruamentos. Primeiro, no Campo Grande, que foi oficialmente denominado *Campo Vinte e Oito de Maio*, entre 1935⁷⁵ e 1948⁷⁶; nesta última data, o troço da Avenida dos Estados Unidos da América a poente do Campo Grande tornou-se um arruamento autónomo, sendo-lhe atribuído a designação de *Avenida Vinte e Oito de Maio*, data que subsistiu na toponímia de Lisboa até Dezembro de 1974⁷⁷, quando a artéria foi renomeada *Avenida das Forças Armadas* em homenagem ao M.F.A., poucos meses após o triunfo da Revolução dos Cravos.

Finalmente, o troço da Rua Serpa Pinto situado entre a Rua Vítor Cordon e o Largo de São Carlos (então conhecido como Largo do Directório, por aí ter sido a sede do Directório do Partido Republicano Português) foi, entre 1925⁷⁸ e 1937⁷⁹, a *Rua Dezasseis de Outubro* (depois de ter sido, durante escassos meses, a Rua da Leva da Morte, designação particularmente lúgubre que o novo topónimo visou moderar). A data em causa recordava os republicanos que combateram o regime de Sidónio Pais e que foram vítimas da chamada «Leva da Morte», ocorrida em 16 de Outubro de 1918. Nesse dia, com o cárcere do Governo Civil de Lisboa lotado, um grupo de 150 presos políticos – ligados, na sua maioria, ao Partido Democrático – preparava-se para ser transferido para os fortes do Alto do Duque, Caxias e São Julião da Barra; no entanto, quando o cortejo de presos e guardas dava entrada na Rua Serpa Pinto, iniciou-se uma troca de tiros, de que resultaram seis dezenas de feridos e a morte de seis

(69) Edital de 14 de Maio de 1917.

(70) Edital de 19 de Agosto de 1937.

(71) Edital de 23 de Março de 1954.

(72) Edital de 19 de Julho de 1915.

(73) Melo (2013):58.

(74) Edital de 19 de Agosto de 1937.

(75) Edital de 18 de Maio de 1935.

(76) Edital de 23 de Dezembro de 1948.

(77) Edital n.º 161/74, de 30 de Dezembro de 1974.

(78) Edital de 5 de Janeiro de 1925.

(79) Edital de 19 de Agosto de 1937.

presos e um guarda, doravante homenageados por aquele topónimo.

A juntar a estes arruamentos, há ainda a notícia de ter existido uma *Travessa Nove de Abril* no Bairro da Liberdade, junto à Vila das Águas Livres, em Campolide (que celebrava, como no caso do jardim homónimo, às Janelas Verdes, o dia da batalha do Lys), a qual ainda existia nos inícios da década de 1960⁸⁰; não conseguimos, no entanto, identificar com precisão a localização deste topónimo, dado a vila em causa já não existir.

Quanto às ruas com antigas designações numéricas, ordinais ou cardinais, podemos enumerar a antiga *Avenida D. João I* (desde 1948, a Avenida Marconi, no Areeiro⁸¹); uma antiga *Avenida D. João II*, no Lumiar, situada entre a Alameda das Linhas de Torres e a Travessa do Pregoeiro⁸² ou a Estrada da Luz⁸³, entretanto desaparecida, e cujo nome foi recuperado para uma das vias principais do Parque das Nações; o antigo *Largo das Duas Igrejas*, assim chamado pela sua localização, entre as igrejas da Encarnação e do Loreto (ou dos Italianos), renomeado Largo do Chiado em honra do poeta António Ribeiro Chiado, em 1925⁸⁴; a antiga *Cruz dos Quatro Caminhos*⁸⁵ (depois chamada de *Largo do Abarracamento dos Quatro Caminhos*⁸⁶, ou apenas *Largo dos Quatro Caminhos*), cujo nome, auto-explicativo, evocava a confluência de quatro artérias nesse lugar⁸⁷ – as ruas da Graça, dos Sapadores (anteriormente, a *Rua do Abarracamento dos Quatro Caminhos*⁸⁸), da Penha de França e Angelina Vidal (antigamente, um troço da Estrada do Forno do Tijolo) –, ainda referenciada em 1958⁸⁹ mas que acabou por se desvanecer da memória popular, diluindo-se nas ruas confinantes; a antiga *Rua* ou *Azinhaga dos Sete Castelos*⁹⁰ (presentemente a Rua António Luís Inácio, na Penha de França⁹¹), arruamento que se referia ao lugar do *Alto dos Sete Castelos*⁹², topónimo do termo de Lisboa referenciado, pelo menos, desde 1372, e que sobreviveu até ao final do primeiro quartel do século XX⁹³; o sítio de *Sete Rios*⁹⁴, um hidrotopónimo que relembra a confluência, nesse local, de vários pequenos ribeiros na região de Lisboa (designadamente, das ribeiras da Falagueira-Benfica e do Lumiar, que aí se uniam na ribeira de Alcântara, a qual fluía pelo vale homónimo até desembocar no Tejo) e que se manteve no nome da estação ferroviária da Linha de Cintura e do terminal rodoviário aí situados, tendo dado nome à antiga *Estrada de Sete Rios*⁹⁵ (entre a Rua de Campolide e as Estradas da Palhavã e das Laranjeiras) e ao *Largo de Sete Rios*⁹⁶, topónimo que subsistiu oficialmente até 1979⁹⁷, quando passou a ser conhecido como Praça General Humberto Delgado (presentemente Praça Marechal Humberto Delgado⁹⁸), muito embora a praça seja ainda hoje popularmente conhecida como Sete Rios; a *Travessa dos Sete Moinhos*⁹⁹, no fim da *Rua dos Sete Moinhos*, em Campo de Ourique, e o *Pátio dos Sete Moinhos*, na calçada homónima¹⁰⁰, em Campolide, tendo ambos os arruamentos en-

(80) Câmara Municipal de Lisboa (1962): 58.

(81) Edital de 29 de Julho de 1948.

(82) Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (1944): 82.

(83) Polícia de Segurança Pública (1958): 114.

(84) Edital de 28 de Abril de 1925.

(85) Veloso (1864): 44.

(86) Veloso (1864): 1.

(87) Santana e Sucena (1994): 324.

(88) Veloso (1864): 1.

(89) Polícia de Segurança Pública (1958): 104.

(90) Morgado (1913): 140.

(91) Edital de 17 de Outubro de 1924.

(92) Sobre a utilização do numeral sete no topónimo *Sete Castelos*, diz José Pedro Machado (2003: 1340) que, neste contexto, além do valor simbólico do número em si, o sete poderá funcionar como um numeral indefinido, indicando quer multiplicidade, quer uma quantidade indeterminada.

(93) Consiglieri [*et al.*] (1993): 42.

(94) Polícia de Segurança Pública (1958): 290.

(95) Caldeira (*s. d.*): 74; Morgado (1913): 140.

(96) Caldeira (*s. d.*): 74; Morgado (1913): 140; Pacheco (1926): 384.

(97) Edital de 2 de Fevereiro de 1979.

(98) Edital n.º 108/90, de 13 de Dezembro de 1990.

(99) Pacheco (1926): 384.

(100) Edições Anuário (1984): 306.

tretanto desaparecido; ou ainda as *Quatro Travessas* (à Estrada de Chelas), no Beato 1⁰¹, não longe do troço ferroviário da Concordância de Xabregas.

Finalmente, devemos mencionar também as *Ruas das Duas Marias, das Três Marias, das Quatro Marias e das Cinco Marias* e o *Largo das Seis Marias*, no Bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar 1⁰² – o qual mereceu, por isso mesmo, a designação popular de «Bairro das Marias», dado comportar, além das ruas elencadas, outros arruamentos com nomes de mulheres ligadas à Cruz Vermelha Portuguesa, todos eles iniciados por Maria; contudo, com os programas de realojamento levados a cabo e a construção das novas urbanizações da Alta de Lisboa, as ruas e o largo em causa acabaram por desaparecer da toponímia de Lisboa em 2003.

Conclusão

A nossa deambulação pelas ruas de Lisboa permitiu-nos gizar algumas conclusões em torno da presença de cifras na toponímia da cidade. Com efeito, em praticamente todas as freguesias da capital existem artérias cuja denominação engloba um numeral, seja ele cardinal, ordinal, fraccionário ou ainda uma data – salvo no Beato, em Carnide e no Lumiar, onde não encontramos nenhum arruamento oficialmente reconhecido pela câmara com designações numéricas (ficando, porém, a lista reduzida ao Beato se considerarmos a Segunda Circular como um topónimo em si mesmo).

O predomínio dos algarismos na toponímia ocorre, naturalmente, nas freguesias que têm bairros com ruas numeradas com cardinais – Ajuda, Alcântara, Belém, Benfca, Campolide e Olivais, onde existem 107 arruamentos deste tipo (0,0294% do total). A grande distância ficam as artérias com ordinais (apenas 18 – 0,0049% do total – espalhadas pelas Avenidas Novas, Belém, Benfca, Campo de Ourique, Estrela, Marvila, Misericórdia, Olivais, Parque das Nações, Penha de França, Santa Maria Maior e Santo António), os cardinais associados a substantivos comuns (11 arruamentos – 0,003% do total – no Areeiro, Belém, Campo de Ourique, Campolide, Parque das Nações, Santa Clara e Santa Maria Maior) e, por fim, os numerais fraccionários (10 vias – 0,0027% do total – situadas em Arroios, Benfca, Campo de Ourique, Campolide, Estrela, Santo António e São Vicente) a que se soma ainda um conjunto de 12 arruamentos (0,0033%) contendo datas na sua designação, espalhados por Alcântara, Alvalade, Avenidas Novas, Benfca, Estrela, Marvila, Misericórdia, Parque das Nações, Penha de França, Santa Clara, Santa Maria Maior e São Domingos de Benfca.

No total, 158 das artérias de Lisboa (129 ruas, 8 avenidas, 5 praças, 4 travessas, 3 becos, 2 jardins, 2 pá-tios, 1 calçada, 1 esplanada, 1 largo, 1 parque e 1 rotunda) contêm uma cifra na sua designação, correspondendo a apenas 0,0429% do total de arruamentos da cidade – uma percentagem deveras pouco significativa. Não obstante, como tentámos demonstrar ao longo deste ensaio, muitas destas ruas com designações numéricas constituem lugares de memória únicos, revelando, nos seus nomes, muito acerca da história da cidade e do país que a acolhe – desde os planos de urbanização dos bairros de casas económicas nas ruas do Alto da Ajuda, da Calçada dos Mestres, da Encarnação, da Quinta do Jacinto ou das Terras do Forno aos reis que fizeram a nossa história, passando por papas, militares e ainda pelas mais variadas datas que, embora em escasso número, nos remetem para acontecimentos tão díspares como golpes de estado – o 25 de Abril, o 5 de Outubro, o 1.º de Dezembro –, eventos militares – o 9 de Abril, o 24 de Julho, o 4 de Agosto (?) – ou até eleições – como o 5 de Abril. Em suma, fazer a história por trás dos algarismos presentes das ruas de Lisboa foi o trabalho a que nos propusemos ao longo destas linhas – um trabalho necessariamente incompleto, dado não termos conseguido identificar todos os arruamentos não-oficiais identificados por meio de números – mas que julgamos, ainda assim, ser um contributo significativo para a história da toponímia lisboeta.

(101) Morgado (1913): 147.

(102) Edital n.º 200/66, de 27 de Outubro de 1966.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, ed. (1944). *Roteiro das Ruas de Lisboa e Outras Indicações para a Distribuição de Telegramas na Cidade*. Lisboa: Publicação e Propaganda dos C.T.T.
- Alves, Adalberto (2013). *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Botelho, Luís Silveira (1991). *Médicos na Toponímia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Comissão Municipal de Toponímia.
- Câmara Municipal de Lisboa, ed. (1962). *Roteiro da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (2016). *Comissão Municipal de Toponímia*. Disponível online em: <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/> [acedido em 28.07.2016].
- Castro, João Baptista de, Pe. (1763). *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo III. 2.^a ed., rev. e aumentada. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Disponível online em: <http://purl.pt/22133/4/> [acedido em 28.07.2016].
- Consiglieri, Carlos [et al.] (1993). *Pelas Freguesias de Lisboa*, vol. 2 (*Lisboa Oriental: São João. Beato. Marvila. Santa Maria dos Olivais*). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Educação.
- Dias, Jaime Lopes (1947). «Lisboa de Hoje», in Lisboa. *Oito Séculos de História*. Coord. de Gustavo de Matos Sequeira. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Dolores, D. P., ed. (1976). *Roteiro Geral de Lisboa. Profissional, Comercial, Industrial e Turístico. 1976-1977*. Lisboa: Roteiro Geral de Lisboa.
- Edições Anuário, ed. (1984). *Roteiro de Lisboa. Guia Cultural, Ruas, Serviços Públicos*. 4.^a ed. Lisboa: Edições Anuário.
- Houaiss, Antônio (2015). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Machado, José Pedro (2003). *Dicionário Onomástico-Etimológico da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Medina, João (2004). «A Toponímia – Local de Memória», in *Primeiras Jornadas de História Local e Regional (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*. Coord. de Álvaro Matos e Raul Rasga, 2.^a ed. Lisboa: Edições Colibri: 35-43.
- Melo, Ana Homem de (2013). «Conhece a Travessa dos Voluntários da República? A toponímia inexistente», in *Sextas Jornadas de Toponímia de Lisboa: Lugares de Memória da República. 29 de Setembro de 2011. Teatro Aberto – Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: 55-59.
- Morgado, A., coord. (1913). *Novo Roteiro das Ruas de Lisboa, com Outras Indicações de Interesse Geral*. 5.^a ed. Lisboa: Empresa Editora «A Legislação».
- Nora, Pierre (1984). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- Pacheco, José Sebastião (1926). *Roteiro da Cidade de Lisboa*. 4.^a ed., actualizada. Lisboa: Livraria Pacheco.
- Pereira, Teresa Sancha (2004). *Os Desportistas na Toponímia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Comissão Municipal de Toponímia.
- Pires, Caldeira (s. d.). *Roteiro de Lisboa. Com a indicação por ordem alfabética da nomenclatura de todas as praças, largos, avenidas, ruas, tra-vessas, becos, etc., e, bem assim, qual a freguesia e bairro, a que cada uma pertence [...]*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Polícia de Segurança Pública, ed. (1958). *Roteiro Actualizado da Cidade de Lisboa, Algés, Dafundo e Moscavide*. Lisboa: Polícia de Segurança Pública.
- Tipografia-Encadernação Severo-Freitas-Mega, ed. (1945). *Roteiro das Ruas de Lisboa e Outras Indicações Úteis*. Lisboa: Tipografia-Encadernação Severo-Freitas-Mega.
- Veloso, Eduardo O. Pereira Queiroz, coord. (1864). *Roteiro das Ruas de Lisboa e Immediações*. Lisboa: Typographia da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.

Anexo: Lista de antigos arruamentos numéricos na cidade de Lisboa

1. FREGUESIA DA AJUDA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Edital da Câmara (data)
Ajuda	Rua 1 (à Travessa da Memória)	Rua General Massano de Amorim	N.º 168/60, de 28 de Outubro
Alto da Ajuda	Rua 1	Rua José Luís Garcia Rodrigues	N.º 33/2000, de 5 de Julho
	Rua 3	Rua Orlando Gonçalves	N.º 33/2000, de 5 de Julho
	Rua 7	Rua Hermínio Flora Bento	N.º 33/2000, de 5 de Julho
	Rua 9	Rua Centro dos Trabalhadores do Alto da Ajuda	N.º 35/2000, de 5 de Julho
Boa-Hora	Rua 1	Rua Coronel Pereira da Silva	5 de Maio de 1934
	Rua 2	Rua Comandante Nunes da Silva	5 de Maio de 1934
	Rua 3	Rua Comandante Assis Camilo	5 de Maio de 1934
	Rua 4	Rua Comandante Freitas da Silva	5 de Maio de 1934
	Rua 5	Rua Sargento Jacome Moreira	5 de Maio de 1934
	Rua 6	Rua Sargento Alves Lopes	5 de Maio de 1934
	Rua 7	Rua Subchefe João Teodoro	5 de Maio de 1934
	Rua 8	Rua Cabo Floriano de Morais	5 de Maio de 1934
	Rua 9	Rua Cabo Manuel Leirio	5 de Maio de 1934
	Rua 10	Rua Guarda José de Oliveira	5 de Maio de 1934
	Rua 11	Rua Soldado António da Costa	5 de Maio de 1934
	Rua 12	Praça Tenente Evangelista Rodrigues	5 de Maio de 1934
Caramão da Ajuda	Rua 1	Rua José Pinto Bastos	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 2 (parte)	Rua João Linhares Barbosa	N.º 132/93, de 16 de Novembro
	Rua 2 (parte)	Avenida Helen Keller	N.º 49/87, de 7 de Setembro
	Rua 3	Rua da Preta Constança	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 4	Rua dos Vago-Lunies	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 5	Rua Horta e Silva	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 6	Rua Pedro Augusto Franco	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 7	Rua Rainha das Ilhas das Cobras	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 8	Rua Clube Atlético e Recreativo do Caramão	N.º 53/92, de 7 de Maio
	Rua 9	Rua Rainha do Congo	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 10	Rua de Nossa Senhora da Ajuda	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 11	Rua José Maria Preto	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 12	Rua Raul Proença	N.º 98/93, de 31 de Agosto
	Rua 14	Rua das Chaminés d'el-Rei	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 15	Rua Hermínia Silva	N.º 98/93, de 31 de Agosto
	Rua 16	Rua Irene Inidro	N.º 7/95, de 16 de Janeiro
	Rua 17	Rua dos Cravos de Abril	N.º 7/95, de 16 de Janeiro
	Rua 18	Rua Maria Teresa de Noronha	N.º 7/95, de 16 de Janeiro
	Rua 19	Rua Jorge Brum do Canto	N.º 7/95, de 16 de Janeiro
	Rua 20	Rua dos Archeiros	N.º 174/89, de 18 de Dezembro
	Rua 21	Rua Francisco Sousa Tavares	N.º 98/93, de 31 de Agosto
Caval dos Ossos	Rua 5	Rua Doutor Rodrigo de Sousa	18 de Julho de 1933
Dois de Maio	Impasse 1	Rua César Nogueira	N.º 12/79, de 29 de Janeiro
(ex-Fundação Salazar)	Impasse 2	Rua Alexandre Vieira	N.º 12/79, de 29 de Janeiro
	Impasse 3	Rua Pinto Quartim	N.º 12/79, de 29 de Janeiro

2. FREGUESIA DE ALCÂNTARA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Alcântara	1.ª Rua Particular (à Rua da Cozinha Económica)	Rua Maria Luísa Holstein	N.º 21/89, de 25 de Janeiro
	2.ª Rua Particular (à Rua da Cozinha Económica)	Rua Maria Isabel Sains-Léger	N.º 115/96, de 24 de Setembro
Canal do Rolão	Rua 1	Rua João de Barros	8 de Junho de 1892
	Rua 2	Rua Filinto Elísio	8 de Junho de 1892
	Rua 4	Rua Soares de Passos	8 de Junho de 1892
	Ruas 7 e 8	Rua Amadeu de Sousa Cardoso	N.º 21/88, de 29 de Fevereiro
	Rua 9	Rua Gil Vicente	8 de Junho de 1892
	Rua 10	Rua Sá de Miranda	30 de Novembro de 1892
Quinta do Almargem	Rua 2	Rua Artur Lamas	31 de Maio de 1949

3. FREGUESIA DE ALVALADE:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Campo Grande	Rua 6	Avenida dos Estados Unidos	7 de Agosto de 1911
Cidade Universitária	Impasse 1 (à Avenida das Forças Armadas)	Rua Helena Félix	N.º 60/92, de 18 de Maio
Fonsecas/Calçada	Rua 4.2	Rua Mem de Sá	N.º 12/79, de 29 de Janeiro
	Rua 4.3	Rua Dom Luís da Cunha	N.º 12/79, de 29 de Janeiro
	Rua 4.4	Rua Nuno Ferraz	N.º 22/97, de 29 de Abril
	Rua 4	Rua Tomás da Fonseca	N.º 43/86, de 8 de Julho
	Rua 6	Rua António Albino Machado	N.º 57/84, de 3 de Agosto
Quinta dos Barros	Rua 2	Rua Joaquim Rocha Cabral	N.º 53/2004, de 14 de Julho
	Rua 2.2	Rua Engenheiro Caldeira Rodrigues	N.º 44/2007, de 23 de Abril
	Impasse 1	Rua Paul Harris	N.º 78/2004, de 18 de Novembro
	Rua 1	Rua Afonso Lopes Vieira	19 de Julho de 1948
	Rua 1 (à Avenida do Brasil)	Largo do Pont de Água	N.º 188/60, de 21 de Dezembro
	Rua 2	Rua Branca de Gonta Colaço	19 de Julho de 1948
	Rua 3	Rua Fernando Caldeira	19 de Julho de 1948
	Ruas 3 e 4 (à Rua João Saraiva)	Rua Aprígio Mafra	N.º 4/61, de 25 de Janeiro
	Rua 4	Rua Rosália de Castro	19 de Julho de 1948
	Rua 5	Rua Alberto de Oliveira	19 de Julho de 1948
	Rua 6	Rua João Lúcio	19 de Julho de 1948
	Rua 7	Rua Antónia Pusich	19 de Julho de 1948
	Rua 8	Rua Fausto Guedes Teixeira	19 de Julho de 1948
	Rua 9	Rua Eugénio de Castro	19 de Julho de 1948
	Rua 10	Rua Violante do Céu	19 de Julho de 1948
	Rua 10-A	Rua Luís Augusto Palmeirim	14 de Junho de 1950
	Rua 11	Rua Fernando Pessoa	19 de Julho de 1948
	Rua 12	Rua Aboim Ascensão	14 de Junho de 1950
	Rua 13	Rua António Patrício	19 de Julho de 1948
	Rua 13-A	Rua Silva e Albuquerque	24 de Janeiro de 1950
Rua 14	Rua Bernarda Vidal de Lacerda	19 de Julho de 1948	
Rua 15	Rua Eduardo Vidal	19 de Julho de 1948	
Rua 16	Rua Camilo Pessanha	19 de Julho de 1948	
Rua 17	Rua Guilherme de Azevedo	19 de Julho de 1948	

Rua 18	Rua Mírio de Sá-Carneiro	19 de Julho de 1948
Rua 19	Rua Florbela Espanca	19 de Julho de 1948
Rua 20	Rua Marquesa de Alorna	24 de Janeiro de 1950
Rua 21	Rua Acácio de Paiva	24 de Janeiro de 1950
Rua 21-A	Rua Guilherme de Faria	24 de Janeiro de 1950
Rua 22	Rua José d'Esaguy	24 de Janeiro de 1950
Rua 22-A	Rua Dom Alberto Bramão	24 de Janeiro de 1950
Rua 23	Rua José Duro	24 de Janeiro de 1950
Rua 24	Rua Alberto Osório de Castro	24 de Janeiro de 1950
Rua 25	Rua João Saraiva	24 de Janeiro de 1950
Rua 25-A	Rua do Centro Cultural	N.º 16/55, de 20 de Outubro
Rua 26	Rua Ricardo Jorge	24 de Janeiro de 1950

4. FREGUESIA DO AREIRO:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Actores	Rua 2	Rua Alves Redol	N.º 161/74, de 30 de Dezembro
	Rua 6	Rua Rosa Damasceno	12 de Março de 1932
	Rua 6-A	Rua Actor Ídoro	31 de Março de 1932
	Rua 7	Rua de José Ricardo	12 de Março de 1932
	Rua 7-A	Rua Ferreira da Silva	12 de Março de 1932
	Rua 8	Rua Eduardo Brazão	12 de Março de 1932
	Rua 8-A	Rua Lucinda Simões	12 de Março de 1932
	Rua 9	Rua Augusto Machado	12 de Março de 1932
	Rua 10	Rua Lucinda do Carmo	31 de Março de 1932
	Rua 11	Rua Actriz Virgínia	31 de Março de 1932
	Aliados	Rua 1	Rua Actor João Rosa
Rua 2		Rua Egas Moniz	16 de Janeiro de 1926
Rua 3		Rua Alberto Pimentel	31 de Março de 1932
Rua 4		Rua João de Menezes	25 de Junho de 1926
Rua 5		Rua Casimiro Freire	25 de Junho de 1926
Rua 6		Rua Marcelino de Mesquita	31 de Março de 1932
Rua 7		Rua José Acúrcio das Neves	31 de Março de 1932
Rua 8		Rua Domingos dos Reis Quita	31 de Março de 1932
Arco do Cego	Rua 1	Rua Brito Aranha	18 de Julho de 1933
	Rua 2	Rua Barbosa Côlen	18 de Julho de 1933
	Rua 3	Rua Arnaldo Gama	18 de Julho de 1933
	Rua 4	Rua de Fernando Pedroso	18 de Julho de 1933
	Rua 5	Rua Caetano Alberto	18 de Julho de 1933
	Rua 6	Rua de Gomes Leal	18 de Julho de 1933
	Rua 7	Rua de Vilhena Barbosa	18 de Julho de 1933
	Rua 8	Rua de Xavier Cordeiro	18 de Julho de 1933
Casal Vistoso	Impasse 1 (à Avenida Afonso Costa)	Largo do Casal Vistoso	N.º 81/86, de 3 de Novembro
	Impasse 2 (à Avenida Afonso Costa)	Rua Padre Gregório Verdonk	N.º 81/86, de 3 de Novembro
Encosta das Orlas	Rua 1	Rua Américo Durão	N.º 97/85, de 20 de Agosto
	Rua 2 (ou Rua B)	Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira	N.º 51/83, de 22 de Abril
	Rua 3	Rua Manuel dos Santos	N.º 97/85, de 20 de Agosto
	Rua 4	Rua Aguilões Machado	N.º 65/79, de 14 de Maio

	Rua 5	Rua Robalo Gouveia	N.º 49/87, de 7 de Setembro
	Rua 7	Rua de Olivença	N.º 111/96, de 24 de Setembro
Novo Bairro	Avenidas 3 e 5	Avenida Manuel da Maia	25 de Novembro de 1929
à Avenida	Avenida 12	Avenida Guerra Junqueiro	18 de Julho de 1933
Almirante Reis	Avenida 19	Avenida de Roma	27 de Dezembro de 1930
	Avenida 20	Avenida do México	11 de Fevereiro de 1932
	Avenida 21	Avenida Marconi	29 de Julho de 1948
Plano da Alameda à Linha de Cintura	Rua D-1	Rua Presidente Wilson	23 de Dezembro de 1948
	Rua D-2	Rua Cervantes	29 de Julho de 1948
Quinta do Bacalhau	Rua PT-1	Rua Professora Margarida Vieira Mendes	N.º 67/99, de 30 de Julho
(Monte Covo)	Praceta B-1, Impasses A e B e Rua E	Rua Professora Maria de Lurdes Belchior	N.º 62/99, de 30 de Julho

5. FREGUESIA DE ARROIOS:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Arroios	Rua 3	Rua Luís Pinto Moirinho	8 de Fevereiro de 1906
	Rua 5	Rua Febo Moniz	21 de Outubro de 1909
	Rua 6	Rua Frei Francisco Forcino	21 de Outubro de 1909
	Rua 7	Rua José Falcão	8 de Julho de 1909

6. FREGUESIA DO BEATO:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Madre de Deus	Rua 1	Rua Dom José de Bragança	14 de Junho de 1950
	Rua 2 (parte)	Rua José Bateira	14 de Junho de 1950
	Rua 2 (parte)	Rua Simões Telhadas	14 de Junho de 1950
	Rua 3 (parte)	Largo da Madre de Deus	14 de Junho de 1950
	Rua 3 (parte)	Rua Luís Cadote	14 de Junho de 1950
	Rua 4	Rua José Leilote	14 de Junho de 1950
	Rua 5 (parte)	Rua Carlos José Caldeira	14 de Junho de 1950
	Rua 5 (parte)	Rua Lino Helder	14 de Junho de 1950
	Rua 6	Rua Manuel José da Silva	14 de Junho de 1950
	Rua 7	Rua Vicente Ribeiro	14 de Junho de 1950
	Rua 8	Rua Rocha Santos	14 de Junho de 1950
	Rua 9	Rua Dom Francisco d'Êça	14 de Junho de 1950
	Rua 10	Rua Dom Luís Coutinho	14 de Junho de 1950
	Rua 11	Rua Marquês de Olhão	14 de Junho de 1950
Rua 13	Rua Nicolau Tolentino	N.º 70/71, de 15 de Março	
Pehleira	Rua II	Rua Luís Gonzaga Pereira	N.º 28/56, de 28 de Dezembro
	Ruas 2 e 3 (parte)	Rua João do Nascimento Costa	N.º 21/61, de 15 de Fevereiro
	Rua 3 (parte)	Rua Engenheiro Maciel Chaves	N.º 113/61, 19 de Junho
	Rua 5	Rua General Vassalo e Silva	N.º 89/2014, de 2 de Junho
	Rua 8	Rua Carlos Botelho	N.º 65/2008, de 3 de Julho
	Praceta I (à Calçada do Carrascal)	Praça Sócrates da Costa	N.º 2/60, de 2 de Janeiro
	Vias B-1 e B-2	Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes	N.º 27/2004, de 23 de Abril
Quinta do Ourives	Impasse 2	Rua Celestino Alves	N.º 44/80, de 23 de Abril
	Impasse 3	Rua José Rodrigues	N.º 81/79, de 19 de Junho
	Impasse 4	Rua António Joaquim Anselmo	N.º 81/79, de 19 de Junho

7. FREGUESIA DE BELÉM:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Edital da Câmara (data)
Cacelas	Rua 1	Rua Carolina Ângelo	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 2	Rua Leonor Pimentel	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 3	Rua Alice Pestana (Calel)	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 4	Rua Virgínia Quaresma	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 5	Rua Padre Reis Lima	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 6	Rua Aurora de Castro	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 7	Rua Olga Morais Sarmento	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 8	Rua Pai Calvo	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 9	Rua António Janeiro	N.º 54/86, de 5 de Agosto
	Rua 10	Rua dos Margiochis	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 11	Rua Manuelzinho d'Atcolena	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 12	Rua Quinta do Paizinho	N.º 46/88, de 20 de Abril
	Rua 13	Rua José Calheiros	N.º 119/88, de 9 de Dezembro
	Rua 14	Rua do Casal da Raposa	15 de Março de 1990
	Rua 15	Rua da Igreja	15 de Março de 1990
Encosta da Ajuda	Rua I	Rua Dom Lourenço de Almeida	29 de Abril de 1948
	Rua II	Rua Duarte Pacheco Pereira	29 de Abril de 1948
	Rua III	Rua Soldados da Índia	29 de Abril de 1948
	Rua IV	Rua do Alto do Duque	29 de Abril de 1948
	Rua V	Rua Dom Francisco de Almeida	29 de Abril de 1948
	Rua V-D (ou Rua H-29)	Rua Fernão Lopes de Castanheda	29 de Abril de 1948
	Rua VI	Rua S. Francisco Xavier	29 de Abril de 1948
	Rua VII	Rua Tristão da Cunha	29 de Abril de 1948
	Rua VIII	Rua Dom Crisóstomo da Gama	29 de Abril de 1948
	Rua IX	Rua Dom Jerónimo Osório	29 de Abril de 1948
	Rua X	Rua Damião de Góis	29 de Abril de 1948
	Rua XII	Rua de Alcolena	29 de Abril de 1948
	Rua XIV	Rua Fernão Mendes Pinto	29 de Abril de 1948
	Praça V-A	Praça de Diu	29 de Abril de 1948
	Praça V-B (ou Praça I)	Praça de Damão	29 de Abril de 1948
Praça V-C (ou Praça II)	Praça de Goa	29 de Abril de 1948	
Praça V-E	Praça de Malaca	N.º 101/60, de 15 de Junho	
	Rua 1	Rua Padre António de Andrade	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 2	Rua Fernão Penteado	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 3	Rua Afonso de Paiva	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 4	Rua David Melgocero	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 5	Rua João de Lisboa	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 6	Rua Nuno Tristão	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 7	Rua João de Santarém	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 8	Rua Dom João da Silva	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 9	Rua Álvaro Fernandes	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 10	Rua Diogo Gomes	N.º 101/60, de 15 de Junho
	Rua 11	Rua Gaspar Corte-Real	N.º 101/60, de 15 de Junho

8. FREGUESIA DE BENFICA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Ediul da Câmara (data)
Benfica	Rua 1 (à Rua João Frederico Ludovice)	Rua Cidade de Cachem	N.º 178/89, de 29 de Dezembro
	Rua 15 (à Avenida Gomes Pereira)	Rua General Morás Sarmiento	N.º 140/60, de 16 de Setembro
	Ruas 75-78 (Célula 4)	Rua João Frederico Ludovice	N.º 215/64, de 26 de Novembro
	Impasse VI (à Calçada do Tojal)	Rua Rogério Amaral	N.º 20/99, de 11 de Março
	Ruas I e II (à Estrada dos Arceiros)	Rua João Ortigão Ramos	N.º 251/71, de 25 de Outubro
	Ruas III e IV (à Estrada dos Arceiros)	Rua Jorge Barradas	N.º 251/71, de 25 de Outubro
Boavista	Rua 1-A	Rua das Acácias	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
	Rua 2-A	Rua das Begónias	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
	Rua 3-A	Rua do Azevinho	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
	Rua 5-A	Rua das Magnólias	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
	Rua 8-A	Rua das Buganvílias	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
	Ruas 10-A e 11-A	Rua das Azáleas	N.º 91/2005, de 6 de Outubro
Calhariz de Benfica	Rua 1 à Rua 2	Rua Jaime Batalha Reis	N.º 7/2009, de 30 de Janeiro
	Rua 2	Rua José Augusto Seabra	N.º 7/2009, de 30 de Janeiro
	Impasse 1	Rua José da Purificação Chaves	N.º 165/71, de 22 de Junho
Charquinho	Impasse 1	Rua Elvira Velez	N.º 13/93, de 4 de Fevereiro
Estrada de Benfica	Rua 1	Rua Paulo Renato	N.º 146/83, de 11 de Novembro
	Praceta II	Praça Doutor Nuno Pinheiro Torres	N.º 92/69, de 9 de Abril
	Impasse 1 (à Rua Doutor João Cruz)	Rua Barroso Lopes	N.º 32/95, de 20 de Março
	Impasse 1 e 1-A (à Azeituga da Fonte)	Rua Julião Quintinha	N.º 80/75, de 14 de Agosto
Santa Cruz	Rua 1 (antiga)	Rua das Garridas	N.º 17/57, de 5 de Agosto
	Rua 1	Rua Alfredo Pimenta	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 2	Rua da Venezuela	N.º 215/64, de 26 de Novembro
	Rua 3	Rua Júlio Vaz Júnior	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 5	Rua Moreira de Almeida	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 6	Rua Maestro Raúl Ferrão	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 7 (antiga)	Rua da Casquilha	N.º 17/57, de 5 de Agosto
	Rua 7	Rua Albino Sousa Cruz	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 8	Rua Actor Estêvão Amarante	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 9	Rua Eduardo Schwalbach	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 10	Rua Actor Nascimento Fernandes	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 11	Rua Coronel Campos Gonzaga	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 12	Rua Actor Vasco Santana	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 13	Rua Irene Lisboa	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 14	Rua Actor Alves da Cunha	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 15	Rua Doutor Cunha Seixas	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 16	Rua Jaime Brasil	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 18	Rua Helena de Aragão	N.º 98/69, de 10 de Abril
	Rua 20	Rua Doutor José Albero de Faria	N.º 98/69, de 10 de Abril

9. FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Amoreiras	Ruas B-1 e B-2	Rua Tierno Galván	N.º 43/86, de 8 de Julho
Campo de Ourique	Rua 1	Rua Pereira e Sousa	23 de Maio de 1882
	Rua 1 (à Parada de Campo de Ourique)	Rua Ferreira Borges	30 de Agosto de 1880
	Rua 2	Rua Correia Teles	23 de Maio de 1882
	Rua 2 (à Parada de Campo de Ourique)	Rua do Quatro de Infantaria	30 de Agosto de 1880
	Rua 2 (à Rua Correia Teles)	Rua Tenente Ferreira Durão	11 de Janeiro de 1926
	Rua 3	Rua de Infantaria Dezasseis	7 de Agosto de 1911
	Rua 3 (à Rua Correia Teles)	Rua Azedo Gueco	22 de Junho de 1926
	Rua 3 (à Parada de Campo de Ourique)	Rua Tomás de Anunciação	30 de Agosto de 1880
	Rua 4	Rua Almeida e Sousa	23 de Maio de 1882
	Rua 4 (à Parada de Campo de Ourique)	Rua Francisco Metrass	30 de Agosto de 1880
	Rua 4 (à Rua Correia Teles)	Rua Carlos da Maia	12 de Março de 1932
	Rua 5	Rua Coelho da Rocha	23 de Maio de 1882
	Rua 5 (à Rua Correia Teles)	Rua Sampaio Bruno	12 de Março de 1932
	Rua Particular 1 (aos Prazeres)	Rua Gervásio Lobato	12 de Março de 1932
	Rua Particular 2 (aos Prazeres)	Rua André Brun	12 de Março de 1932

10. FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Alto da Serafina	Rua 1	Rua da Escola de Educação Popular	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 2	Rua José Anastácio da Cunha	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 3	Rua Miguel Ângelo de Bischo	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 4	Rua dos Arcos	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 5	Rua José da Silva Pais	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 6	Rua Rodrigo Franco	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 7	Rua de São Vicente de Paulo	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 8	Rua Francisco Ferreira Cangalhas	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 9	Rua Diogo de Mendonça Corte-Real	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 10	Rua Padre Domingos Maurício dos Santos	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 11	Rua Aníbal de Vasconcelos Esteves	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 12	Rua Manuel de Azevedo Fortes	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 13	Rua Honorato José Correia	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 14	Rua João da Mota e Silva	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 15	Rua António Guedes Ferreira	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 16	Rua Martin de Pina Proença	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 17	Rua Reinaldo Manuel dos Santos	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 18	Rua André de Melo e Castro	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 19	Rua do Ageduto das Águas Livres	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 20	Rua Dona Maria Ana de Áustria	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 21	Rua Alexandre de Gusmão	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
	Rua 22	Rua Fernando Teles da Silva	N.º 111/90, de 14 de Dezembro
Bairro Novo	Rua 1	Rua Conde das Antas	25 de Setembro de 1903
de Campolide	Rua 2	Rua General Taborda	25 de Setembro de 1903
	Rua 3	Rua Vitor Bastos	25 de Setembro de 1903
	Rua 4	Rua Dom Carlos de Mascarenhas (parte)	25 de Setembro de 1903

	Rua 5	Rua Soares dos Reis	25 de Setembro de 1903
	Rua 1 (à Rua do Alto do Carvalho)	Rua Dom Carlos de Mascarenhas (parte)	2 de Abril de 1936
	Ruas 2 e 3 (à Rua do Alto do Carvalho)	Rua Francisco Rodrigues Lobo	2 de Abril de 1936
Estação Ferroviária	Rua 1 (ao Bloco Habitacional da CP)	Rua Engenheiro Ferreira de Mesquita	N.º 23/73, de 15 de Fevereiro
Palhaçá	Via 1 (à Rua de Campolide)	Rua Canto da Maya	N.º 81/2004, de 18 de Novembro
Seraçedelo	Rua 2	Rua Francisco de Assis Rodrigues	N.º 33/78, de 27 de Fevereiro
	Rua 3	Rua André Monteiro da Cruz	N.º 33/78, de 27 de Fevereiro

11. FREGUESIA DE CARNIDE:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Edital da Câmara (data)
Horta Nova	Impasse A-1	Praça Rocha Martins	N.º 97/95, de 31 de Agosto
	Impasse B-1	Rua Alfredo Ferraz	N.º 46/95, de 12 de Abril
	Impasse B-1.1	Rua Sidónio Serpa	N.º 80/97, de 29 de Setembro
	Impasse B-2	Rua Herculano Pimentel	N.º 250/91, de 23 de Outubro
Padre Cruz	Rua I	Rua do Rio Tejo	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua II	Rua do Rio Cávado	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua III	Rua do Rio Ave	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua IV	Rua do Rio Vouga	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 1	Rua do Rio Almansor	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 2	Rua do Rio Alviela	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 3	Rua do Rio Ocreza	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 4	Rua do Rio Pónsul	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 5	Rua do Rio Sever	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 5-A	Rua do Rio Sorraia	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 6	Rua do Rio Tâmega	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 6-A	Rua do Rio Tua	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 7	Rua do Rio Corgo	N.º 150/61, de 8 de Agosto
	Rua 7-A	Rua do Rio Zêzere	N.º 150/61, de 8 de Agosto
Rua 8	Rua do Rio Távora	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Rua 8-A	Rua do Rio Minho	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Rua 9	Rua do Rio Douro	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Rua 10	Rua do Rio Mondego	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Rua 11	Rua do Rio Guadiana	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Ruas 12 e 13	Rua do Rio Sado	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Rua 14	Rua do Rio Lix	N.º 150/61, de 8 de Agosto	
Quinta dos	Impasse 1	Rua Adelaide Cabete	N.º 48/76, de 19 de Junho
Condes de Carnide	Impasse 2	Rua Púbia Horrênsia de Castro	N.º 17/78, de 31 de Janeiro
	Impasses 3 e 4	Rua Maria Veleda	N.º 48/76, de 19 de Junho
	Impasse 5	Rua Adelaide Félix	N.º 17/78, de 31 de Janeiro
	Impasse 6	Rua Manuela Porto	N.º 17/78, de 31 de Janeiro
Quinta dos	Via 1 (à Azinhaga da Torre do Fogo)	Rua Padre Américo	N.º 119/88, de 9 de Dezembro
Inglénhos	Impasses I e II e Rua C (à Estrada da Lige)	Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro	N.º 125/69, de 23 de Maio
Urbanização da Cerâmica de Carnide	Rua 1	Rua Álvaro Benamor	N.º 80/99, de 20 de Setembro
	Rua 2	Rua José Gamboa	N.º 82/99, de 20 de Setembro
Urbanização	Rua E-1	Rua Eduardo Viana	N.º 56/82, de 14 de Abril
de Carnide	Impasse E-1	Largo Francisco Smith	N.º 56/82, de 14 de Abril
	Impasse E-2	Largo Miguel José Mendes	N.º 56/82, de 14 de Abril

12. FREGUESIA DA ESTRELA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Edital da Câmara (data)
Brandão	Rua 1	Rua Almeida Brandão	1 de Agosto de 1902
Lapa	Rua 1	Rua Joaquim Casimiro	8 de Junho de 1925
	Rua 2	Rua Maestro António Taborda	8 de Junho de 1925
	Rua 3	Rua Santos Pinho	8 de Junho de 1925

13. FREGUESIA DO LUMIAR:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Edital da Câmara (data)
Alto da Faia	Impasse A-2	Rua Francisco da Conceição Silva	N.º 68/2005, de 1 de Agosto
	Impasse 6.N	Rua Brito Camacho	N.º 97/97, de 30 de Outubro
Alto do Lumiar	Avenida 1	Avenida Álvaro Cunhal	N.º 92/2005, de 6 de Outubro
	Avenida 2	Avenida Carlos Paredes	N.º 92/2005, de 6 de Outubro
	Avenida 4	Avenida Nuno Krus Abecasis	N.º 35/2001, de 7 de Maio
	Rua 3	Avenida David Mourão-Ferreira	N.º 56/2005, de 22 de Julho
	Rua 3.1	Rua Luís Picarra	N.º 77/2003, de 15 de Dezembro
	Rua 3.2	Rua Tomás del Negro	N.º 77/2003, de 15 de Dezembro
	Ruas 7.11, 7.12 e A	Rua Adriana de Vecchi	N.º 77/2003, de 15 de Dezembro
	Rua 7.2	Rua Ferrer Trindade	N.º 51/2004, de 14 de Julho
	Rua C-2	Rua Eduardo Covas	N.º 39/2001, de 18 de Maio
	Rua H-1	Avenida Eugénio de Andrade	N.º 92/2005, de 6 de Outubro
	Rua H-2	Rua General Vasco Gonçalves	N.º 92/2005, de 6 de Outubro
Via 1	Avenida Maria Helena Vieira da Silva	N.º 110/92, de 15 de Setembro	
Cruz Vermelha	Rua 1	Rua Maria Margarida	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 2	Rua Maria Emília	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 3	Rua Maria Helena	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 4	Rua Maria Teresa	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 5	Rua Maria Ribeiro	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 6	Rua das Doze Marias	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 7	Rua das Três Marias	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 8	Rua das Quatro Marias	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 9	Rua das Cinco Marias	N.º 200/66, de 27 de Outubro
	Rua 10	Rua Maria Carlota	N.º 200/66, de 27 de Outubro
Jardim (à Telheiras)	Avenida 6	Avenida Venúza Terra	31 de Março de 1932
Lumiar (Célula E)	Rua 1 (ou Arruamento Z-1)	Rua Ladislau Patrição	N.º 103/85, de 21 de Outubro
Paço do Lumiar	Impasse B-1 (à Rua Prof. Alfredo de Sousa)	Rua Professor Manuel Viegas Guerreiro	N.º 42/2001, de 28 de Maio
	Impasse C-1 (à Rua Prof. Fernando Mello Moser)	Rua Professor Manuel Viegas Guerreiro	N.º 64/2011, de 3 de Junho
	Impasse D-1 (à Rua Prof. Orlando Ribeiro)	Rua Duarte Vidal	N.º 18/99, de 11 de Março
Parque Europa	Impasse II (à Av. Maria Helena Vieira da Silva)	Rua Amarelhe	N.º 99/97, de 30 de Outubro
	Impasse III (à Av. Maria Helena Vieira da Silva)	Rua Mário Eloy	N.º 98/97, de 30 de Outubro
Parque das Conchas	Rua 1	Rua Arnaldo Ferreira	N.º 77/2003, de 15 de Dezembro
Parque dos Príncipes	Impasse 2 (à Rua Prof. Simões Raposo)	Rua Professor Mário de Albuquerque	N.º 104/99, de 7 de Dezembro
Quinta de Santo António	Impasse 4 (à Rua Prof. Simões Raposo)	Rua Rúben Cunha	N.º 57/2009, de 5 de Junho
	Impasse 6 (à Rua Fernando Namora)	Rua António Quadros	N.º 19/2005, de 16 de Fevereiro
	Impasse 7 (à Rua Prof. Simões Raposo)	Rua de São Bento Menni	N.º 50/2001, de 26 de Junho
Quinta da Musgucira	Ruas 7.1 e B	Rua Shegundo Galarza	N.º 77/2003, de 15 de Dezembro
Quinta das Mouras	Praceta 1	Praça Rainha Santa	N.º 240/66, de 10 de Novembro

Quinta das Pedreiras	Rua II	Rua Embaixador Martins Jancira	N.º 178/89, de 29 de Dezembro
	Rua III	Rua Fernando Vaz	N.º 178/89, de 29 de Dezembro
	Impasse 1 (à Rua José da Costa Pedreira)	Rua Professor Salazar de Sousa	N.º 60/92, de 18 de Maio
	Rua 4 (à Rua Agostinho Neto)	Rua Ventura Abrantes	N.º 5/98, de 20 de Janeiro
	Arruamento Z-4	Rua José da Costa Pedreira	N.º 51/83, de 22 de Abril

14. FREGUESIA DE MARVILA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editál da Câmara (data)
Chelas (Malha I Bairro das Amendoeiras e Olival)	Rua I-1 e I-5	Rua Engenheiro Ferreira Dias	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-2 e I-6	Rua Manuel Teixeira Gomes	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-3	Rua Conselheiro Emídio Navarro	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-4	Rua Doutor José Espírito Santo	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-7	Rua Engenheiro Rodrigues de Carvalho	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-8	Rua Oliveira Cardonega	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-9	Rua Aquilino Ribeiro	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-10	Rua Tomás Aleaide	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-11	Rua Paulo Dias de Novais	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-12	Rua Actriz Palmira Bastos	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-13	Rua André Vidal de Negreiros	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-15	Rua Duarte Lopes	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-16	Rua Rui de Sousa	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-18	Rua Capitão-Mor Lopes de Sequeira	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Rua I-20	Rua Professor Lopo de Carvalho	N.º 203/70, de 4 de Novembro
	Impasse 4 (à Rua Dr. José Espírito Santo)	Rua Félix Bermudes	N.º 96/93, de 31 de Agosto
Chelas (Malha J Bairro do Condado)	Ruas J-1	Avenida Paulo VI	N.º 164/82, de 16 de Novembro
	Rua J-2 e Impasses 11/J-2 e 12/J-2	Rua de Ovar	N.º 107/82, de 12 de Agosto
	Ruas J-4, J-7, J-9, J-11	Avenida João Paulo II	N.º 164/82, de 16 de Novembro
	Rua J-5	Rua Alfredo Duarte (Marceneiro)	N.º 107/82, de 12 de Agosto
	Ruas J-6, J-8 e Pracetó B	Praça Doutor Fernando Amado	N.º 107/82, de 12 de Agosto
	Rua J-10 e Impasses 11/J-10, 13/J-10 e 14/J-10	Rua Engenheiro Cunha Leal	N.º 107/82, de 12 de Agosto
	Rua J-13	Rua Carlos Gentil	N.º 107/82, de 12 de Agosto
	Prolong. da Rua J-13 à Azinhaga da Sálveda	Rua João César Monceiro	N.º 69/2005, de 1 de Agosto
	Impasses 11/J-6 e 12/J-6	Rua Botelho de Vasconcelos	N.º 107/82, de 12 de Agosto
		Rua Botelho de Vasconcelos	N.º 107/82, de 12 de Agosto
Chelas (Malha L Bairro dos Alfinetes e das Sálvedas)	Rua L-1	Rua Dinah Silveira de Queiroz	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro
	Rua L-2	Rua Artur Duarte	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro
	Rua L-3	Rua Chianca de Garcia	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro
	Rua L-4	Rua Pedro Homem de Melo	N.º 66/84, de 22 de Outubro
	Ruas Q5-A/Q5-B	Largo Artur Bual	N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
	Impasses L-6, L-7 e L-8	Rua Carlos Gil	N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
Chelas (Malha M Bairro do Armador)	Rua M-1	Rua Jorge Amado	N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
	Rua M-2	Rua Bento Gonçalves	N.º 116/96, de 24 de Setembro
	Rua M-3	Avenida Vergílio Ferreira	N.º 116/96, de 24 de Setembro
	Rua M-4	Rua Gilberto Freyre	N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
	Rua M-5	Avenida François Mitterrand	N.º 116/96, de 24 de Setembro
	Rua M-6 (troço)	Avenida Francisco Saldado Zenha	N.º 5/95, de 16 de Janeiro
	Rua M-6 (troço)	Avenida Carlos Pinhão	N.º 46/95, de 12 de Abril
		Rua M-6 (troço)	Avenida Carlos Pinhão
Chelas	Rua I	Avenida Doutor Arlindo Vicente	N.º 53/92, de 7 de Maio

(Malha N1: Bairro da Flamengo)	Rua 2 Impasse A-4	Avenida Avelino Teixeira da Mota Rua Ricardo Ornelas	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro N.º 109/96, de 24 de Setembro
Chelas	Ruas 1, 6 e 7	Rua Keil do Amaral	N.º 127/78, de 10 de Agosto
(Malha N2: Bairro)	Ruas 2 e 3	Rua Adelino Nunes	N.º 127/78, de 10 de Agosto

15. FREGUESIA DOS OLIVAIS:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editál da Câmara (data)
Chelas	Rua I-1 e I-5	Rua Engenheiro Ferreira Dias	N.º 203/70, de 4 de Novembro
(Malha I: Bairro das Amendoeiras e Olival)	Rua I-2 e I-6 Rua I-3 Rua I-4 Rua I-7 Rua I-8 Rua I-9 Rua I-10 Rua I-11 Rua I-12 Rua I-13 Rua I-15 Rua I-15 Rua I-16 Rua I-18 Rua I-20 Impasse 4 (à Rua Dr. José Espírito Santo)	Rua Manuel Teixeira Gomes Rua Conselheiro Emídio Navarro Rua Doutor José Espírito Santo Rua Engenheiro Rodrigues de Carvalho Rua Oliveira Cardonega Rua Aquilino Ribeiro Rua Tomás Alcaide Rua Paulo Dias de Novais Rua Actriz Palmira Bastos Rua André Vidal de Negreiros Rua Duarte Lopes Rua Rui de Sousa Rua Capitão-Mor Lopes de Sequeira Rua Professor Lopo de Carvalho Rua Félix Bermudes	N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 203/70, de 4 de Novembro N.º 96/93, de 31 de Agosto
Chelas	Rua J-1	Avenida Paulo VI	N.º 164/82, de 16 de Novembro
(Malha J: Bairro do Condado)	Rua J-2 e Impasses 11/J-2 e 12/J-2 Ruas J-4, J-7, J-9, J-11 Rua J-5 Ruas J-6, J-8 e Praça B Rua J-10 e Impasses 11/J-10, 13/J-10 e 14/J-10 Rua J-13 Prolong. da Rua J-13 à Azinhaga da Salgada Impasses 11/J-6 e 12/J-6	Rua de Ovar Avenida João Paulo II Rua Alfredo Duarte (Marceneiro) Praça Doutor Fernando Amado Rua Engenheiro Cunha Leal Rua Carlos Gentil Rua João César Monteiro Rua Botelho de Vasconcelos	N.º 107/82, de 12 de Agosto N.º 164/82, de 16 de Novembro N.º 107/82, de 12 de Agosto N.º 107/82, de 12 de Agosto N.º 107/82, de 12 de Agosto N.º 107/82, de 12 de Agosto N.º 69/2005, de 1 de Agosto N.º 107/82, de 12 de Agosto
Chelas	Rua L-1	Rua Dinah Silveira de Queiroz	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro
(Malha L: Bairro dos Alfinetes e das Salgadas)	Rua L-2 Rua L-3 Rua L-4 Ruas Q5-A/Q5-B Impasses L-6, L-7 e L-8	Rua Artur Duarte Rua Chianca de Garcia Rua Pedro Homem de Melo Largo Artur Bual Rua Carlos Gil	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro N.º 13/84, de 28 de Fevereiro N.º 66/84, de 22 de Outubro N.º 93/2001, de 26 de Dezembro N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
Chelas	Rua M-1	Rua Jorge Amado	N.º 93/2001, de 26 de Dezembro
(Malha M: Bairro do Armador)	Rua M-2 Rua M-3 Rua M-4 Rua M-5 Rua M-6 (troço) Rua M-6 (troço)	Rua Bento Gonçalves Avenida Vergílio Ferreira Rua Gilberto Freyre Avenida François Mitterrand Avenida Francisco Salgado Zenha Avenida Carlos Pinhão	N.º 116/96, de 24 de Setembro N.º 116/96, de 24 de Setembro N.º 93/2001, de 26 de Dezembro N.º 116/96, de 24 de Setembro N.º 5/95, de 16 de Janeiro N.º 46/95, de 12 de Abril
Chelas	Rua 1	Avenida Doutor Arlindo Vicente	N.º 53/92, de 7 de Maio
(Malha N1: Bairro)	Rua 2	Avenida Avelino Teixeira da Mota	N.º 13/84, de 28 de Fevereiro

da Flamengo)	Impasse A-4	Rua Ricardo Ornelas	N.º 109/96, de 24 de Setembro
Chelas	Ruas 1, 6 e 7	Rua Keil do Amaral	N.º 127/78, de 10 de Agosto
(Malha N2: Bairro)	Ruas 2 e 3	Rua Adelino Nunes	N.º 127/78, de 10 de Agosto

16. FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Actores	Rua 4	Rua Actor Vale	12 de Março de 1932
Alto do Pina	Rua 1	Rua Sabino de Sousa	30 de Novembro de 1892
	Rua 3	Rua Melo Gouveia	30 de Novembro de 1892
	Rua 4	Rua Quatro de Agosto	30 de Novembro de 1892
Lamosa	Rua 1	Rua António Maria Baptista	22 de Agosto de 1928
	Rua 2	Rua Augusto José Vieira	22 de Agosto de 1928
	Rua 3	Rua Triângulo Vermelho	22 de Agosto de 1928
	Rua 4	Rua Borges Graíña e Rua das Enfermeiras da Grande Guerra	22 de Agosto de 1928
	Rua 5	Rua Feio Terenas	22 de Agosto de 1928
Olival do	Rua 1	Rua Conde de Montaraz	18 de Julho de 1933
Monte Alperche	Rua 2	Rua Cesário Verde	18 de Julho de 1933
	Rua 3	Rua Carlos Ribeiro	18 de Julho de 1933
	Rua 4	Rua Estácio da Veiga	18 de Julho de 1933
	Rua 5	Rua Martins Sarmento	18 de Julho de 1933
	Rua 6	Rua Nery Delgado	18 de Julho de 1933
	Rua 7	Rua Visconde de Juromenha	18 de Julho de 1933
	Rua 8	Rua do Padre Sena de Freitas	18 de Julho de 1933
	Penha de França	Praceta 1	Praça António Sardinha
Praceta 2		Praça Aniceto do Rosário	N.º 5/55, de 16 de Fevereiro
Vale Escuro	Rua 1	Rua Amur de Paiva	23 de Março de 1954
(ou São João)	Rua 2	Rua Teixeira Pinto (parte)	23 de Março de 1954
	Rua (ou Praceta) 2-A	Rua Teixeira Pinto (parte)	N.º 89/60, de 12 de Maio
	Rua 3	Rua Francisco Pedro Curado	23 de Março de 1954
	Rua 4	Rua Eduardo Costa	23 de Março de 1954
	Praceta 1	Praceta João de Azevedo Coutinho	23 de Março de 1954
	Praceta 2	Praça Aires de Ornelas	23 de Março de 1954

17. FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Moscovide	Impasse 2 (à Estrada de Moscovide)	Rua Doutor Rui Gomes de Oliveira	N.º 95/71, de 26 de Março
	Impasse 3 (à Estrada de Moscovide)	Rua José Campas	N.º 95/71, de 26 de Março
	Impasse 5 (à Estrada de Moscovide)	Rua Doutora Sara Benoliel	N.º 95/71, de 26 de Março

18. FREGUESIA DE SANTA CLARA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Alto do Lumiar	Avenida 7	Avenida Sérgio Vieira de Mello	N.º 75/2003, de 15 de Dezembro
	Rua 1	Rua Martin Luther King	N.º 61/2008, de 3 de Julho
	Rua 3	Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	N.º 61/2008, de 3 de Julho
	Rua 4	Avenida Doutor José Salvado Sampato	N.º 81/2009, de 16 de Setembro
	Rua 5	Rua Melo Antunes	N.º 36/2001, de 7 de Maio
	Rua 5-A	Rua Octávio Pato	N.º 28/2001, de 7 de Maio
	Rua 5-B	Rua Blasco Hugo Fernandes	N.º 46/2004, de 14 de Julho
	Rua 6	Rua Lino de Carvalho	N.º 28/2009, de 20 de Março

	Rua 6-A	Rua Carlos Aboim Inglez	N.º 75/2003, de 15 de Dezembro
	Rua 8	Rua Rogério de Moura	N.º 41/2013, de 2 de Agosto
	Rua 9	Rua Hermínio da Palma Inácio	N.º 58/2016, de 7 de Abril
	Rua F-2	Rua das Calvanas	N.º 87/2012, de 13 de Dezembro
	Rua I-1B	Rua Hein Semke	N.º 3/2011, de 3 de Janeiro
	Rua I-1A	Rua Raul Rego	N.º 78/2003, de 15 de Dezembro
Estrada do Desvio	Rua 2.º T. D.	Rua Engenheiro Quartín Graça	N.º 93/69, de 9 Abril
	Rua 3.º T. E.	Rua Comandante Fontoura da Costa	N.º 209/67, de 13 de Novembro
	Rua 4.º T. E.	Rua Actor Epifânio	N.º 93/71, de 26 de Março
Galinheiras	Rua 1	Rua Malúda (Maria de Lurdes Ribeiro)	N.º 45/2007, de 27 de Abril
	Rua 2	Rua Barata Feyo	N.º 45/2007, de 27 de Abril
	Rua 3	Rua Berta Cardoso	N.º 45/2007, de 27 de Abril
	Rua 4	Rua Jaime Santos	N.º 60/2008, de 3 de Julho
	Rua 5	Rua Wenceslau Pinto	N.º 60/2008, de 3 de Julho
	Rua 6	Rua Carlos Rocha	N.º 60/2008, de 3 de Julho
Quinta de Sta. Clara	Impasses 1 e 2	Mamede António Sérgio	N.º 43/80, de 23 de Abril
Quinta do Grafanil	Rua 2 (troço)	Rua Primeiro de Maio ao Grafanil	N.º 9/2009, de 30 de Janeiro
	Rua 3 (troço)	Rua Jaime Rebelas	N.º 12/2009, de 30 de Janeiro
Sete Céus	Impasse 1	Rua Roy Cinatti	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
	Impasse 2	Rua João Lourenço Rebelo	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
	Impasse 3	Rua Vasco de Lima Couto	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
	Impasse 4	Rua Joaquim Cordeiro	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
	Impasse 5	Rua Maria Júdice da Costa	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
	Impasse 6	Rua António Aleixo	N.º 14/87, de 30 de Janeiro
Vale da Ameisoeira	Rua 1-A	Rua Arnaldo Assis Pacheco	N.º 45/2004, de 14 de Julho
	Rua 1-B	Rua José Viana	N.º 45/2004, de 14 de Julho
	Rua 2-A	Rua Varela Silva	N.º 45/2004, de 14 de Julho
	Rua 3	Rua Fernanda Alves	N.º 21/2004, de 19 de Abril
	Rua 4-A	Rua António Vilar	N.º 45/2004, de 14 de Julho
	Rua 4-B	Rua Raul de Carvalho	N.º 45/2004, de 14 de Julho
	Rua 6-A	Rua Fernando Gusmão	N.º 20/2004, de 19 de Abril
	Rua 6-B	Avenida Glicina Quartín	N.º 79/2009, de 16 de Setembro

19. FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Barata Salgueiro	Rua 2	Rua Rosa Araújo	19 de Abril de 1887
	Rua 4	Rua Duque de Palmela	19 de Abril de 1887
Camões	Rua 3	Rua Bernardim Ribeiro	5 de Dezembro de 1901
	Rua 4	Rua da Sociedade Farmacéutica	31 de Janeiro de 1901

20. FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Alto dos Moinhos	Rua 2	Rua Maestro Frederico de Freitas	N.º 146/83, de 11 de Novembro
	Praceta 1 (à Rua Prof. Reinaldo dos Santos)	Largo Pedro Correia Marques	N.º 143/72, de 18 de Setembro
	Praceta 2 (à Rua Prof. Reinaldo dos Santos)	Largo Samwell Dinis	N.º 143/72, de 18 de Setembro
	Praceta 3 (à Rua Prof. Reinaldo dos Santos)	Largo Maurício de Oliveira	N.º 143/72, de 18 de Setembro
Bairro Novo	Rua Particular 1	Rua António Nobre	12 de Março de 1932
de Benfca	Rua Particular 2	Rua Abel Botelho	12 de Março de 1932
Dona Leonor	Impasse 1	Rua Anjos Teixeira	N.º 65/79, de 14 de Maio
	Impasse 2	Rua Afonso Álvares	N.º 65/79, de 14 de Maio
	Impasse 3	Rua Simões de Almeida	N.º 65/79, de 14 de Maio
	Impasse 4	Rua Mírio Beirão	N.º 65/79, de 14 de Maio
	Impasse 5	Rua Mateus Vicente	N.º 65/79, de 14 de Maio
Estrada da Luz	Rua 2	Rua Xavier de Araújo	N.º 178/89, de 29 de Dezembro
Estrada de Benfca	Praceta 1	Largo do Conde de Bonfim	N.º 14/57, de 9 de Julho
	1.º Impasse (à Rua Pe. Francisco Álvares)	Rua Leirão de Barros	N.º 198/70, de 4 de Novembro
	2.º Impasse (à Rua Pe. Francisco Álvares)	Rua Raquel Roque Gameiro	N.º 198/70, de 4 de Novembro
Fonseccas/Calçada	Rua 1	Rua São Tomás de Aquino	N.º 114/96, de 24 de Setembro
Furnas	Impasse L1	Rua José Carlos de Sá Silveira	N.º 75/98, de 19 de Outubro
	Impasse L3	Rua Francisco Santos	N.º 4/95, de 16 de Janeiro
	Impasse L4	Rua Fernando Sylvan	N.º 26/95, de 17 de Fevereiro
	Impasse L6	Largo Maria de Lourdes Pais Gomes	N.º 75/98, de 19 de Outubro
Laranjeiras	Rua 2 (à Estrada da Luz)	Rua Joly Braga Santos	N.º 119/88, de 9 de Dezembro
	Rua 2 (à Avenida dos Combatentes)	Rua Azevedo Neves	N.º 81/86, de 3 de Novembro
Palma de Cima	Ruas 1, 3 e 4	Rua Manuel da Fonseca	N.º 37/2009, de 21 de Abril
	Rua 2	Rua Afonso Botelho	N.º 37/2009, de 21 de Abril
Quinta dos Barros	Impasse 2	Rua Melvin Jones	N.º 78/2004, de 18 de Novembro
Quinta dos Ulmeiros	Rua 1.2	Rua Abranches Ferrão	N.º 21/89, de 25 de Janeiro
São João	Rua 5	Rua Lúcio de Azevedo	N.º 65/79, de 14 de Maio
	Rua 9	Rua Virgílio Correia	N.º 65/79, de 14 de Maio

21. FREGUESIA DE SÃO VICENTE:

Bairro	Denominação antiga	Denominação presente	Editais da Câmara (data)
Bairro América	Rua 1	Rua Franklin	17 de Outubro de 1924
(Quinta das	Rua 2	Rua Washington	17 de Outubro de 1924
Marcelinas)	Rua 3	Rua Rui Barbosa	17 de Outubro de 1924
	Rua 5	Rua dos Cortes-Reais	17 de Outubro de 1924
	Rua 6	Rua Fernão de Magalhães	17 de Outubro de 1924



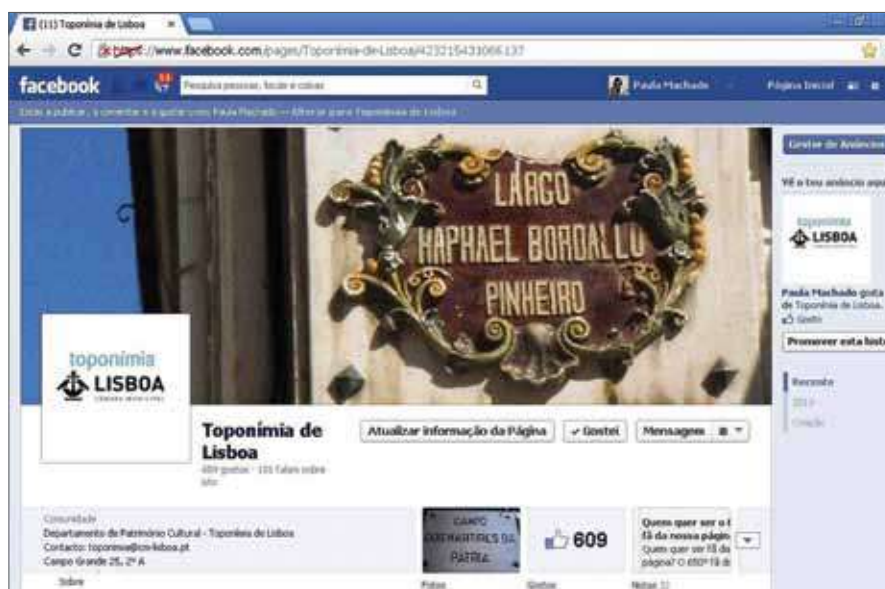
TOPONÍMIA DE LISBOA NAS REDES SOCIAIS

Balanço de 10 meses

Paula Machado



Desde há 10 meses que a Toponímia de Lisboa está presente na maior das redes sociais, o Facebook, disponível no endereço <https://www.facebook.com/toponimiadeLisboa/>, ao alcance de qualquer pessoa que disponha de acesso à net, quer seja através do seu computador, do seu tablet ou do seu telemóvel.



Esta é uma forma de divulgar a Toponímia de Lisboa como resultado das camadas de toponímia das diversas épocas históricas que acompanham o crescimento do tecido urbano da cidade, de divulgar a toponímia da cidade enquanto memória do tempo histórico lisboeta, enquanto património cultural da cidade, em especial para os munícipes de Lisboa já que é uma produção do Departamento de Património Cultural da edilidade lisboeta mas, também dirigida a todos os interessados em olisipografia, tanto mais que cada texto publicado na página fica também automaticamente acessível para pesquisa através do motor Google.



Tecnicamente, esta página é formalmente sustentada a partir de um blogue instalado na wordpress, no endereço <http://toponimialisboa.wordpress.com/>, por forma a garantir a inserção dos artigos na página do Facebook em datas calendarizadas antecipadamente, bem como para caso se queira permitir a transmissão da mesma informação para outras redes sociais, como por exemplo, o Twitter ou o Google+.



A nossa comunicação abrange o período de Novembro de 2012 a Agosto de 2013, já que a página Toponímia de Lisboa no Facebook foi simbolicamente iniciada no dia 2 de Novembro de 2012, Dia de Finados, justamente por uma das singularidades toponímicas de Lisboa ser a de só se atribuir nome de rua a personalidades já falecidas. E o segundo artigo, publicado nesse mesmo dia, versou a passagem do Largo do Pelourinho a Praça do Município em 1886, em qualquer dos casos, topónimos que simbolizam a autoridade municipal.

Esta plataforma permite igualmente a disponibilização de mais informação de toponímia e património cultural lisboeta na sua coluna lateral, como é o caso da própria ficha de inscrição para estas Jornadas, das últimas brochuras publicadas de toponímia aquando da inauguração de novos arruamentos e, dos vários n.ºs da revista digital Rossio, do Departamento de Património Cultural.



2 de Novembro de 2013

Singularidades de uma Toponímia de Lisboa

Abrimos neste Dia de Finados um espaço sobre a Toponímia de Lisboa porque essa é justamente uma das singularidades que a caracterizam.

A Câmara Municipal de Lisboa foi a primeira autarquia do país a ter uma Comissão Municipal de Toponímia, um órgão consultivo para esta matéria, nascido em 1943 e que nos seus pareceres incluiu que apenas dariam nomes a ruas lisboetas figuras já falecidas.

Esta Comissão criada por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 26 de Outubro de 1943, realizou a sua primeira reunião em 27 de Novembro de 1943 e era composta por quatro elementos: o Vereador **Dr. João Couto** que presidia e, os vogais **Eng.º Augusto Vieira da Silva** como representante da Academia das Ciências de Lisboa, **Luís Pastor de Macedo** como representante do **Grupo dos Amigos de Lisboa** e **Dr. Jaime Lopes Dias** que era o Diretor dos Serviços Centrais da CNL.

E logo na segunda reunião da Comissão, em 14 de Dezembro de 1943, foi estabelecida como uma das bases de trabalho «... quanto ao futuro, parecer não merecer a pena estabelecer quaisquer regras a não ser a que determine que so um ano depois do falecimento da pessoa cuja memória se deseja homenagear, é que se poderá tomar qualquer deliberação nêsse sentido.» E desde essa data que na Toponímia de Lisboa apenas se homenageiam pessoas já falecidas, com uma única exceção que consagrou numa Avenida o então **papa João Paulo II**, por ocasião da sua visita a Lisboa em Maio de 1983.

Share this: [Twitter](#) [Facebook](#) [Google+1](#) [Tumblr](#) [Pinterest](#)

2 de Novembro de 2013

Do Pelourinho ao Município



Freguesia dos Mátios - futura Freguesia de Santa Maria Maior

Aquela que hoje se designa Praça do Município já foi o Largo do Pelourinho mas em qualquer dos casos o seu nome é um símbolo do poder municipal.

A estrutura da página Toponímia de Lisboa assenta em 5 grandes áreas:

1. as singularidades da Toponímia de Lisboa;
2. as efemérides municipais e nacionais através da toponímia;
3. a evocação dos Dias Internacionais com os topónimos lisboetas;
4. os topónimos de arruamentos que homenageiam personalidades que em 2012 e em 2013 perfizeram um «número redondo» no seu aniversário de nascimento, isto é, que tenham nascido num ano terminado em 2 ou 3;
5. topónimos dos mais diversos bairros e freguesias da cidade não abrangidos em nenhuma das anteriores categorias e que permitem mostrar a amplitude e a diversidade da toponímia lisboeta que tanto espelha as memórias próprias da cidade como as referências nacionais que lhe acrescem por ser a capital do país.



A base de funcionamento é a publicação em cada dia útil da semana de um artigo sobre um topónimo lisboeta, com 4 a 5 parágrafos, sendo que o primeiro parágrafo resume os pontos essenciais como se fosse uma notícia, facilitando assim a leitura numa rede social em que a atenção do leitor tem um tempo muito curto. Procura-se divulgar o essencial da história da Toponímia de Lisboa, sem perder de vista o rigor científico.

Categoria a categoria, divulgámos nestes 10 meses, nas singularidades da Toponímia de Lisboa, casos como o da Avenida Almirante Reis que é a única no país que não trata este herói do 5 de Outubro de 1910 como Cândido dos Reis; o do Autoparque Sabugosa, como exemplo deste novo tipo de arruamento destinado aos espaços públicos que servem preferencialmente o parqueamento automóvel e que só existe em Lisboa e, finalmente, os topónimos não antecédidos da categoria da artéria ou, no dizer de Appio Sottomayor «as Ruas que não o São», como a Triste Feia ou a Costa do Castelo. Também difundimos a especificidade dos 5 tipos de placas toponímicas de Lisboa, definidas pela Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia em vigor.

Neste conjunto, o artigo mais lido foi o da Costa do Castelo (394 visualizações).

2 de Maio de 2018

A singular Avenida Almirante Reis



Lisboa apresenta a singularidade toponímica de ser a única localidade no país que conseguiu o apelido Almirante Carlos Cândido dos Reis como Almirante Reis.

Durante todo o primeiro ano da República, os nomes dos heróis republicanos Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, a data de 5 de Outubro e a própria República foram fixados nos principais largos e ruas de cada vila e cidade do país. Num tempo em que a rádio e a televisão eram ainda raros e os jornais serviam apenas a minoria da população que sabia ler, as placas toponímicas eram o maior veículo de difusão da República.

A edilidade lisboeta fixou Cândido dos Reis na avenida que havia sido de Dona Amélia e que

18 de Abril de 2013

Costa do Castelo no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios



A Avenida 24 de Julho de 1833



nas Freguesias de São Paulo, Santos-o-Velho e Prazeres – nas futuras Freguesias de Misericórdia e da Estrela

A Avenida 24 de Julho recorda as lutas travadas entre liberais e absolutistas e, concretamente, a data de 24 de Julho de 1833 em que o Duque de Terceira e as suas tropas, depois de atravessarem o Tejo entram em Lisboa e, proclamam a vitória dos liberais sobre

Nas efemérides através da toponímia, evocámos os 500 anos do Bairro Alto com o Largo Barão Quintela e a Rua das Gáveas, o 120º aniversário de Almada Negreiros com a sua Rua, os 120 anos do Largo de Dona Estefânia e os 130 anos da Rua D. Pedro V, o Largo de Santo António da Sé e o Largo de Santo Antoninho no mês de Junho e, o 25 de Abril através da Praça 25 de Abril e, da Avenida das Forças Armadas atribuída pelo 1º Edital de toponímia de Lisboa após o 25 de Abril e que apenas alterou o nome de 5 artérias. Foram também evocadas as datas de 24 de Julho de 1833 com a sua Avenida, o Primeiro de Maio e o Primeiro de Dezembro com as suas Ruas e, o 31 de Janeiro através da Travessa Miguel Verdial, um dos participantes no movimento, bem como o 180º aniversário do 1º Código Comercial português, de 1833, através da rua que perpetua o seu autor, Ferreira Borges.

O artigo mais lido foi o da Avenida 24 de Julho (1521 visualizações) que foi também o 3º item mais lido de toda a página.



Recordámos também diversos Dias Internacionais através dos topónimos lisboetas. Foi o Dia Mundial do Fado com a Rua do Capelão, o Dia Internacional dos Museus com a Rua do Museu de Artilharia, o Dia do Autor Português com a Rua e a Avenida Fernando Pessoa, o Dia Mundial do Livro com a Rua dos Lusíadas. No Dia de Portugal, publicámos o artigo sobre a Praça e a Rua de Luís de Camões e, no Dia Nacional da Cultura Científica, instituído no dia de nascimento de Rómulo de Carvalho, inevitavelmente contámos a história da Rua António Gedeão.

Entre muitos outros referimos ainda os artigos sobre o Largo José Luís Champalimaud, o médico que descobriu o segundo retrovírus humano da Sida (HIV2), no Dia Mundial de Luta Contra a Sida); a Rua das Enfermeiras da Grande Guerra no Dia Mundial do Enfermeiro, o Jardim Augusto Monjardino no Dia Mundial da Saúde; a Rua da Mãe d'Água no Dia Mundial da Água; o Largo Jean Monnet no Dia da Europa; o Largo Agostinho da Silva no Dia Mundial da Filosofia; a Rua António Botto no Dia Mundial da Poesia; a Rua Jorge Alves no Dia Mundial da Rádio; a Rua Ivone Silva no Dia Mundial do Teatro; a Rua Carolina Ângelo no Dia Internacional da Mulher; a Rua dos Margiochis no Dia Internacional da Família e, o Dia Internacional dos Bombeiros com a Avenida dos Bombeiros. Também no dia de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos inserimos a Rua Aristides Sousa Mendes e ainda, no âmbito do Ano do Brasil em Portugal e de Portugal no Brasil, publicámos artigos sobre a Avenida do Brasil, a Avenida Rio de Janeiro e a Avenida Brasília. Os artigos mais lidos foram o da Rua dos Lusíadas (396 visualizações) e o intitulado «Camões duplicado em Lisboa» (357 visualizações).



Nos aniversários de nascimento permitimo-nos destacar em 2012

- os centenários de Jorge Amado (Rua), Alfredo Trindade (Rua) e António Vilar (Rua);
- o 90º aniversário do Engº Santos e Castro que foi Presidente da CML (Avenida), do Engº Ferry Borges (Rua) que se destacou na área da engenharia sísmica, do musicólogo João de Freitas Branco (Rua), do médico e dramaturgo Prista Monteiro (Rua) e do escultor Jorge Vieira (Rua);
- o 80º da Tobis Portuguesa (Rua);
- o 60º do actor Carlos Daniel (Rua);
- e, ainda os 110 anos do pugilista José Santa Camarão e do Padre Abel Varzim, os 120 anos da escritora Irene Lisboa, os 130 da jornalista Virgínia Quaresma, os 140 do Dr. José de Figueiredo do Museu de Arte Antiga (Largo) e de Ana de Castro Osório, bem como os 160 de Francisco Grandela e de D. João da Câmara;

e, em 2013,

- os centenários de figuras como o Engº Edgar Cardoso (Alameda), o Engº Manuel Rocha (Rua), Frederico Valério (Rua), João Villaret (Rua), Nóbrega e Sousa (Rua) e Raul Rego (Rua);
- o nonagésimo aniversário de nascimento de Eugénio de Andrade (Avenida), de Francisco Salgado Zenha (Avenida), de José Dias Coelho (Rua), de Mário Cesariny (Rua) e da Profª Maria de Lourdes Belchior (Rua);
- o 50º do Clube Atlético e Recreativo do Caramão (Rua).

Os artigos mais lidos foram o da Rua José Dias Coelho (2093 visualizações) e o da Rua Nóbrega e Sousa (952 visualizações).

Arrolámos ainda

- o 280º aniversário de Pina Manique, com o Largo do Intendente e a Rotunda de Pina Manique
- o 260º de Luísa Todi (Rua)
- o 210º do Colégio Militar (Rua)
- o 200º do Actor Epifânio (Rua)
- o 180º aniversário de Brito Aranha e do actor José Carlos Santos (ambos em Ruas)
- o 170º aniversário do olisipógrafo Gomes de Brito, de Sousa Martins e de Teófilo Braga (em Ruas)
- o 160º aniversário do oftalmologista Gama Pinto e do General Correia Barreto (em Avenidas)
- o 150º de Alfredo da Cunha (do Diário de Notícias), do pintor Carlos Reis, do Marechal Gomes da Costa e de Quirino da Fonseca (do Museu da Marinha)
- o 140º aniversário de Augusto Gil (Rua), de Chaby Pinheiro (Rua), de Joshua Benoliel (Rua) e de Santos Dumont (Avenida)
- o 130º do Prof. António Flores e do arquitecto Miguel Nogueira Júnior (em Ruas) e, de Augusto de Castro (do Diário de Notícias), numa Avenida
- o 120º de João Linhares Barbosa e de Armando Ferreira (em Ruas), bem como do Padre Augusto Gomes Pinheiro, num Largo próximo do Colégio Manuel Bernardes que fundou
- o 110º do benemérito Mantero Belard e do Prof. Almeida Lima, em Ruas
- o 70º de Adelino Amaro da Costa, de António Livramento, de Joaquim Agostinho e o 65º aniversário de Al Berto, todos em Ruas.



Finalmente, nos topónimos dos mais diversos bairros da cidade salientamos os artigos sobre a Azinhaga da Salgada ou a Azinhaga do Ferrão (em Marvila), o Boqueirão da Praia da Galé, o Caminho da Feiteira em Benfca, a Rua da Regueira ou o Largo do Chafariz de Dentro em Alfama, a Rua Augusta e a Praça do Comércio na Baixa Lisboeta, a Rua Garrett e o Largo do Chiado, a Rua da Bica Duarte Belo na Bica, a Rua Washington no Bairro América, a Rua Bernardim Ribeiro no Bairro Camões, as Avenidas Madrid e Paris, a Praça Martim Moniz da Mouraria, a Praça das Casas Novas do Bairro da Encarnação, os 4 arruamentos dedicados a Domingos Tendeiro na Ajuda e, a Parada do Alto de S. João. Os artigos mais lidos foram o da Rua da Bica de Duarte Belo (369) e o da Rua Washington (364).



Mas para além destes artigos, a página da Toponímia de Lisboa no Facebook, inclui ainda:

- Postais
- Álbuns de fotografias
- Vídeos de músicas
- Publicação dos Editais de novos arruamentos
- Notícias dos eventos da Toponímia e de outros da área de competências do Departamento de Património Cultural e um Passatempo Mensal.



Os Postais sintetizam num único parágrafo e numa única fotografia (do arruamento, da placa toponímica ou até do homenageado) a singularidade ou a razão predominante para a fixação do topónimo. Foram disto exemplo o postal da Praça do Comércio que homenageia os comerciantes que contribuíram financeiramente para a recuperação da Baixa Lisboeta ou, a Rua da Rosa referente às partilhas feitas entre dois irmãos do território do Bairro Alto, sendo essa artéria que marca a linha divisória entre as propriedades de cada irmão.

Os postais mais vistos foram o da Rua Carolina Ângelo, a 1ª mulher a votar em Portugal (552 visualizações), o da Rua da Estrela que foi antes a Travessa dos Ladrões (549), o da Rua do Norte no Bairro Alto (510), o da Rua Sttau Monteiro (491) e, o da Praça do Comércio (415).

Os Álbuns de fotografias procuram transmitir a noção da arrumação da Toponímia da cidade por área temáticas, através de fotografias das artérias, das suas placas toponímicas e das próprias personalidades. Mostrámos os seguintes álbuns temáticos: a Água, os Arquitectos, os Artesãos, os Artistas Plásticos, os Autarcas, as Azinhagas, os Becos, Beneméritos e Humanistas, o Brasil, Cinema, Comércio e comerciantes, Datas, Desporto, os Engenheiros, os Escritores e os Poetas, os Estrangeiros, o Fado, os Fotógrafos, Jornais e Jornalistas, Médicos, Militares, Movimento Associativo, o Mundo, Música, Oceanos e mar e rio, Políticos, as «Ruas sem Rua», Religiosos, a Rádio ou, o Teatro na Toponímia de Lisboa e o Vinte e Cinco de Abril. A partir de Julho, passámos também a incluir Álbuns com fotos de Lisboa de fãs/leitores da própria página.

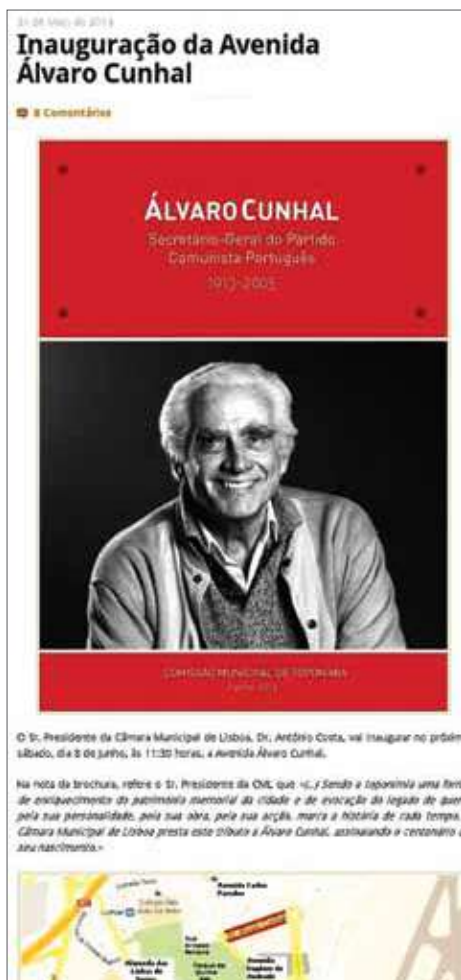
O álbum mais visto foi o referente a topónimos de Cinema (430 visualizações), seguido do de Teatro (302).



Ligado a um artigo, a um postal ou a um álbum de fotografias publicamos também vídeos constantes do You Tube, com músicas que façam referências toponímicas a Lisboa. Partilhámos, por exemplo, os fados Rua do Capelão e Fado do Campo Grande, a Rua do Carmo dos UHF ou a Rua da Esperança de Pedro Moutinho e, os dois mais ouvidos foram A Moreninha da Travessa na interpretação de Fernando Maurício (339) e, o 7º-1º esqº da Rua Acácio de Paiva de Fernando Tordo (295).



Mas esta página serve também para divulgação dos novos arruamentos que vão nascendo na cidade, através da publicação dos seus Editais de toponímia. De Novembro até ao final do mês de Agosto foram 10 editais: Azinhaga da Bela Vista, Jardim Adão Barata, Jardim Maria de Lourdes Sá Teixeira, Rua das Calvanas, Rua Fernanda Botelho, Rua Luiz Pacheco, Rua Pinheiro Furtado, Rua Prof. Oliveira Marques, Rua Rogério de Moura e Rua Tavares Belo. O Edital com maior nº de visualizações foi o do Jardim Maria de Lourdes Sá Teixeira (251).



Incluímos ainda a notícia das cerimónias de inauguração de novas ruas e que neste período foram a Avenida Álvaro Cunhal e a Praça Europa. A notícia mais vista de todas e, aliás, o item mais visualizado de sempre da nossa página, foi a notícia da inauguração da Avenida Álvaro Cunhal (5287 visualizações).

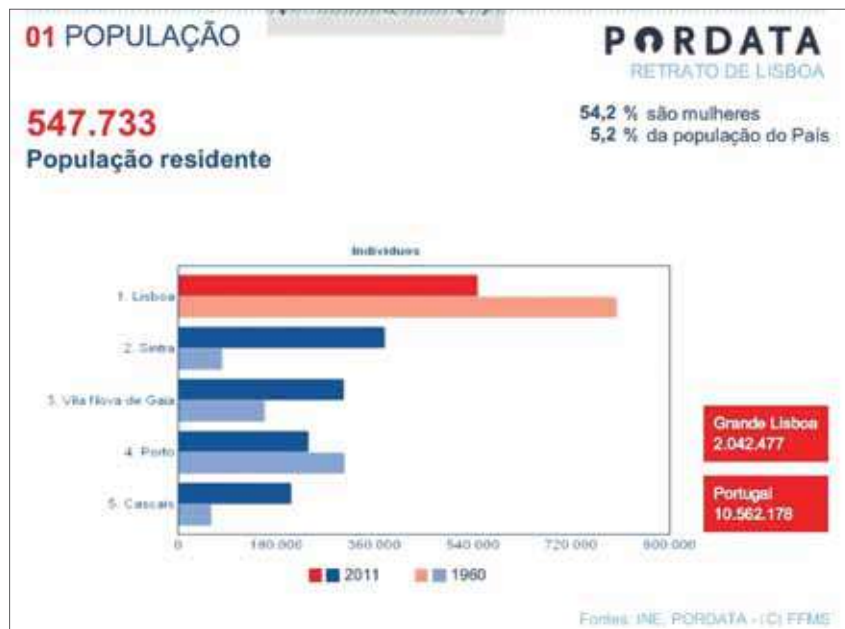
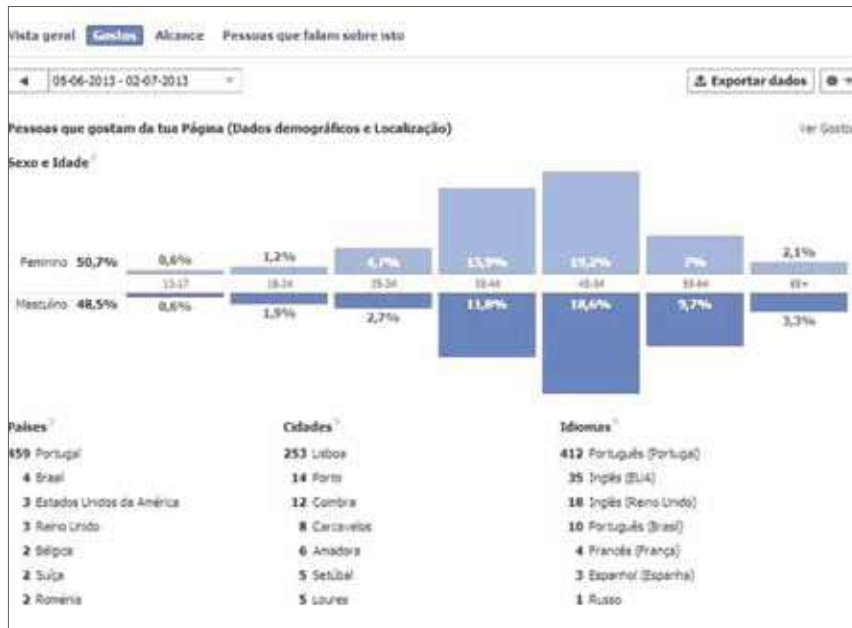


Finalmente, como forma de captar novas adesões à página e porque não usamos nenhuma das formas de publicidade paga permitidas no Facebook, temos um passatempo mensal, em que a partir da fotografia de uma estátua de Lisboa – que como a toponímia são património da cidade – solici-

tamos a indicação do topónimo lisboeta que homenageia a mesma figura e oferecemos um livro aos três primeiros fãs da página que acertarem na resposta.

Graças às estatísticas fornecidas pela própria página do Facebook podemos avaliar quantitativamente a experiência destes 10 meses. No último dia de Agosto, a página somava 640 fãs, conseguidos por um crescimento gradual, que fidelizou um público mensal de mais ou menos mil participantes, que abrange sobretudo a faixa etária dos 45 aos 54 anos, logo seguida da dos 35 aos 44 e, que na sua maioria são residentes da cidade de Lisboa (cerca de 80%) e da Área Metropolitana de Lisboa (15%).





AGRADECIMENTOS:



A TOPONÍMIA DE LISBOA NAS FONTES ARQUIVÍSTICAS DO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (séc. XVI)

Rute Ramos ¹

O assunto que me proponho tratar surge no âmbito da investigação que desenvolvo sobre o Hospital de Todos os Santos, antecessor do Hospital de S. José. Boa parte do estudo centra-se na análise do património do hospital, o que me permitiu conhecer os imóveis e a sua respetiva localização. Em Lisboa, o hospital tinha um vasto conjunto de propriedades que são mencionadas nos tombos da instituição. É a partir destes documentos que segue o meu contributo, na sequência do convite que me foi endereçado para participar nestas 7^{as} Jornadas de Toponímia.

Investigar sobre os bens que o maior e mais importante hospital português do período moderno possuía, neste caso, na cidade de Lisboa, não me capacita, por si só, para apresentar e discutir sobre um tema amplo e complexo como é a toponímia. Assim sendo, o que trago não é mais do que uma modesta partilha daquilo que encontrei na documentação do hospital que se encontra à guarda da Torre do Tombo. A escolha do título da comunicação não foi ao acaso, procurei circunscreve-lo, para que não houvesse dúvidas, quanto à documentação que tinha à minha disposição. Havia outras possibilidades, nomeadamente, a de associar o nome das ruas de Lisboa aqueles cuja história se cruzou com a de Todos os Santos e, neste propósito, teria indicado a Avenida D. João II no Parque das Nações, a Praça D. Manuel I em Belém, a Rua da Misericórdia, ou ainda, uma panóplia de outras ruas que homenageiam, por exemplo, médicos e indivíduos ligados à Misericórdia e, conseqüentemente, ao Hospital de Todos os Santos. Porém, a documentação que compulsei durante largos meses é suficientemente entusiasmante e peculiar pelo que, no meu entender, não poderia deixar de a partilhar com todos os interessados nestas matérias.

Lisboa e o novíssimo hospital do Rossio

Nos finais do século XV, Lisboa tornara-se numa cidade moderna e cosmopolita e adquirira importância como centro comercial e marítimo o que fez aumentar a sua população de forma desordenada e heterogénea. Os numerosos hospitais que existiam na cidade eram antigos, mal dimensionados e de fracos recursos, incapazes de responder à escalada do pauperismo, às frequentes epidemias de peste e ao crescente número de pedintes e vagabundos. Apesar de muitas vezes serem denominadas como hospitais estas instituições tinham como missão prestar assistência generalista aos pobres, aos órfãos e aos enjeitados, aos indigentes, aos viajantes e aos peregrinos. ² Um panorama difícil e desajustado às capacidades de Portugal que procurava noutros países modelos a seguir.

A pedido de D. João II o papa Sixto IV, através da bula de 13 de Agosto de 1479, concedeu autorização para integrar estes pequenos e inoperantes hospitais da cidade e termo num único e grande hospital. O Hospital de Todos os Santos, à semelhança de muitos dos seus congéneres europeus, seria

(1) UE-CIDEHUS (Universidade de Évora - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades).

(2) António Fernando Bento Pacheco, *De Todos os Santos a São José: Textos e Contextos do Espirital Grande de Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, Tese de Mestrado, Policopiada, p. 27.

desenhado segundo a matriz organizacional do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença. Sob este novo paradigma foi construído em Lisboa o novíssimo hospital que se destacava no panorama nacional pela sua dimensão, arquitetura e administração. Se das duas primeiras premissas não restam dúvidas até porque os relatos de viajantes, as descrições da cidade disso abertamente dão conta³ já relativamente à administração do hospital muito nos falta saber. Ainda assim, não oferece dúvidas quanto ao que se pretendia de Todos os Santos, um hospital moderno organizado segundo linhas terapêuticas bem definidas, com pessoal médico especializado, direcionado exclusivamente para cura de doentes.

O Hospital de Todos os Santos foi construído na zona que é hoje a Praça da Figueira. Era um edifício grande e sumptuoso que se destacava na paisagem da cidade quinhentista. A fachada estava virada a Poente para a grande Praça do Rossio; a Sul estava delimitado pela Rua da Betesga; a Nascente partia com a casa do Marquês de Cascais; e a Norte com o Convento de S. Domingos.

O hospital terá recebido os primeiros doentes entre 1501 e 1502 altura em que se começou a contratar pessoal médico permanente: o físico, os cirurgiões, o boticário e os enfermeiros.⁴ Em 1504 foi elaborado o regimento do hospital⁵ um documento onde foi descrito, entre outros assuntos, as competências de cada um dos funcionários e os seus rendimentos anuais, aspetos relacionados com a admissão dos doentes, os preceitos de higiene, os cuidados terapêuticos e a dieta alimentar.

Inicialmente, a administração de Todos os Santos ficou a cargo de provedores de nomeação régia, a maior parte capelães do rei ou empregados da casa real.⁶ Em 1530, o rei D. João III entregou o governo do hospital à Congregação de S. João Evangelista e passados 34 anos, o Cardeal D. Henrique passou a administração do hospital à Irmandade da Misericórdia de Lisboa.

Poucos anos depois de abrir portas, a quase maioria dos bens do hospital eram bens de raiz doados diretamente pelo monarca ou proveniente de fundações pias. Uma atuação que recuava à incorporação dos antigos hospitais, também estes fundados, sobretudo, como subsidiários de instituições de capelas e estendeu-se, por privilégio de D. Manuel I, às capelas privadas da cidade de Lisboa e termo que se encontrassem vagas para a Coroa ou sem administração.⁷

O hospital ficou com imóveis em várias povoações do reino mas era em Lisboa que tinha um maior número de propriedades.

O Tombo do Hospital de Todos os Santos

A maior parte dos investigadores está hoje consciente que o conhecimento do passado depende, entre outros fatores, da qualidade do património arquivístico que lhes foi deixado. É preciso não esquecer que os documentos e os arquivos, antes de serem históricos, são administrativos, criados, entre

(3) Damião de Góis, na descrição que faz de Todos os Santos, diz que «o nosso hospital pode colocar-se acima de todos os hospitais reais, embora muito grandiosos e muito célebres, que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão. Damião de Góis, *Lisboa de Quinhentos*, (trad. de Raul Machado), Lisboa, 1937, pp.46-47.

(4) Segundo Silva Carvalho foi em 1501 que o hospital começou a receber os primeiros doentes. José Maria António Nogueira dá o início do internamento em 1502. Já Mário Carmona refere que é provável que tenha sido anterior às cartas régias de nomeação de funcionários que datam dos primeiros meses de 1502. Augusto da Silva Carvalho, *Crónica do Hospital de Todos os Santos*, Reprod. Fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.], 1992, p.68; José Maria António Nogueira, «Algumas Notícias Acerca dos Hospitais Existentes em Lisboa e suas Proximidades Antes da Fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492» *Esparsos. Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 134; Mário Reis de Carmona, *O Hospital de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, ed. do autor, 195, p.56

(5) Fernando da Silva Correia (Pref.), *Regimento do Espirital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

(6) Sebastião Costa Santos, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, Porto, Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.

(7) A 21 de Abril de 1499, o rei entrega ao hospital a administração das capelas vagas por falta das respetivas instituições em Lisboa, termo e comarca; e a 1 de Agosto de 1503 entrega-lhe a administração de todas as capelas e confrarias vagas por falta de títulos de instituição ou sem administrador e sobre as quais não se sabia os encargos, na cidade de Lisboa e termo. Sobre estas e outras doações que foram feitas ao hospital veja-se Nuno Daupias, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês Régias ao Hospital de Todos os Santos (1492-1775): subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.

outros, para responderem à gestão corrente das instituições ou para provarem direitos adquiridos.⁸ Quatro anos após assumir o governo da instituição, a Misericórdia de Lisboa procurou por em ordem a arrecadação das rendas do hospital e começou por fazer o levantamento dos seus bens, através de um tomo, realizado em 1568⁹ e que, cremos, ter sido executado entre finais do século XVI e inícios de XVII, isto porque algumas freguesias a que o tomo faz menção só obtiveram esse estatuto administrativo depois de 1568, ou seja, posterior ao tomo.¹⁰ Este tomo manteve-se como instrumento de referência por mais de dois séculos, sendo-lhe acrescentadas sucessivas verbas até 1852, altura que ficou conhecido como «Tomo Antigo» e se procedeu à sua reforma.¹¹

O Tombo tem um grande potencial informativo. No século XVI este registo proporcionou à Misericórdia conhecer os bens do Hospital de Todos os Santos para, assim, cobrar convenientemente as rendas. Atualmente, esta fonte permite-nos, entre outras, contribuir para o estudo toponímico da cidade de Lisboa.

Como já mencionei, estudar a toponímia de uma cidade ou de qualquer outro lugar é um assunto complexo e suscetível de muitas dúvidas, sobretudo, quando se trata de um período em que não havia rigor toponímico porque as denominações conhecidas não eram oficiais. Além de que, e importa que não esqueçamos, outra das questões que se colocam quando se trabalha com este tipo de fontes respeita à escrita que, assim como a língua, também sofreu evolução o que faz com que possam eventualmente existir incongruências entre estas e outras fontes do mesmo período.

As praças, os becos, as portas e outros lugares nas fontes do hospital

É conhecido que no século XVI as indicações toponímicas eram raras mas isso não significava que as artérias, as praças, os becos, as portas e outros lugares não tivessem denominação. A existência de pontos de referência era fundamental porque desde sempre houve a necessidade de nos situarmos no espaço. Quem habitava ou visitava a cidade precisava de saber onde estava e para onde ia. Com uma função essencialmente utilitária, as ruas eram indicadas tendo em conta os lugares de onde vinham ou para onde iam ou com ambas as indicações.

Algumas das ruas mencionadas já são conhecidas de todos, foram várias vezes citadas nestas jornadas de toponímia e encontram-se referidas nas descrições da cidade do século XVI, por exemplo, no *Sumário*¹² de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, na *Grandeza e Abastança de Lisboa*¹³ de João Brandão ou, ainda, o *Livro das Grandezas de Lisboa*¹⁴ de Frei Nicolau de Oliveira, já do século XVII.

A título meramente exemplificativo encontramos menções a propriedades localizadas na Rua da Achada; Rua do Almoçovar; Rua da Amendoeira; Rua das Arcas; Rua da Betesga; Rua de Castel Picão; Rua dos Cativos; Rua do Chafariz dos Cavalos; Rua do Monturo do Benete; e na Rua do Poço da Fotea. Além destas, aparecem-nos referências a outras ruas. Como a toponímia deste período surgia de forma natural era, por norma, muito clara para quem habitava na cidade. Como sabemos, a denominação dada a um determinado local podia surgir por várias razões embora, geralmente, estivesse associada ao nome de proprietários de casas e/ou pessoas que gozavam de alguma notoriedade, a uma

(8) Pedro Penteadó, «Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística», em Maria Lurdes Rosa, Paulo Fontes (coord.), *Fontes Arquivística e arquivos religioso. Contributos para uma reflexão*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 168.

(9) AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 1187.

(10) Conforme as datas apresentadas por Augusto Vieira da Silva, *Dispersos*, vol.1, Lisboa, Câmara Municipal, 1968.

(11) AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 1179 a 1185.

(12) Cristóvão Oliveira, *Lisboa em 1551: sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa* (apresentação e notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1987, (1ª ed. 1554).

(13) João Brandão, *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*, (organização e notas de José da Felicidade Alves) Lisboa, Livros Horizonte, 1990, (1ª ed., separata do *Arquivo Histórico Português*, 1923).

(14) Frei Nicolau Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804, (ed. original de 1620).

determinada propriedade/edifício conhecido, a um local onde habitualmente se realizava uma determinada atividade profissional, podia também resultar da indicação de um acidente geográfico ou, ainda, dever a sua origem a edifícios religiosos.

O tomo do Hospital de Todos os Santos mostra isto mesmo. Vejamos alguns casos entre as dezenas de referências possíveis:

Na freguesia da Madalena encontramos o Beco de João Cotrim e a Rua de Martim Alho; em S. Nicolau o hospital tinha propriedades numa rua «Ao pé da Calçada de Paio de Novais» e na «Travessa da Sombreira chamada de Maria Pinheira que vai para o Anjo»; na freguesia da Sé o tomo menciona umas propriedades que se localizavam «defronte das Casas de Lucas quando vai para a Câmara na Rua de João Fogaça». Havia, ainda, o «Beco de Martim Vaz» na Mouraria ou o «Beco de Pedro Rodrigues» na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires. Verificamos, portanto, que os nomes de proprietários, certamente os mais importantes, e indivíduos de grande respeitabilidade eram uma das formas normalmente usadas para assinalar os espaços.

A origem espontânea da toponímia de quinhentos podia resultar também da indicação da atividade que se desenvolvia num determinado local. Os nomes refletiam muitas vezes a força económica de uma determinada zona. Neste sentido, também encontramos nas fontes do hospital referências a ruas onde se desenvolviam determinadas atividades, por exemplo, a Rua das Cristaleiras. Cristaleiras era o nome dado às mulheres que se dedicavam a dar os clisteres. No Hospital de Todos os Santos era uma atividade muito bem remunerada. A mulher que dava clisteres aos doentes tinha um ordenado mensal fixo que era acrescido de um determinado valor por clisteres aplicado, o que a tornava numa das pessoas mais bem pagas na instituição.¹⁵ Podia ainda receber um acréscimo de ordenado se deitasse as sanguessugas e ventosas aos doentes.¹⁶

O tomo também menciona imóveis localizados em ruas próximas de outras bem conhecidas como na «Sombreira, em uma Travessa que vai do Anjo para a Rua dos Ourives do Ouro» na freguesia de São Julião ou à «entrada da Ourivesaria da Prata» na freguesia da Madalena.

Os edifícios mais importantes da cidade também serviam de referência. A cadeia do Tronco era uma dessas situações. Na freguesia de S. Julião, próximo da prisão, o hospital tinha casas na «Rua da Amoreira, na Sombreira defronte do Tronco» e na «Rua da Amoreira que vai do Tronco para a Rua dos Fornos». O Palácio dos Estaus que se localizava no topo Norte da Praça do Rossio e junto do Hospital de Todos os Santos também servia para sinalizar umas casas na «Rua dos Estaus, em uma travessa junto ao Chafariz onde foi cozinha do Infante» e que pertencia à freguesia de Santa Justa.

No entanto, o maior grupo toponímico referia-se aos hagiotopónimos fruto da proliferação de igrejas, capelas e mosteiros na cidade. Muitas das artérias não tinham nomes e as casas religiosas eram pontos de localização por excelência. Nos Anjos as propriedades tinham como pontos de referência a Ermida de Nossa Senhora do Monte, Santa Barbara, Santo André ou o Mosteiro de Nossa Senhora da Graça. Aparecem citadas casas «ao pé de Nossa Senhora do Monte», na «Calçada que vai para Nossa Senhora do Monte», na «Rua Direita de baixo que vem da Porta de São Vicente para Santa Bárbara», na «Rua Direita que vai da Porta de São Vicente da Mouraria para Santa Bárbara», na «Rua Direita que vai da Calçada de Santo André para Santa Bárbara» e «ao pé de Nossa Senhora da Graça». O Mosteiro do Salvador também serviu para situar umas casas em Alfama, na «Rua que vai do Mosteiro do Salvador para o Chafariz dos Cavalos» ou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição para indicar imóveis que se encontravam «defronte da porta principal de Nossa Senhora da Conceição» e «junto

(15) Maria da Silva recebia de ordenado anual 12.000 réis. No ano de 1564 aplicou mais de 2000 clisteres pelo qual recebeu mais de 10.000 réis. Juntamente com o material fornecido (1 cristal, 2 foles e carvão) e a ração diária, a cristaleira custou ao hospital mais de 27.000 réis anuais. AN/TT, Hosp. S. José, liv. 567.

(16) Em 1664, era-lhe dado 300 réis para além dos 2.500 réis que recebia por mês de ordenado. AN/TT, Hosp. S. José, liv.831, f. 54.

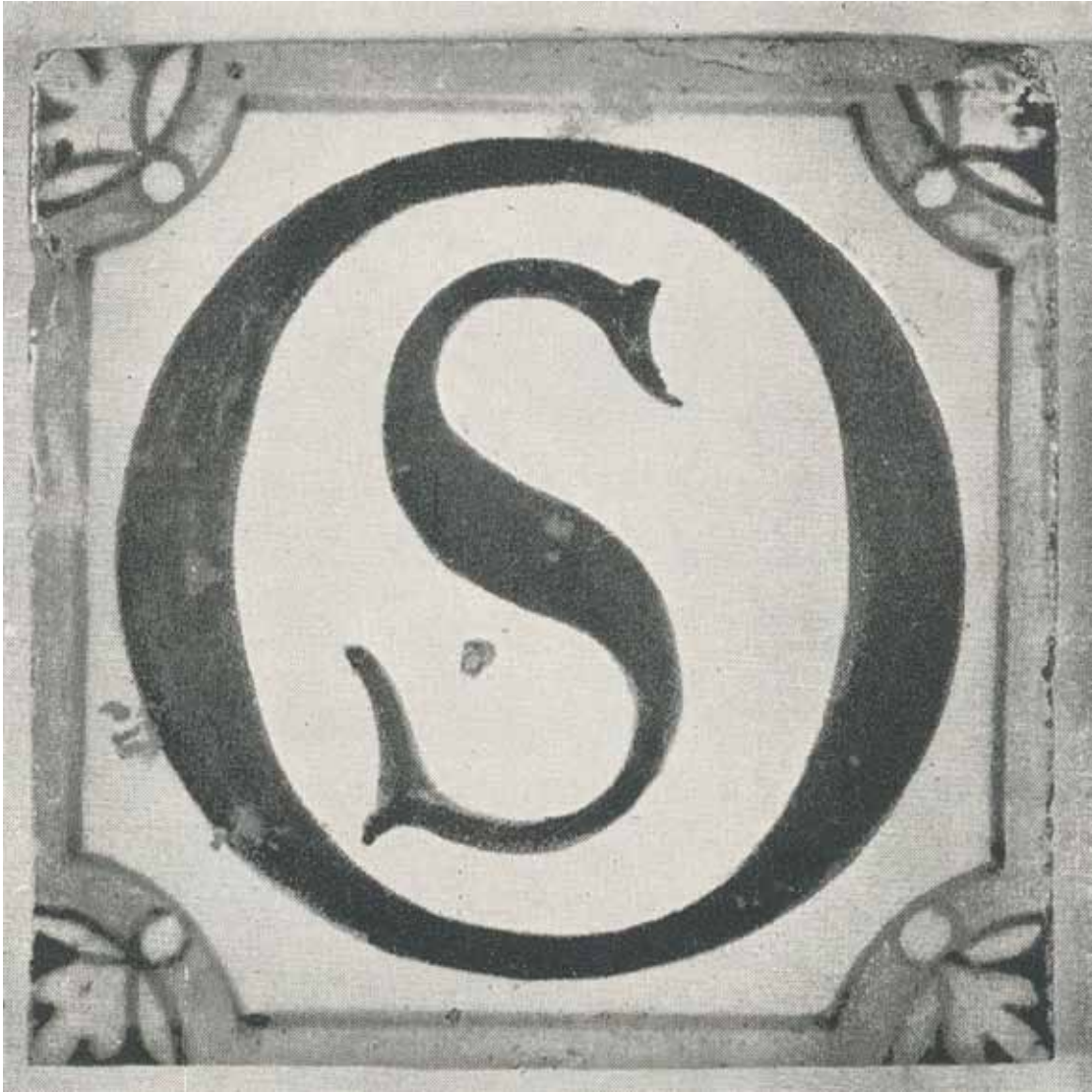
ao Terreiro do adro da Conceição». Na freguesia de Santa Engrácia aparece a alusão a uma casa «fora da Porta da Cruz, a Nossa Senhora do Paraíso» uma referência à Ermida de Nossa Senhora do Paraíso. As portas também serviam para sinalizar os locais. Tendo a cidade sido rodeada de muralhas abriam-se para o exterior várias portas cada uma com um nome. Na freguesia de Santa Engrácia encontramos a Porta da Cruz: a «Rua que vai da Porta da Cruz para o Cais do Carvão», «fora da Porta da Cruz» e «à porta da Cruz, da banda do mar». Na freguesia de Santa Justa, o Hospital de Todos os Santos tinha bens junto à Porta de Santo Antão e Porta de São Vicente da Mouraria: «Rua que vai ao longo do muro da Porta de Santo Antão, da banda de dentro» e «Rua Direita da Porta de São Vicente da Mouraria». Na freguesia de S. Miguel e São Salvador é referida a Porta do Sol: «abaixo da Porta do Sol em uma travessa que vai ter a São Miguel» e «abaixo da Porta do Sol na Rua de Castelo Picão».

Existem ainda outros topónimos relacionados com os equipamentos urbanos a que o tomo faz menção como a «Rua dos lagares», «ao pé da Calçada das Olarias quando vão da Rua dos Cavaleiros para Nossa Senhora do Monte», a «Rua direita das Olarias, que vai da Calçada de Santo André para Santa Barbara». Como vemos, o escrivão para localizar determinada propriedade recorria ao nome da rua, caso houvesse e, ainda, reforçava indicando as ruas que as circunscriviam: «Lagar do Cebo, na Rua que vai da Pexeleira para o Rossio».

Além destas ruas que indicamos existem muitas outras artérias que as fontes do Hospital de Todos os Santos fazem alusão. Como verificamos os nomes de ruas, becos, travessas e portas que aparecem mencionados no tomo do Hospital de Todos os Santos são muito imprecisos, pois, nem todas as artérias tinham nome e, muitas vezes, eram referenciadas em relação ao topónimo mais próximo.



Hospital Real de Todos-os-Santos, no Rossio.



Azulejo identificador das propriedades do Hospital de Todos os Santos

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Nacional/ Torre do Tombo, Hospital de S. José,
- Tombo do hospital. liv. 1187.
- Reforma do tombo antigo. liv. 1179; liv. 1180; liv.1182; liv. 1183; liv. 1185.
- Registos de Receita. liv. 567.
- Registos de despesa. liv.831, f. 54.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, João, *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2a metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*, (organização e notas de José da Felicidade Alves) Lisboa, Livros Horizonte, 1990, (1ª ed., separata do *Arquivo Histórico Português*, 1923).
- CARMONA, Mário Reis de, *O Hospital de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, ed. do autor, 1954.
- CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos os Santos*, Reprod. Fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.], 1992.
- CORREIA, Fernando da Silva (Pref.), *Regimento do Esprital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.
- DAUPIÁS, Nuno, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês Régias ao Hospital de Todos os Santos (1492-1775): subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.
- GOIS, Damião de, *Lisboa de Quinhentos*, (trad. de Raul Machado), Lisboa, 1937.
- NOGUEIRA, José Maria António, «Algumas Noticias Acerca dos Hospitais Existentes em Lisboa e suas Proximidades Antes da Fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492» *Esparsos. Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- OLIVEIRA, Cristóvão, *Lisboa em 1551: sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa* (apresentação e notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1987, (1ª ed. 1554).
- OLIVEIRA, Frei Nicolau, *Livro das grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804, (ed. original de 1620).
- PACHECO, António Fernando Bento, *De Todos os Santos a São José: Textos e Contextos dos Esprital Grande de Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, Tese de Mestrado, Policopiada.
- PENTEADO, Pedro, «Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística», em Maria Lurdes Rosa, Paulo Fontes (coord.), *Fontes Arquivística e arquivos religioso. Contributos para uma reflexão*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 163-188.
- SANTOS, Sebastião Costa, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, Porto, Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Dispensos*, vol.1, Lisboa, Câmara Municipal, 1968.



○ PAÇO DO LUMIAR

Carlos Revez
Eduardo Sucena
Fernando Afonso Andrade Lemos
José António Silva
Rosa Maria César Trindade Ferreira
(Centro Cultural de Telheiras/CCEQ/ESEQ)

I

A *Aldeia do Paço de a par do Lumiar*¹

Introdução

Hoje desconhecêmo-lo; mas, em épocas remotas da primeira dinastia, o *Leminare* deveria figurar, se então se utilizasse publicidade, como um Éden: paisagem a perder de vista, riqueza de águas, terra fértil. A região era de camponeses – os saloios -, que os muçulmanos haviam legado.

Por isso, cedo se voltaram para esta área, relativamente próxima da urbe lisboeta, os olhares dos que podiam ter posses e poderes para fazer trabalhar este vasto campo: ordens religiosas, casa real e, mais duradoiramente, casas titulares.

Quem deteria a primeira ocupação? O certo é que a História só permite a narração a partir de D. Afonso III. Ficou célebre a sua Quinta. Mas, como se teria formado?

Muitas perguntas e tão poucas respostas!

1 – A Quinta de D. Afonso III.

D. Afonso III, que chegou ao poder por deposição papal do irmão D. Sancho II em Dezembro de 1243, tornou-se rei de *jure et de facto* em 1249. Neste ano terminou a conquista do Algarve aos mouros e seguiu-se ao litígio com Castela pela posse daquele território. Em 1255 tratou de transferir para Lisboa os serviços públicos, determinando, deste modo, a elevação desta cidade a cidade real.

Seria entre as datas da chegada ao Reino e a elevação de Lisboa a cidade real que D. Afonso III olharia em pormenor para o *Leminare*?

Podemos considerar certo é que estabeleceu nela uma casa e uma quinta. Tal facto levanta problemas para além do já apresentado: Pertenceriam já estes terrenos à Coroa? No caso contrário, a quem compraria os terrenos o rei?

Tal propriedade, qualquer que seja a sua origem silenciada pela História, passou a constituir a base do que mais tarde se veio a apelidar de Paço do Lumiar.

Porém, para grandes dúvidas, grande propriedade. Este domínio real era realmente enorme. Talvez a maior quinta que o Lumiar já viu crescer no seu território.

Segundo Fr. Francisco Brandão, *por todo este termo de Lisboa tinham os Reis de Portugal suas quintas, & casas de recreação, convidados da bondade do sítio, que por todas as partes merece ser buscado, & habitado, aqui por estas partes tinham as quintas do Lumiar, Odiuellas, & Friellas.*² Ora esta quinta

(1) ANTT, *Ordem dos Pregadores de S. Domingos*, Livro II, p.90, 1386.

(2) *Monarquia Lusitana*, V volume, Livro XVII, f. 125.

alongava-se, grosso modo, por uma área que actualmente ocuparia toda a parte Norte da Estrada do Paço, abrangendo o terreno onde se encontra a Igreja Paroquial, parte do Cemitério, prolongando-se, talvez ainda, em direcção a Ocidente (onde sobra actualmente a denominação). Confrontava directamente com a povoação do Lumiar. A ela pertenciam os terrenos da Quinta do Espie e os terrenos dos actuais Museus do Traje e do Teatro até à Azinhaga do Porto.

1 . 1 . Ainda no seu reinado, a Quinta começou a fragmentar-se: em 1272, o rei cedeu em doação os terrenos dos actuais Museus à Ordem Militar de Avis e, em 1276, doou igualmente, os terrenos onde se instala nos nossos dias a Igreja, que possuía Cemitério Paroquial.

Frei Francisco Brandão explica a origem desta Igreja: *Em hũa terra desta quinta do Paço fundou o Bispo Dom Matheus a Igreja de São João do Lumear a dous de Abril do anno de mil duzentos & setenta & seis, & a fez parochia a honra de São João, & São Matheus Apostolo, como se alcança do cartorio da Sè de Lisboa.* ³

A esta quinta se chamava comumente o Paço, e, segundo o autor que vimos citando, e de seguida, pola possuir Afõso Sanches chamarão o Paço de Afonso Sanches. ⁴

1 . 2 . Vários autores, como Inácio de Vilhena Barbosa e Joaquim Fontes, localizaram o Paço do Rei no local onde actualmente se ergue o Palácio Angeja-Palmela (Museu do Traje). Nada de provativo poderão argumentar em abono da sua tese. Uma simples visão histórica esclarece o seu erro.

A presença de um marco na propriedade determina a pertença do terreno à Ordem de Avis.

A Ordem de S. Bento de Avis, igualmente chamada Milícia de Évora ou Freires de Évora, deriva da Ordem de Calatrava. Já no tempo de D. Afonso Henriques consta que o seu filho Pedro Afonso fora Mestre desta Ordem. Mas é com D. Afonso III que a Ordem se viu possuidora de Avis. Foi seu primeiro Mestre Fernando Eanes e seu segundo Mestre D. Martinho de Avelar (1282-1364?), cujo nome ficará a ecoar no Lumiar, precisamente naquele espaço. ⁵

Ora D. Afonso III cedeu esta parte da sua Quinta ao 1º Mestre da Ordem de Avis, em 1272. Um documento quinhentista existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e que serviu de base a Raul Proença, para o seu *Guia de Portugal retrata o espaço: Tem esta quintã hum aposento de casas situado antre ho logar do Lomear e o logar do Paço. Tem hum recebimento e pateo fechado de portas grandes pello qual se vay ao dito apusento. He o dito pateo cercado de parede alta da bãda que parte cõ a estrada que vay do Paço pera a egreja.* ⁶ Repare-se que na centúria de 500 a propriedade já se encontrava murada como a vemos actualmente. As casas nobres actuais já são posteriores a essa data.

2 . D. Afonso Sanches (24.V.1289 – 2.XI.1329)

Foi certamente no Paço de D. Afonso III, agora com novo possuidor, o rei D. Dinis, que se passou a origem da lenda da origem do topónimo Lumiar.

(3) *Idem, ibidem*, p. 125

(4) *Idem, ibidem*, p. 124

(5) Outro nome que o espaço memorizou foi o de Martim Anes de Barbuda, Cavaleiro da Ordem de Avis, de quem Fernão Lopes fala na sua *Crónica de D. João I.*

João Gonçalves de Barbuda foi o primeiro a usar este apelido. Viveu na 2ª metade do século XIII e viu-se nomeado no *Livro Velho das Linhagens de Portugal*. Filho de Gonçalo Pires de Belmir, cavaleiro de nobre estirpe, e de N. ..., senhora de um couto chamado Barbudo, acarretou o nome já feminino por parte da mãe. Um topónimo que se tornou antropónimo.

João Gonçalves de Barbuda casou, segundo o *Livro do Deão* com Estevainha Pires da Nóbrega, irmã de João Peres de Aboim, íntimo de D. Afonso III. O citado Martim Anes de Barbuda foi filho deste.

Tratou-se de uma família que sedeou no Lumiar e se estendeu por Palma de Cima, criando o Morgadio com este nome no tempo ed D. João I, S. Sebastião da Pedreira e Benfica.

O primeiro Morgadio de Palma pertenceu a Martim Afonso do Paço.

(6) Eduardo Sacena, “O Paço do Lumiar Medieval”, in *Cadernos Culturais – Telheiras-Lumiar-Olivais*, 2ª série, nº 4, Dezembro de 2011, p.7.

Aqui residia o rei e daqui partiu para a casa de uma habitante do Lumiar, uma dona sua amante chamada Aldonça Rodrigues de Sousa, a quem o infante D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis nomeia Aldonça Rodrigues da Telha. ⁷

A lenda é universalmente conhecida, realçando a fala de D. Dinis à disposição luminosa arquitectada pela rainha – *Que Lumiar é este?!*

Desta aventura real surgiu Afonso Sanches

A mesma situação poderia ter ocorrido com Branca Lourenço, filha de Lourenço Soares Valadares e irmã de Aldonça Lourenço de Valadares (a mãe de Inês de Castro).

Destes amores gerou-se Maria Afonso (1302 – 1320), que, entrada no Convento de Odivelas, aí faleceu aos 18 anos, assassinada, encontrando-se sepultada na capela do pai. ⁸

Pode concluir-se que o Lumiar era bem frequentado por famílias da nobreza que deviam estabelecer convivialidade com o antigo Paço de D. Afonso III. Era natural que estas famílias rodeassem a figura real, deslocando-se com ela e estabelecendo-se nos locais onde o rei pousava.

Para se aperceber da importância de Afonso Sanches para a região convém recuar uns anos no reinado de D. Dinis.

Em 1295 tiniam as espadas entre Fernando IV de Castela e João Nunes de Lara. D. Dinis apoiou o rei castelhano, seu genro, com armas e homens. No decorrer desta luta, em 1295, *Dõ João Afonso de Albuquerque (...) como diz a Chronica del Rey D. Fernando, se passou a serviço del Rey D. Dinis, & se fez seu vassalo, alcançando delle o cargo de Mordomo môr, & o Condado de Barcelos.* ⁹

Os condes de Barcelos constituíam uma família da alta nobreza. Nas suas veias corria sangue real de D. Urraca, rainha de Castela em 1082, e de Pedro Gonzalez de Lara. Além disso, o seu sangue possuía igualmente o dos condes das Astúrias, dos inícios da Reconquista.

D. Dinis empossou o título de Conde de Barcelos, naquele ano, na pessoa de D. João Afonso de Albuquerque Telles & Meneses. Nomeou-o mordomo-mor da casa real, função de que usufruíram igualmente os seus descendentes. Filho de D. Rodrigo Anes de Meneses, 3º Senhor de Albuquerque, e de Dª Teresa Martins de Soverosa, viveu de +/- 1265 a 5 de Maio de 1304. Casou, circa 1280, com Dª Teresa Sanches e dela teve Dª Violante Sanches, que se uniu em matrimónio com Martim Gil, usufruindo este por morte do sogro do título de 2º Conde de Barcelos; e Dª Teresa Martins (de Meneses), 5ª Senhora de Albuquerque, que casou, por volta de 1290, com Afonso Sanches, filho bastardo e querido de D. Dinis, que também foi Mordomo da Casa Real.

Martim Gil (+/- 1280 – 23 de Novembro de 1312) foi, como ficou dito, o 2º Conde de Barcelos, por casamento com Dª Violante Sanches. Descendia de Martim Gil de Riba de Vizela e Dª Mília Fernandes de Castro. Do seu casamento não brotou geração. Teve, no entanto, de N. ... um filho: Afonso Martins da Maia que casou com Dª Maria Heitor, +/- 1300.

D. João Afonso de Albuquerque veio a falecer em 1304. Antes, porém, havia lavrado testamento e fizera seu testamenteiro o rei D. Dinis. ¹⁰

(7) O Conde de Sabugosa alimenta a suposição que esta senhora, devido à sua propriedade teria originado o topónimo Telheiras. Trata-se de uma ideia inconsistente.

(8) Net Maria Afonso, Wikipédia, em 15 de Julho de 2012.

(9) *Idem, ibidem*, p. 233.

(10) O Fr. Francisco Brandão, op. cit., VI, p. 30, resume deste modo a vida e o relevo deste conde: *Estando El Rey em Lisboa, enfermou de huma doença apertada o Conde de Barcellos Dom Ioão Afonso de Albuquerque & Meneses seu Mordomo môr, pessoa da maior estimação que auia nos Reynos de Portugal & Castella, & mui poderoso pelo senhorio de Albuquerque, & outros muitos lugares, alem do Còdado de Barcellos, que he de tanto porte. Passouse o Conde D. Ioão a Portugal no anno de 1295 (...), & grangeada a graça d'el Rey Dom Dinis, adquirio a Mordomia, & Condado sobredito, & servio com notauel satisfação em varias embaixadas a Castella. Não se esperaua menos demonstração de sua prudencia na jornada de Aragão, que agora se preuenia, na qual pudera luzir como qualquer dos maiores de Espanha; porem foi Deos seruido de o leuar para sy aqui em Lisboa no principio do mês de Mayo com geral sentimento de todos; fes testamento a sinco do dito mês no qual escolheo por testamenteiro a El Rey D. Dinis seu Senhor, & mandou que o enterrassem no Convento de Pombeiro da Ordem de N. P. S. Bento.* Estava-se em 1304.

Em 1306, D. Dinis casou Afonso Sanches com D^a Teresa, filha do testador, herdeira do castelo de Albuquerque, e, em Outubro desse ano, ofereceu-lhe a Vila de Sam Felizes de Galegos, com os lugares de Riba Coa.¹¹

D. João Afonso de Albuquerque, ainda em vida, havia repartido os seus bens. Mas a repartição, devido a um item do testamento, não se verificou pacífica após a morte. Em 1312 estalou a polémica entre os herdeiros. Conta Fr. Francisco Brandão: *Por morte do Conde de Barcellos D. João Afonso de Albuquerque recrecerão grandes duvidas entre Afonso Sanches filho d'El Rey, & o Conde D. Martim Gil genros ambos do Conde D. João Afonso, casados com suas filhas D. Taresa, & D. Violante sobre a repartição das heranças do sogro, que erão muitas nos Reynos de Portugal, & Castella; porque ainda que o senhorio de Albuquerque ficou logo a D. Tareja mulher de Afonso Sanches, acerca do mais não estava a resolução clara. Contendèrão largamente na demanda sendo Procurador de Afonso Sanches Ruy Paes Viegas, & do Conde D. Martinho, Martins Pires de Alvim. Por final conclusão resolveo El Rey em Santarem a 3. de Janeiro, que supposto se tinha já resoluto com aceitação das partes, que qualquer das duas irmãs que morresse primeiro, a outra fosse herdeira sua, & por esta via estaua excluido o Conde viuuo já de Dona Violante, contudo com respeito que o mouèrão, compos a contenda em forma, que deixou ao Conde as terras, & heranças de Cerua, Altey, Zagala, Santa Maria da Ribeira cõ as heranças de terra de Lemos que ficarão na repartição do Cõde D. João a Afonso Sanches, & em recompensa deu El Rey ao mesmo Afonso Sanches as terras de Mondim, Ferrarias, adjudicandolhe mais Cinfaens, Soverosa, & Maceira com tudo o que D. Martinho tinha em Vlueira. & Cortegaça, & tudo o que o Conde D. João tinha em Santarem, & Lisboa, & em seus termos, & no Lumiar, & Alcubela termo de Sintra, dandolhe mais Alcoentre, Campo maior, Souto de Rebordãos, Varasim de Iusão, & outros lugares junto a Villa do Conde. Esta composição confirmou El Rey com a Rainha Santa Isabel o Infante D. Afonso seu filho, & sua nora a Infanta D. Brittes.*¹²

Seria nesta altura que D. Dinis legou a Afonso Sanches o Paço do Lumiar?

O certo é que Afonso Sanches, com os domínios do sogro e a posse do Paço do Lumiar se tornou igualmente um dos maiores terratenentes desta Freguesia.

No entanto, a vingança do meio-irmão régio rondava a porta do Paço, eivada de recalcamento e inveja pelo amor que D. Dinis afectara a Afonso Sanches ao ver nele tantas qualidades suas, inclusivamente a arte de poetas. Ao subir ao trono, D. Afonso IV acusou-o de traição e condenou-o perpetuamente a desterro, confiscando-lhe todos os bens que possuía.

Refugiado em Albuquerque, o filho bastardo de D. Dinis invadiu por três vezes o território nacional, embora sem sucesso decisivo. Levantou-se a hipótese do conflito se agravar, pois Afonso X decidiu apoiá-lo nas suas reivindicações por causa da amizade que sentia pelo seu nobre e defunto sogro. Valeu à solução do caso a Rainha Santa Isabel que conseguiu o tratado de paz entre os dois irmãos. Os bens, em consequência, foram restituídos a Afonso Sanches. Porém, neste mesmo ano de 1329 veio a falecer.

3 . A prospecção toponímica

Quem actualmente olha para o mapa do Paço do Lumiar, mesmo com as quintas hodiernas, não imagina o que ele seria naqueles vetustos tempos da Idade Média, no que respeita a população.

Nele o rei se cruzaria com a nobreza, com famílias ricas e com o povo. As herdades, umas mais vastas do que outras, perdiam-se de vista, e, sobretudo, não se constatava a abusiva e violadora invasão do betão. Havia o Lumiar, terra de trabalhadores rurais e de comerciantes, e depois, estendiam-se as

(11) Mais tarde, segundo Fr. Francisco Brandão, *D. Afonso Sanches trocou a Villa de Sam Felizes por huma parte de Albuquerque que acrescentou, & cercou, & ainda fes huma Ordenação sobre o senhorio desta Villa no ano 1410, no qual relatando o sustancial della, veremos o direito que Portugal yem nesta Villa, ainda que El Rey D. Pedro de de (sic) Castela a incorporou em sua Coroa por morte de D. Martinho neto de Afonso Sanches.* (Idem. *Ibidem*, p. 31)

(12) Idem. *Ibidem*, ps. 168-169.

herdades assimilando a mão de obra existente na aldeia arrabaldina e desenvolvendo a pequena povoação. Toda a aristocracia passava pela pequena aldeia e fazia o encanto dos habitantes. O Paço do Lumiar recente afigura-se uma miniatura daqueles tempos.

No meio daquela grandeza passada, onde, porém, ficaria o Paço, ou melhor, a mansão que já vinha de D. Afonso III?

A solução mais defensável e científica de se tomar seria a de efectuação de escavações arqueológicas. Infelizmente revela-se inconcretizável, pois se destruiria urbanizações recentes e custosas e monumentos antigos e relevantes.

Resta, assim, o ponto de partida, quando existe, para uma prospecção arqueológica. E aqui existe, o que permite concluir algo.

Com efeito, a toponímia constitui uma indicação precisa e preciosa quando falham as outras possibilidades. Estabelece os indícios que permitem a conclusão da descoberta.

Como se constatou, a presença real acarretou o estabelecimento de famílias da nobreza nas proximidades. Estabelecemos como exemplo os já citados casos de D. João, primeiro conde de Barcelos; as famílias das amantes reais, que eram aristocráticas; a Ordem de Avis, entre outras que já herdariam terrenos e propriedades locais. Concomitante e imprescindivelmente, os pedaços de terreno livres ou alugados permitiram a fixação de gente do povo. E assim começou a surgir uma pequena povoação que tomou o nome do Paço.

Diante do Paço do rei abrir-se-ia um largo, ou espaço, que delimitaria a nobreza da família perante o mundo profano, quase um átrio diante de um templo e com funções frequentemente idênticas.

Ainda existe esse Largo do Paço. O facto não se revela ocasional ou simplesmente mnemónico. E este largo permite localizar o edifício a que nos referenciamos.

Um paço, porém, não era constituído só pelo edifício moradia nobre. Dispunha igualmente de uma quinta ou vasto território com a dupla função de aprovisionamento e distração, ou treino de carácter militar ou venatório, o mais frequente.

Ainda hoje se confere nas cartas topográficas o nome de Quinta do Paço. Situa-se na proximidade da mansão, no ângulo delimitado pela Ermida de S. Sebastião, a proteger de doenças, de calamidades e a riqueza do território, e pela Azinhaga do Jogo da Bola. Seria a extremidade ocidental da propriedade? De momento ignora-se, pois a redução das grandes propriedades ocorre da periferia para o núcleo habitacional ou mais intimamente familiar.

Encimando o Largo do Paço e disfrutando dos ares da pequena quinta, eleva-se o edifício brasonado novecentista de Domingos José de Almeida Lima, Rua Direita, nº 9. Localizar-se-ia no espaço desta mansão o antigo Paço de D. Afonso III e, por consequência, de Afonso Sanches. Quando a casa apalçada se construiu, do Paço primitivo quase nada restaria. Ficou a memória e o espírito do local.

4 . Um fenómeno estranho

O Paço do Lumiar situa-se a meio caminho entre o Lumiar e a Luz. Porque do Lumiar, natural seria que a sua constituição se ligasse ao casco antigo desta localidade. Constata-se, porém, o contrário: o Paço foi-se desenvolvendo em direcção a Ocidente, a Carnide, até à Azinhaga do Jogo da Bola. ¹³

Ainda nos inícios do século XX, o Paço era atravessado pela Estrada do Paço, que terminava perto da Azinhaga do Porto, onde se iniciava a Estrada do Lumiar. Actualmente toda esta via se apelida do Paço do Lumiar.

Tentámos compreender esta dinâmica do desenvolvimento do casco. E a pergunta surgiu: como se dirigiria o rei D. Afonso III para o seu Paço leminarense?

Certamente o rei partiria, ou do Castelo (de S. Jorge) onde habitava e onde fizera obras na muralha,

(13) Só mais tarde, no século XX os dois espaços foram ligados com a criação de vários condomínios.

ou do Paço de S. Bartolomeu, situado a Sul do Castelo, actualmente no local dos Lóios, junto ao cruzamento do Largo com a Rua Bartolomeu de Gusmão. Com efeito, D. Afonso III aí habitou num paço com casa nobre e capela, hoje desaparecidos. Inclusivamente foi nesse Paço de S. Bartolomeu que nasceu o futuro D. Dinis.

Daqui desceria à Sé, passaria pela actual Igreja da Madalena. De seguida, dirigir-se-ia por perto da actual R. dos Fanqueiros para a Igreja de S. Domingos, cuja primeira pedra fora lançada em 1241. De seguida, alongava o seu trajecto pela Corredoura, a grande porta da cidade medieval. A Corredoura actualmente é formada pela Rua das Portas de Santo Antão, R. de S. José, Rua de Santa Marta e Rua de S. Sebastião da Pedreira. Ao chegar ao topo desta avistaria uma pequena povoação, o Rego, por cuja estrada se acedia a uma outra pequena povoação próxima, chamada Palma de Cima. Passaria de imediato à hodierna região de Telheiras, onde entraria na Azinhaga do Jogo da Bola. E, no final desta, bastava-lhe curvar à direita para se encontrar em casa.

Trata-se, evidentemente, de um percurso provável e verosímil, baseado na rede viária das vias e azinhagas antigas e que já poderia vir desde tempos anteriores mesmo a D. Afonso III, e não em documentos históricos retratantes de qualquer itinerário régio.

Talvez, deste modo, se encontre a explicação da projecção do casco habitacional do Paço para Ocidente. Ainda no século XIX, o Paço terminava nas imediações da embocadura desta Azinhaga.

5 . E depois de Afonso Sanches?

Localizado pela toponímia o local do antigo Paço, podemos, agora, sumariar toda a história que aqui se desenrolou a seguir à morte de Afonso Sanches.

Por falecimento deste ficou na posse do Paço a viúva D^a Teresa.

Em 1295, D. Dinis cumprira um voto mandando construir o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, em Odivelas. Foram seus arquitectos Antão e Afonso Domingues. O mosteiro foi entregue às freiras bernardas em 1305, mas as obras prolongaram-se pelos anos seguintes.

D^a Teresa albergou no Paço algumas freiras, a quem as obras do Mosteiro não permitiam ainda as instalações devidas e confortáveis, conforme às regras que seguiam.

Mas um mosteiro não vive só de fé; precisa de manter-se, e isso custa dinheiro. Fr. Francisco Brandão¹⁴ elucida-nos acerca de tal financiamento: *No anno depois de 1334, a vinte & hũ de Agosto, por carta feita em Agosto deu Dona Tareja senhora de Albuquerque, & Medelhim, viuua já então de Afonso Sanches filho do nosso Rey D. Dinis a mesma Igreja de S. João do Lumiar ao mosteiro, & a sua herdade, ou quinta, q chamão o Paço do Lumiar, pelas almas delRey D. Dinis, & de Afonso Sanches.* O Paço do Lumiar e a Igreja de S. João Baptista e S. Mateus passaram a ser propriedade do Mosteiro de Odivelas. Mas o poder real nunca se deve ter alheado totalmente do Paço e da sua quinta.

D. João I doou, posteriormente, o Paço a Diogo Lopes Pacheco, reabilitado da morte de Inês de Castro. Foi, porém, uma posse de pouca dura, pois, havendo-se este refugiado em Castela, o Paço regressou ao domínio real.

A notícia seguinte refere que nele se hospedaram, em 30 de Julho de 1451, os embaixadores de Frederico III da Alemanha quando vieram a Portugal pedir a mão da infanta D^a Leonor, irmã de D. Afonso V. Foram eles Jacob Motz e Nicolau Lanckmann.

A partir de então nada de conhecido se lhe referencia, o que pode indiciar uma decadência cada vez mais acentuada. Aos estertores não foi certamente alheio o sismo de 1755.

Nos inícios do século XIX, Domingos José de Almeida Lima construiu no local a mansão que pode ver-se actualmente. Legou-o, de seguida, ao genro, José Maria da Costa Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, que, por decreto real, viu criada na sua pessoa o título de Visconde do

(14) Idem, Ibidem, V, f. 224 v.

Paço do Lumiar ¹⁵. O seu filho, António Maria da Costa Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso tornou-se, em 4 de Outubro de 1881, o 2º Visconde do Paço do Lumiar, atendendo aos serviços prestados à Casa Real acolhendo o infante D. Augusto em convalescença ¹⁶, e, pelo Decreto de 14 de Outubro de 1881, ascendeu a 1º Conde. ¹⁷

O frontão do edifício ostenta o brasão da família: escudo esquartelado de Villa Lobos, Buenos, Nietos e Moscosos. No cimo apresenta coroa de conde. As armas foram concedidas por carta de brasão de 6 de Fevereiro de 1856 ao 1º Visconde.

Passou, de seguida, a propriedade aos meio-irmãos descendentes do Conde, D^a Maria Florentina Pereira Villa Lobos e Moscoso e Eng^o João António Potier Monteiro e Hortega. Representaram os títulos de Barão de Hortega e do Paço do Lumiar.

Em 1922, o Dr. Carlos de Melo comprou o edifício e possuiu-o até 1930. Herdou-o D^a Maria de Melo Espírito Santo.

Na década 80 do século XX, a propriedade foi adquirida pela Cooperativa de Promoção de Actividades Culturais de Telheiras para fundar o CEUL, Centro de Estudos Universitários de Lisboa. Vingou pouco tempo na sua posse, pois. No findar da década seguinte, em 1999, o Real Colégio de Portugal, ligado com a Universidade Lusófona, comprou-o e ali se mantém.

Conclusão

Não pretendemos tirar conclusões definitivas e impositivas; desejamos apontar possibilidades e apresentar propostas, cuja viabilidade não se manifesta inadequada.

Falta uma investigação devida e aprofundada. É impossível actualmente e dificilmente deixará de o ser no futuro.

(15) Nasceu em Portalegre, a 1 de Março de 1816. Fidalgo da Casa Real, ostentou também a Comendadoria das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a de Isabel a Católica. Era filho de José Baptista da Costa, fidalgo da Casa Real e Capitão-Mor de Portalegre, e de Gregória Antónia Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso. Casou com D^a Maria Florentina de Almeida Lima, de quem teve um filho. Foi presidente da Câmara dos Olivais. Morreu em Lisboa, a 4 de Dezembro de 1880.

(16) Isto motivou a visita frequente dos Reis D. Fernando II e D. Luís I ao Paço do Lumiar.

(17) Nasceu a 4 de Agosto de 1848. Em 1864 casou com D^a Sofia Adelaide de Carvalho Leitão, pela 1ª vez, de quem teve uma filha, D^a Elisa, que, por casamento com o 2º Barão de Ortega, ingressou nesta família. Em 2.ªs núpcias, o Conde do Paço do Lumiar, com D^a Capitolina da Assunção Rocha Pereira, teve a filha D^a Maria Florentina.



© Ernesto Matos

Chegada das Naus Portuguesa à Índia em painel de azulejo de Jorge Colaço em Panjim, Goa.

A ÍNDIA NA TOPONÍMIA DE LISBOA

Teresa Sancha Pereira

Desde sempre o Homem necessitou de se posicionar no espaço onde se move, de designar os lugares, os sítios por nomes. Como parte integrante do Património da Cidade e como repositório de uma memória histórica-política-social cidadina, a toponímia também projeta o mundo e desta forma, Lisboa torna-se uma cidade cosmopolita.



A Índia está representada na toponímia de Lisboa de diversas formas: através de nomes de navegadores e capitães; investigadores, historiadores e escritores; Vice-Reis e governadores; religiosos; grupos; nomes de localidades; nascidos na Índia e especiarias.

NAVEGADORES /CAPITÃES

Este campo é o mais representado, com 14 topónimos de navegadores, descobridores e capitães referentes ao período dos descobrimentos e expansão portuguesa na Índia.

Estes antropónimos localizam-se predominantemente nas freguesias de Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier e foram atribuídos na primeira fase, por edital de 1948 e na segunda fase em 1964.

O aparecimento de novas urbanizações e bairros na zona ocidental de Lisboa que sofre uma modificação com a Exposição do Mundo Português, em 1940, foi uma das explicações para estas

atribuições, na medida em que, foi determinado que esta zona recebesse nos seus arruamentos nomes de figuras relacionadas com os Descobrimentos Marítimos, devido à ligação histórica existente entre a Praia do Restelo e a génese da expansão.

Rua Fernão de Magalhães

Atribuído por Edital de 17-10-1924 à Rua nº 6 do Bairro América.

Fernão de Magalhães nasceu em 1480 e faleceu em Cebu, Filipinas a 27 de abril de 1521.

O navegador português notabilizou-se por ter organizado a primeira viagem de circum-navegação ao globo. Em Março de 1505, com 25 anos, alistou-se na Armada da Índia, na frota de 22 navios enviada para instalar D. Francisco de Almeida como primeiro vice-rei da Índia. Ali permaneceu oito anos, tendo estado em Goa, Cochim e Quíloa. Participou em várias batalhas, incluindo a batalha naval de Cananor em 1506, onde foi ferido, e a batalha de Diu.

Rua Duarte Pacheco Pereira

Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua II do plano de Urbanização da Encosta da Ajuda ou do Restelo

Duarte Pacheco Pereira, (Lisboa c. 1460 - Lisboa 1533) autor de «Esmeraldo de Situ Orbis», redigido de 1505 a 1508, integrou a delegação portuguesa que elaborou o Tratado de Tordesilhas. Pela sua lendária defesa de Cochim, mereceu de Camões o epíteto de «Aquiles lusitano» n' «Os Lusíadas».

Rua Tristão da Cunha

Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua VII do plano de Urbanização da Encosta da Ajuda ou Encosta do Restelo

Descobridor português, (1460-1540) prestou auxílio ao Vice-Rei D. Francisco de Almeida. Em 1514 foi mandado a Roma como Embaixador ao Papa Leão X, exibindo pelas ruas da cidade animais selvagens das colónias e riquezas das Índias.

Avenida Dom Vasco da Gama

Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua VII do plano de Urbanização da Encosta da Ajuda ou Encosta do Restelo

Vasco da Gama, (Sines c.1468 - Cochim, Índia 24/12/1524) foi comandante da frota que descobriu o caminho marítimo para a Índia e que partiu de Lisboa a 8 de Julho de 1497, da praia do Restelo, em Belém e depois de várias peripécias aportou a Calecute, na Índia, a 17 de Maio de 1498. Foi nomeado vice-rei da Índia em 1524.

Rua Dom Lourenço de Almeida

Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua I do plano de Urbanização da Encosta da Ajuda ou Encosta do Restelo

Capitão-mor de Portugal (Martim, Barcelos c. 1480 - Chaul, Índia, 1508) foi único filho varão do vice-rei D. Francisco de Almeida e de Brites Pereira, incumbido pelo pai de desempenhar diversas tarefas de responsabilidade, como a derrota da esquadra do rei de Calecute. Morreu na batalha de Chaul, comandando os seus homens até morrer.

Rua Nicolau Coelho

Atribuído por Edital de 15-06-1960 à Rua 17, do Bairro de Casas Económicas da Encosta do Restelo

Nasceu em Felgueiras, cerca 1460 e faleceu ao largo de Moçambique em 1504, tendo sido navegador português que participou na descoberta do caminho marítimo para a Índia com Vasco da Gama, sendo o primeiro a regressar ao comando da caravela Bérrio.

Rua Pedro Escobar

Atribuído por Edital de 15-06-1960 à Rua 12, do Bairro de Casas Económicas da Encosta do Restelo
Descobriu as ilhas de São Tomé e Príncipe juntamente com João de Santarém e Fernão do Pó. Foi piloto da caravela Bérrio na expedição de descoberta do caminho marítimo para a Índia comandada por Vasco da Gama em 1497.

Rua António de Saldanha

Atribuído por Edital de 19-06-1961 à Rua Almirante António de Saldanha, antes Rua D da Encosta do Restelo

Com a legenda «Capitão-Mor/Século XVI», este topónimo perpetua a memória do navegador que em 1503 comandou uma armada de 3 naus enviada à Índia, viagem durante a qual descobriu a enseada que ficou conhecida por Aguada de Saldanha. Este capitão-mor dos mares da carreira da Índia, também cooperou com Afonso de Albuquerque na tomada de Benestarim, tendo falecido em 1553.

Rua Gonçalo Nunes

Atribuído por Edital de 19-10-1964 à Rua A 2 à Encosta do Restelo.

Participou na descoberta do caminho marítimo para a Índia, capitaneando a Nau dos Mantimentos, uma das quatro que compunha a armada de Vasco da Gama. A nau não chegou ao seu destino tendo sido incendiada em São Braz.

Rua Paulo da Gama

Atribuído por Edital de 19-10-1964 à Rua QR₁ à Encosta do Restelo

Irmão de Vasco da Gama (Olivença, c.1465 –Angra, junho de 1499) comandou a nau S. Rafael quando acompanhava o seu irmão na descoberta do caminho marítimo para a Índia, mas veio a morrer no fim da viagem de regresso e foi sepultado na ilha Terceira, nos Açores.

Rua Pero de Alenquer

Atribuído por Edital de 19-10-1964 à Rua PRN, à Encosta do Restelo

Na viagem de Vasco da Gama, de Descoberta do caminho marítimo para a Índia, foi o piloto-mor da nau “São Gabriel“.

Rua João Coimbra

Atribuído por Edital de 19-10-1964 à ligação QR - NPO ou LPO da Encosta do Restelo.

Nascido entre 1430 e 1440 foi um piloto e navegador náutico português que viveu durante os séculos XV e XVI. Fez parte da armada de Vasco da Gama durante a descoberta do caminho marítimo para a Índia, tendo sido piloto e navegador do navio São Rafael, comandada por Paula da Gama.

Rua Fernão Soares

Atribuído por Edital de 23-11-1964 à Rua BM₂ à Encosta do Restelo.

Navegador dos princípios do século XVI, partiu em 1507 com uma armada para a Índia.

INVESTIGADORES/HISTORIADORES/ESCRITORES

Rua Fernão Lopes de Castanheda

Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua V.D. da Encosta da Ajuda.

Fernão Lopes de Castanheda, (Santarém c. 1500 – Coimbra 1559) historiador, acompanhou seu pai à Índia e aí viveu durante 10 anos. Entre 1551 e 1561 foi publicada a sua «História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses» que escreveu com base em testemunhos comprovados e na maioria oculares, tornando-a a mais completa sobre o primeiro século da presença portuguesa na Índia.

Rua de Diogo do Couto

Atribuído por Edital de 07-08-1911 à Rua do Conselheiro José Cavalheiro

Diogo do Couto, (1542 – 1616) com 17 anos, partiu para a Índia, de onde regressou dez anos depois. Amigo íntimo de Camões, ajudou-o, na década de 70, quando ele regressou a Portugal.

O historiador criticou os abusos correntes na Índia. Além das Décadas, escreveu o célebre *Diálogo do Soldado Prático*, que contém uma crítica cerrada ao funcionalismo da Índia. Foi guarda-mor do Arquivo da Índia e morreu em Goa a 10 de dezembro de 1616.

Rua Garcia de Orta / Jardim Garcia de Orta ao Parque das Nações

Atribuído por Edital de 07-08-1911 à Rua da Santíssima Trindade

Atribuído por Edital de 16-09-2009 a um arruamento do Parque das Nações

Garcia de Orta (Castelo de Vide 1500 - Goa 1568) de ascendência judaica e temendo a Inquisição, partiu para a Índia em 1534, onde se dedicou ao estudo de plantas raras, desconhecidas na Europa, cujas características e propriedades minuciosamente descreveu.

Publicou em Goa o *Colóquio dos Simples e Drogas*, editado em 1563, que incluía a primeira poesia impressa de Camões.

VICE-REIS /GOVERNADORES

Neste campo incluem-se 8 antropónimos, dos quais 5, localizam-se nas freguesias situadas na zona ocidental, Santa Maria de Belém, São Francisco Xavier e Ajuda.

Seis anos após a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, foi constituído o Estado Português da Índia e para que a soberania portuguesa estivesse representada nos territórios recém-descobertos D. Manuel I concedeu o título de «vice-rei da Índia».

A denominação do chefe de governo da Índia Portuguesa variou entre «Governador» e «Vice-Rei», sendo que este último seria apenas atribuído a membros da alta nobreza.

Rua Dom Francisco de Almeida

Atribuído por Edital de 29-04-1949 à Rua V, da Encosta da Ajuda, hoje Encosta do Restelo.

Dom Francisco de Almeida (Lisboa, c. 1450 - Baía de Saldanha 1510) primeiro vice-rei da Índia (1505-1509), teve como política conquistar praças e erguer fortalezas que assegurassem a presença e o domínio portugueses.

Praça Afonso de Albuquerque

Atribuído por Edital de 05-11-1910 à Praça D. Fernando

O culto dos heróis, a celebração de figuras heróicas, históricas, mártires da guerra, da monarquia e da religião caracterizaram o período da Iª República. Uma das formas de o fazer consistiu nesta atribuição de topónimos.

Afonso de Albuquerque, (Alhandra, 1453 —Goa, 1515) Governador de Índia, marinheiro e soldado, estratega e estadista, diplomata e político foi considerado um dos grandes vultos da História Ultramarina Portuguesa. Conquistador de várias cidades, Ormuz, Goa e Malaca, desenvolveu uma intensa actividade administrativa e diplomática para manter e consolidar a soberania portuguesa no Oriente.

Rua Dom João de Castro

Atribuído por Edital de 07-08-1911 à Rua sem denominação no Sítio do Rio Seco

D. João de Castro (Lisboa, 1500 - Goa, 1548) foi governador da Índia e depois, 4.º vice-rei. Na Índia, ficou célebre a carta que em 23 de Novembro de 1546 dirigiu aos vereadores da câmara de Goa, afim de obter um empréstimo de 20.000 *pardaus* para as obras da reedificação da fortaleza de Diu dando por

penhor as suas barbas. Em 13 de Outubro do ano seguinte o monarca português enviou-lhe o título de vice-rei e uma ajuda de custo de 10.000 cruzados, prorrogou-lhe o governo por mais três anos e concedeu ao seu filho D. Álvaro o posto de capitão-mor do mar da Índia.

Rua Dom Constantino de Bragança

Atribuído por Edital de 12-08-1955 à Rua C, da Encosta do Restelo.

Dom Constantino de Bragança (1528 —1575) foi o 20º governador da Índia Portuguesa (o 7º com o título de Vice-Rei). O triénio que passou em Goa foi um governo prodigioso. Conquistou Damão ao Rei de Cambaia e tomou também a fortaleza vizinha de Balasar.

A rua foi atribuída por sugestão da Fundação da Casa de Bragança à Comissão de Toponímia.

Rua Conde das Antas

Atribuído por Edital de 25-09-1903 à Rua nº 1 do Bairro da Campolide.

Francisco Xavier da Silva Pereira (Valença, 1793 —Lisboa, 1852) foi 1º barão, 1º visconde e 1º conde das Antas e governador-geral do Estado da Índia entre 1842 e 1843.

Rua de Rafael de Andrade

Nasceu em Lisboa 1851 e aqui faleceu em 1900, tendo sido, por duas vezes, Governador da Índia Portuguesa, entre 1893 e 1894 e depois, entre 1895 e 1896

Avenida Coronel Eduardo Galhardo

Atribuído por Edital de 23-03-1954

Nasceu em Lisboa 1845 e morreu em 1908, e foi governador do Estado da Índia entre 1900 e 1905.

Rua General Massano de Amorim

Atribuído por Edital de 28-10-1960 à Rua I (um) à Travessa da Memória

Massano de Amorim (1929-1862) foi governador de Gaza, de Angola, de Moçambique e do Estado Português da Índia, cargo em que faleceu.

RELIGIOSOS

Neste campo incluem-se 5 topónimos, dos quais dois homenageiam a mesma personalidade – São Francisco Xavier, o apóstolo do Oriente.



Pormenor de *Pregação de São Francisco Xavier em Goa*. Pintura a óleo de André Reinoso. Sacristia da Igreja de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Rua São Francisco Xavier | Praça de São Francisco Xavier

1º Atribuído por Edital de 29-04-1948 à Rua VI do plano de Urbanização da Encosta da Ajuda ou Encosta do Restelo.

2º Atribuído por Edital de 16-12-2004 à Rotunda na confluência da Avenida Ilha da Madeira com a Rua Antão Gonçalves e com a Rua Carlos Calisto.

Francisco Xavier, nasceu em Espanha a 1506 e faleceu na ilha de Sanchoão em 1552. Jesuíta e considerado o Santo Padroeiro de Goa e Apóstolo do Oriente, foi enviado pelo rei de Portugal D. João III para evangelização do Oriente. Francisco Xavier percorre Goa, a Costa da Pescaria, Comorim, Manapar e Tuticorim Cochim e depois as ilhas de Madrastra, Maçacar, Malaca, Molucas, Amboíne e Moro. Foi nomeado Superior da Companhia de Jesus de toda a Missão da Índia Oriental desde o Cabo da Boa Esperança até à China.

Ao longo destes séculos, Francisco Xavier tornou-se o Santo favorito dos Goeses e há séculos é conhecido e venerado universalmente.

No dia de S. Francisco Xavier, celebrado a 3 de Dezembro, assiste-se, todos os anos, em Goa, a uma autêntica romaria de cristãos e hindus que veneram o santo, constatando-se que a devoção pelo co-fundador da Companhia de Jesus não conhece barreiras religiosas nem distâncias geográficas.



São Francisco Xavier teve uma acção pioneira empreendida no Oriente por iniciativa de Portugal. Lançou as raízes do diálogo inter-religioso e promoveu o respeito pela diversidade cultural como via para a compreensão e a convivência pacífica entre os povos.

Rua Bispo de Cochim

Atribuído por Edital de 25-07-2001 ao Arruamento de ligação entre a Avenida Infante Dom Henrique e a Rua de Xabregas

D. Joseph Kureethara, bispo de Cochim, nasceu em Chirakal, Estado de Kerala na Índia a 1929 e faleceu em 1999. Aberto à história e ao diálogo intercultural entre os povos indiano e português, deixou uma marca profunda na história, ao empenhar-se na preservação do património histórico e religioso da diocese de Cochim e ao defender a herança cultural portuguesa na Índia.

Rua Padre Francisco Álvares

Atribuído por Edital de 21-12-1960 à Rua Projectada à Estrada de Benfica ou à Rua Duarte Galvão Clérigo católico português nasceu em Coimbra, a 1490 e faleceu em Roma a 1540. Esteve na Índia onde contactou com os costumes exóticos que, mais tarde viria a expor na sua obra *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*.

Largo Monsenhor Dalgado

Atribuído por Edital de 09-07-1957 à Praceta a topo da Rua Cândido de Figueiredo Monsenhor Dalgado nasceu em Goa, Assagão, a 1855 e faleceu em Lisboa a 1922. Sacerdote católico, missionário, orientalista, académico e professor universitário, que se distinguiu como linguista e etimologista no estudo da influência do português nas línguas do subcontinente indiano.

GRUPOS

Estão incluídos nesta categoria 3 topónimos:

- Rua Soldados da Índia – atribuída por edital de 29-04-1948 à Rua L I I, da Encosta da Ajuda.
- Rotunda dos Vice-reis - atribuída por edital de 16-09-2009 a um arruamento do Parque das Nações
- Avenida das Descobertas - atribuída por edital de 28-07-1958 à Avenida B.L. à Encosta do Restelo.

LOCAIS

São 7 os topónimos aqui incluídos, 4 atribuídos por edital de 29-04-1948: Avenida da Índia, Praça de Goa, Praça de Damão, Praça de Diu e situados na freguesia de Santa Maria de Belém.

Os outros são: Beco da Índia ao Anjos, Rua Ilha dos Amores e Rua Cidade Margão.

NASCIDOS

São 11 as personalidades nascidas na Índia e homenageadas na toponímia de Lisboa:

Rua Dr. Silva Teles

Praça Aniceto do Rosário

Largo Cristóvão Aires

Rua Agostinho Lourenço

Rua Abade Faria

Praça Sócrates da Costa

Avenida Professor Gama Pinto

Avenida Dr. Francisco Luís Gomes

Rua Álvaro de Santa Rita Vaz

Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves



Alameda Mahatma Gandhi

Atribuído por Edital de 18-05-1992 ao Troço da Azinhaga do Jogo da Bola, compreendido entre a Rua C e a Azinhaga dos Ulmeiros Mohandas Karamchand Gandhi (Porbandor 1869 – Nova Deli 1948) conhecido por Mahatma Gandhi - a Grande Alma (maha atma), foi o líder nacional que tornou a Índia um país independente, tendo iniciado a sua actividade em 1919 para expulsar os ingleses, sonho que viu realizado em 1947. Ficou conhecido pelo princípio da resistência passiva e uma estratégia de não-violência.



Espiciarias

Nos arruamentos do Parque das Nações, com a realização da Expo 98, subordinada ao tema “Os oceanos: um património para o futuro”, foram nomeados topónimos ligados aos oceanos, aos Descobrimientos Portugueses, aos aventureiros marítimos da literatura e banda desenhada mundial, a figuras de relevo para Portugal, entre outros.



Cinco destes topónimos designam especiarias:

- Travessa do Açafão,
- Rua da Pimenta
- Travessa da Canela
- Travessa da Malagueta
- Travessa do Gengibre

São diversos os produtos de origem vegetal (flor, fruto, semente, casca, caule, raiz), de aroma ou sabor acentuados. Além de utilizadas na culinária, com fins de tempero e de conservação de alimentos, as especiarias são utilizadas em farmácia, na preparação de óleos, unguentos, cosméticos, incensos e medicamentos.

PRESENÇA PORTUGUESA EM GOA, INDIA

A 18 de dezembro de 1961 Goa deixou de ser portuguesa, após 450 anos de colonização, no entanto a presença de Portugal permaneceu na arquitetura colonial, na gastronomia, nas igrejas católicas, nos apelidos das famílias católicas, na toponímia geográfica e urbana, na música, no vestuário, nas práticas religiosas, nas devoções a Nossa Senhora de Fátima e a Santo António, nas festas de Carnaval e no concaním, a língua dos goeses, através de algumas palavras de origem portuguesa que foram nela introduzidas.

Na toponímia podemos ver essa presença em especial nas cidades de Pangim, nas Fontainhas e Margão onde vemos: na toponímia das povoações (Salvador do Mundo, Reis Magos, Vasco da Gama, Dona Paula, São José de Areal), nos nomes das ruas (Rua de Ourém, Rua do Cruzador São Rafael, Rua de Natal, Rua Povo de Lisboa).







Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Cultura
Departamento de Património Cultural